



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS
HUMANOS

LARISSA PADILHA DE BRITO

SOBERANIA ALIMENTAR E SOLIDARIEDADE - Ações dos Movimentos Populares
em tempos de pandemia a partir da Campanha "Periferia Viva" / 2020-2022

PELOTAS

2022

LARISSA PADILHA DE BRITO

**SOBERANIA ALIMENTAR E SOLIDARIEDADE - Ações dos Movimentos Populares
em tempos de pandemia a partir da Campanha "Periferia Viva" / 2020-2022**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Política Social e Direitos Humanos da
Universidade Católica de Pelotas (PPGPSDH/UCPel)
como parte das exigências para obtenção do título de
Mestre. Linha de Pesquisa: Questão Social, Trabalho,
Sociabilidades e Resistências Políticas.

Orientadora: Prof.º Dr. Tiago de Garcia Nunes

PELOTAS

2022

**SOBERANIA ALIMENTAR E SOLIDARIEDADE - Ações dos Movimentos Populares
em tempos de pandemia a partir da Campanha "Periferia Viva" / 2020-2022**

Aprovado em: _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

.....
Prof.º Dr. Tiago de Garcia Nunes (Orientador)

.....
Prof.ª Dr.ª Cristine Jaques Ribeiro

.....
Prof.º Dr. Miguel Enrique Almeida Stédile

Ficha Catalográfica

B862s Brito, Larissa Padilha de
Soberania alimentar e solidariedade: ações dos movimentos populares em tempos de pandemia a partir da campanha "Periferia Viva" / 2020-2022.
/ Larissa Padilha de Brito. – Pelotas: UCPEL, 2022.
136 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, Pelotas, BR-RS, 2022.

Orientador: Dr. Tiago de Garcia Nunes.

1. Soberania alimentar. 2. Movimentos populares. 3. Solidariedade. 4. Pandemia COVID-19. I. Nunes, Tiago de Garcia. II. Título.

CDD 360

Dedico essa escrita ao meu avô (in memoriam), por ter sido meu porto seguro de toda vida, por ser responsável por grande parte do que sou e do que acredito e me ensinar com carinho e compreensão a viver a vida com comprometimento e amor.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não poderia ter sido escrito sem que tivesse em meu caminho cruzado pessoas que compõem minha história e que me trouxeram até aqui, fazendo parte da minha escrita e de como vejo o mundo. Reviver momentos e relembrar sobre as pessoas que ao meu lado sempre estiveram é como um sopro de gratidão e renovação ao coração, essencialmente num momento onde todos os sentimentos possíveis perpassam minha essência, como já dizia Galeano, a utopia serve para nos fazer caminhar, e com esse pensamento digo que sou grata por todos os/as caminhantes que tenho encontrado pelo caminho.

Não tenho a pretensão de conseguir recordar de todos os/as caminhantes que encontrei, mas com todo meu carinho desejo que eles tenham a compreensão de que esse projeto também é construção deles/as, cada encontro do destino, cada contribuição, expectativa se materializa de maneira singela neste trabalho.

Em meio a tantos retrocessos no presente momento brasileiro, onde um golpe por dia é dado na vida do/a trabalhador/a, e sendo pela amostra da força da resistência aos retrocessos que me renovo e recarrego minhas energias para seguir na luta, agradeço a mística que aprendi com o Levante Popular da Juventude e com o MST nesses encontros que a vida possibilitou com tantos companheiros e companheiras valorosos, nesses espaços cultivamos algo que sempre foi maior, e muito me move a seguir acreditando na utopia, que segundo Ademar Bogo, do Movimento dos Trabalhadores/as Sem Terra que contempla na mística uma força que a define como “um sentimento que passeia delicado e lento por dentro de nosso coração. Como se tivesse mãos, coloca o ânimo em cada pensamento. Mexe no comportamento, no jeito de andar, falar e sorrir; é a força que nos faz sentir, prazer e arrependimento.” através desse comprometimento da mística sigo com a construção dos caminhos até o sonho possível de um novo mundo.

Agradeço à minha família, por todo amor e carinho durante minha vida, perder o meu avô foi a coisa mais difícil pela qual tive de passar mas agradece-lo é lembrar da sua emoção quando contei sobre a aprovação no mestrado, disse não entender muito o que é mas estava orgulhoso de mim, à minha mãe Jaqueline por todo o amor em suas diversas maneiras para nos criar e nos fazer entender o mundo, ao meu padrasto Rudimar por todo o esforço que fizeram para que meus estudos fossem garantidos, a Lívia e Luã por sempre partilharem dos seus sentimentos e espero um dia retribuir com todo o esforço tudo que dedicaram a mim.

Muito desse caminhar foi feito ao lado de companheiros e companheiras valorosos, que garantiram um espaço especial e essencial a minha vida, agradeço a família que construí pelos

laços da vida. À Samara, por me apoiar, incentivar, pela revisão e escuta atenta e por me acompanhar nessa vida e ensinar esse ato de praticar a liberdade de forma concreta, comprometida. Ao Diego, por momentos de acolhida, de conselhos, por incentivar a ser melhor, e a sonhar e concretizar em coletivo. Vocês dois são grande parte de quem sou hoje e me orgulho disso. E essa família que formamos e que agrega pessoas no caminho como a Vanessa, Natiele, Marcos (nosso Maninho), Milena, Renan e Derick que nos ensinam a querer ver todos bem na partilha da alegria e felicidade.

Sou uma mulher profundamente grata aos encontros e ao que deles se cria, existe uma poesia que se escreve no espaço entre eu e o outro, e com isso quero agradecer ao meu companheiro Paulo Romário pelos dias e noites partilhados, obrigada pelas escritas, sonhos, poesias, músicas, cervejas e lembretes do quão pouco faltava, que isso ia passar e enfim, passou.

E por fim, mas não menos importante as companheiras e companheiros que participaram da minha vida acadêmica, e guiaram essa escrita com trocas, inspirações e afetos. Ao meu orientador Tiago Nunes pela parceria, disponibilidade, criatividade na escolha do tema e abraçar comigo as orientações com amizade e ensinamentos, tornando possível a conclusão desta dissertação. À minha generosa, sensível e comprometida coorientadora Márcia Falcão que me honrou ao dividir sua história e sua percepção do mundo, nos encontramos no cuidado por ser o cuidado nossa forma de ser e estar no mundo.

Aos professores que se disponibilizaram a participar da banca examinadora e pelas excelentes contribuições, foi a escolha acertada pelo carinho e responsabilidade com o qual expressaram suas reflexões. Obrigada Cristine Jaques Ribeiro e Miguel Enrique Almeida Stédile.

À minha parceira, amiga e uma pesquisadora incrível Elora por compartilhar o desejo de voar pelo mundo, de buscar no ser livre a liberdade dos outros, e em coletivo assumir o compromisso de construir saídas para uma transformação real, obrigada por cultivar comigo valores de solidariedade, companheirismo e amor,

As políticas educacionais, que estiveram presentes desde minha graduação através do PROUNI e durante o mestrado com a bolsa CAPES/CNPQ por ter possibilitado durante dois anos a bolsa de estudos, tornando possível a minha permanência na Universidade e a conclusão deste trabalho.

E por fim, de maneira essencial aos participantes da pesquisa, por permitirem entrar nas suas casas e compartilhar seus pensamentos e reflexões, conhecer seu cotidiano, relembrar momentos e por oportunizar a realização deste trabalho, pela força e coragem em cada amanhecer e por acreditarem que um mundo mais solidário e sem fome é possível.

Fazendo-se e refazendo-se no processo de fazer a história, como sujeitos e objetos, mulheres e homens, virando seres de inserção no mundo e não de pura adaptação ao mundo, terminaram por ter no sonho também o motor da história
Paulo Freire

RESUMO

A escrita dessa dissertação é resultado da síntese da experiência da campanha Periferia Viva enquanto estratégia política dos movimentos populares, frente à grave crise econômica e política agravada no contexto da pandemia covid-19. Têm como centralidade o tema da solidariedade ativa, empreendida na ótica das organizações sociais no combate às mazelas sociais, reconhecendo a fome como um projeto político do capitalismo e atuando na defesa da Soberania Alimentar como um projeto oposto ao hegemônico. A campanha consiste em ser um espaço de articulação de forças organizativas e políticas do campo popular na constituição de eixos de atuação e organização de ações conjuntas em resposta ao contexto político, econômico e social brasileiro de intensas contradições e lutas sociais. Nosso interesse foi investigar como a experiência da Campanha Periferia Viva articulou forças sociais do campo e da cidade para a criação de um novo sentido político de solidariedade. Metodologicamente, a pesquisa foi desenvolvida a partir da Pesquisa-Ação, que, por sua vez, está circunscrita na práxis teórico-política da Educação Popular na América Latina. Os procedimentos do exercício da pesquisa passam por leitura e análise dos documentos (circulares e cartilhas) produzidos pela campanha, do acompanhamento das ferramentas comunicativas e dos posicionamentos nas redes sociais da campanha, e por entrevistas semiestruturadas feitas com militantes envolvidos na concepção e execução desta ação: camponeses organizados em movimentos sociais que produziram os alimentos e compartilharam o fruto de seu trabalho, e com moradores/as das periferias que foram contemplados na Campanha Periferia Viva. Para tal, fizemos um recorte espacial para o município de Pelotas/RS, com delimitação temporal nos anos de 2020 e 2021. Desta forma, teoricamente as principais categorias teóricas foram: Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional; Movimentos Sociais e Solidariedade. Para além da relação direta com o alimento, a campanha produziu distintas experiências em diferentes localidades, que culminaram na convergência de espaços de organização popular na luta por direitos respaldados pelo horizonte de um projeto político. Delimitou-se a análise em três eixos de sínteses dos processos vivenciados, considerando todos seus avanços e limites, a campanha atuou na formação de uma política de solidariedade, na concepção de trabalho de base e na batalha de ideias em um conjunto de ações que sinalizam a necessidade da construção de um outro projeto de sociedade, mais justo, mais igualitário, mais humano e mais soberano.

Palavras-chaves: Soberania_alimentar.Movimentos_populares.Solidariedade.

Pandemia_covid19.

ABSTRACT

The writing of this dissertation is the result of the synthesis of the experience of the Periferia Viva campaign as a political strategy of popular movements, in the face of the serious economic and political crisis aggravated in the context of the covid-19 pandemic. They have as their centrality the theme of active solidarity, undertaken from the perspective of social organizations in the fight against social ills, recognizing hunger as a political project of capitalism and acting in defense of Food Sovereignty as a project opposed to the hegemonic one. The campaign consists of being a space for the articulation of organizational and political forces from the popular field in the constitution of axes of action and organization of joint actions in response to the Brazilian political, economic and social context of intense contradictions and social struggles. Our interest was to investigate how the experience of the Periferia Viva Campaign articulated social forces from the countryside and the city to create a new political sense of solidarity. Methodologically, the research was developed from Action Research, which, in turn, is circumscribed in the theoretical-political praxis of Popular Education in Latin America. The procedures for carrying out the research involve reading and analyzing the documents (circulars and booklets) produced by the campaign, monitoring the communicative tools and positioning on the campaign's social networks, and semi-structured interviews with militants involved in the conception and execution of this action. : peasants organized into social movements that produced food and shared the fruit of their work, and with residents of the peripheries who were contemplated in the Periferia Viva Campaign. To this end, we made a spatial cut for the municipality of Pelotas/RS, with a temporal delimitation in the years 2020 and 2021. Thus, theoretically the main theoretical categories were: Food Sovereignty and Food and Nutrition Security; Social Movements and Solidarity. In addition to the direct relationship with food, the campaign produced different experiences in different locations, which culminated in the convergence of popular organization spaces in the struggle for rights supported by the horizon of a political project. The analysis was delimited in three axes of syntheses of the experienced processes, considering all its advances and limits, the campaign acted in the formation of a policy of solidarity, in the conception of grassroots work and in the battle of ideas in a set of actions that signal the need to build another project for society, one that is fairer, more egalitarian, more humane and more sovereign.

Key words: Food_sovereignty.Popular_movements.Solidarity. Pandemia_covid19.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Distribuição dos níveis da população de acordo com a escala de insegurança alimentar.	63
Figura 2- Perspectiva sindêmica	67
Figura 3 - Organograma Organicidade da campanha Nacional Periferia Viva.....	75
Figura 4 - Logotipo oficial da campanha Periferia Viva	76
Figura 5 e 6 - folder entregue junto às cestas de alimentos	94
Figura 7 e 8 - Primeira edição do livreto Sementinha	95
Figura 9 e 10:Segunda edição do livreto Sementinha -	96
Figura 11 - Primeira edição do jornal do jornal Periferia Viva	114
Figura 12 - Segunda edição do jornal do jornal Periferia Viva -	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Variação da População Urbana do Brasil de 1940 – 1980.....	33
Tabela 02: Quadro das Propostas do Projeto Fome Zero	54

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO –	13
1.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS -	19
2. INSEGURANÇA ALIMENTAR - A Fome Chegou Antes do Vírus	25
2.1 Um flagelo fabricado pelos homens contra outros homens - Histórico da fome ..	25
2.2 Segurança Alimentar - Entre o passado e o futuro da questão alimentar	38
2.3 Políticas Públicas para o combate à fome no século XX e XXI.....	44
3. DOS ACHADOS EMPÍRICOS ÀS CONEXÕES TEÓRICAS 1 - A EXPERIÊNCIA DA CAMPANHA PERIFERIA VIVA – Solidariedade para manter a Periferia Viva.59	
3.1 Que fome é essa? a vida no contexto da pandemia	59
3.2 Campanha Nacional Periferia Viva - experiência concreta: a partir do lido, ouvido e vivido	73
3.3 Campanha de arrecadação em combate à fome e em defesa da Segurança e Soberania Alimentar – Periferia Viva em Pelotas/RS.....	86
4. A SOLIDARIEDADE E SOBERANIA ALIMENTAR: um projeto social, político e alimentar.....	99
4.1 A política da solidariedade - esperar uma nova prática.....	99
4.2 Trabalho de base é educação popular	104
4.3 Batalha de Ideias - plantar solidariedade, colher resistência.....	110
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
6. REFERÊNCIAS	124
7. ANEXOS	130
7.1 Parecer de aprovação no CEP	130
7.2 – TCLE	133

1. INTRODUÇÃO

A neutralidade frente ao mundo, frente ao histórico, frente aos valores, reflete apenas o modo que se tem de revelar o compromisso. Este modo quase sempre resulta de um ‘compromisso’ contra os homens, contra sua humanização, por parte dos que se dizem neutros. Estão ‘comprometidos’ consigo mesmos, com seus interesses ou com os interesses dos grupos aos quais pertencem.
Paulo Freire ¹

A escrita desta dissertação inicia pela afirmação do posicionamento ético e político desta autora respaldada por opções teóricas e metodológicas compromissadas com a compreensão e o enfrentamento necessário para a transformação das desigualdades e injustiças de ordem econômica, política, social e cultural ainda presentes no Brasil. Inicialmente, gostaria de destacar que em alguns momentos, a escrita será conduzida em primeira pessoa, a fim de identificar a pertença da investigadora ao objeto/sujeito social investigado; como “presença que se pensa a si mesma, que se sabe presença, que intervém, que transforma, que fala do que faz, mas também do que sonha, que constata, compara, avalia, valora, que decide, que rompe” (FREIRE, 2005, p. 20).

Essa pós-graduação acadêmica teve duração de dois anos, e sobretudo vivenciei uma formação pessoal e militante concomitante a este processo. Essa é a linha temporal que me acompanha nessa formação, e é a perspectiva a qual irei introduzir essa dissertação, que é resultante do esforço de estudo, reflexão e ação que aqui é compartilhada e não se encerra. O compromisso com a ciência e com o fazer ético-político que carrego enquanto projeto profissional e de vida busca construir uma ciência que não teme intervir no processo de mudança social.

A primeira fonte de interesse e preferência pelo tema parte de minha trajetória pessoal, que se entrelaça, em muito, com os caminhos desta escrita. Assim, é indissociável pensar a atuação da militante e pesquisadora ou pesquisadora-militante. Por isso, entendendo que a análise da realidade deve servir para avançar em direção a transformá-la, este exercício perpassa minha história, como sujeito-histórico que sou, e com os sujeitos com quem estabeleci relações, com as organizações das quais fiz e faço parte, com as teorias que perpassam pelas minhas mãos.

A curiosidade epistemológica expressa no desenrolar desta pesquisa é resultante de vivências, interesses, dúvidas que acompanharam no viver a experiência aqui descrita, foi pertencendo a espaços coletivos que a conexão com as tantas histórias de luta e de

¹ (Educação e Mudança, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979).

demonstração de compromisso com o povo brasileiro marcaram a minha história e por isso que o compromisso com essa escrita, por meio de uma escuta atenta e sensível do relato de quem vivenciou os males da fome, fruto de um processo de desumanização produzida pela pobreza e forjada nas relações de opressão social, étnica, racial, de gênero, do viver na periferia urbana e dos relatos de quem buscou alternativas para conseguir vencer as barreiras impostas pelo momento histórico.

Essa dissertação se coloca como uma convocação para pensar a fome enquanto um problema coletivo, que pode ser referido e abordado como expressão da violação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e presente nos territórios vulnerabilizados, especialmente em tempos de pandemia. É parte de nossa discussão tratar-se de reconhecer o enunciado da fome como forma de visibilizar o grito de milhões de brasileiros que vivem na incerteza da próxima refeição.

A discussão sobre a fome, Segurança e a Soberania Alimentar nas Campanhas de Solidariedade em tempos de pandemia covid-19, também atravessa meu acúmulo teórico e profissional enquanto Assistente Social, que no seu exercício profissional defende o compromisso com um projeto ético-político, firmado na defesa da vida e na garantia e ampliação dos direitos em defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Ao considerar essa interlocução entre o Serviço Social e a discussão sobre Segurança Alimentar e Soberania Alimentar, manifesta-se a construção de uma prática que historicamente dispõe sobre a defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) enquanto um direito essencial e sua violação é uma das expressões mais violentas da *questão social*. Sendo assim, ao considerar o compromisso da profissão com a defesa do DHAA, a compreensão destes elementos possibilita a elaboração de estratégias para a atuação profissional e para a construção de diálogos de forma articulada intersetorialmente; criando um vínculo entre as necessidades concretas e os objetivos de defesa dos direitos.

Enquanto um direito, a alimentação não passa apenas pelas políticas públicas. Este direito se conquista em conjunto com o fortalecimento dos movimentos sociais e as pautas da luta agrária e camponesa, a afirmação da cultura alimentar e territorial de povos e comunidades tradicionais (DE JESUS et al., 2018, p. 198)

A fome é uma das manifestações da Questão Social, elemento central da intervenção do Serviço Social, sustentada pelas relações de desigualdade e exploração que o modo de produção vigente reproduz na sociedade. Esse flagelo foi por muito tempo justificado como um efeito natural, o que fez a sociedade e especialmente seus gestores direcionarem seus esforços ao setor produtivo, no intuito de aumentar a produção alimentar ignorando o fato de

que na verdade esse investimento era impulsionado pelos interesses da elite agrária conservadora e servindo a ambição do grande capital (DA ROCHA, 2019).

No entanto, apesar do fato de no Brasil se ter significativos avanços no combate à fome e à pobreza, é importante, ainda, olhar mais de perto a formação histórico social do nosso país e os dados estatísticos que apresentam nesse contexto histórico uma realidade marcada pela miséria, pela violência, pelo extermínio dos povos originários e pelo flagelo da fome, posto que milhões de brasileiros ainda não têm acesso regular a alimentos.

O pensar a fome carece necessariamente de uma análise multidisciplinar sobre o fenômeno, para dar conta da complexidade do problema e evidenciar os seus elementos estruturantes e reprodutores. Josué de Castro foi fundamental para a história brasileira e mundial modificar seu entendimento sobre a fome, e modificar a concepção utilizada pela fome, sobretudo por desvelar que a causa da fome seria devido aos impactos causados pelo próprio homem e pela estrutura socioeconômica implantada no país (NASCIMENTO, 2022).

O que caracteriza por excelência o subdesenvolvimento é o desnível, é a disparidade entre os níveis de produção, de renda e de capacidade de consumo entre diferentes camadas sociais e entre diferentes regiões que compõem o espaço sociogeográfico da nação. (CASTRO, 1968b, p. 66)

Denuncio nessa escrita que a fome advém da formação socioeconômica brasileira, forjada sobre o tripé da *mão de obra escrava, monocultura e do latifúndio*, convertendo a fome enquanto um projeto complexo, que se trata principalmente da relação com a realidade de um país subdesenvolvido fruto de um capitalismo atrasado e periférico e que produz um discurso de naturalização das desigualdades e injustiças sociais.

Os dados atuais da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - PENSSAN (VIGISAN, 2022) comprovam que o direito humano à alimentação adequada vem sendo sistematicamente violado através da continuidade do desmonte de políticas públicas e da intensificação da crise econômica. O aumento das desigualdades sociais condiciona nossa discussão às experiências geradas nesse contexto, dado o abandono governamental e a necessidade da atuação dos movimentos populares. Para a efetivação da luta contra as desigualdades, as ações de solidariedade assumem a perspectiva dialógica e mobilizadora de

Iniciativas de diversos matizes, algumas com viés caritativo e filantrópico, caracterizadas pela passividade, onde um dá e o outro recebe e acaba aí a relação estabelecida; outras apresentam caráter de solidariedade intraclasse, manifesta nas relações cotidianas de forma ativa, efetivada pelo reconhecimento e responsabilidade subjetiva e coletiva, do respeito mútuo, cada um cuidando de si e de todas e todos. (VAN DEURSEN VARGA et. al., 2020, p.295)

A campanha de solidariedade para a qual se volta esta pesquisa, consiste em um espaço de articulação das forças organizativas e políticas dos movimentos populares do campo político do projeto popular, e aqui é importante definir a conformação do **Campo político do Projeto Popular** como o conjunto de organizações, com direções organizativas próprias mas com um histórico comum de organização popular, vinculados à luta social e que reivindicam enquanto estratégia política geral o Projeto Popular para o Brasil. Como exemplos de organizações que compõem o Campo político do Projeto Popular estão: Consulta Popular, os Movimentos Sociais da Via Campesina (MST², PJR, MMC, MAB, MAM, MPA, CONAQ e MPP); frentes de massa como o MTD, Levante Popular da Juventude, e forças que estão em espaços de articulação amplas como a Frente Brasil Popular. Essa união constitui-se de um elo em comum de eixos de atuação e ações conjuntas em resposta ao contexto político, econômico e social brasileiro, de intensas contradições e lutas sociais. Desenvolvendo-se em território nacional, consiste em uma iniciativa de movimentos sociais do campo e da cidade, que, através de ações de enfrentamento à fome e fortalecimento de ferramentas e iniciativas coletivas, que culminou no processo que se torna objeto central desta pesquisa, a *Campanha Periferia Viva*³.

No caminhar da história, a campanha acumula esforços desde a produção de alimentos, até a doação para as periferias urbanas. No compromisso ético com a defesa da vida, a solidariedade humana semeia um florescer coletivo que projeta um novo modelo de desenvolvimento com democracia e justiça social em oposição aos males individualistas da ganância do capital, que foi aprofundado pela pandemia.

O pressuposto principal dessa escrita é a existência de uma relação direta da campanha nacional Periferia Viva com a construção de um instrumento capaz de aglutinar forças, desde os bairros, cidades, regiões, em nível estadual e nacional, unificando as linhas de ação em uma identidade comum para o trabalho político nesse período. Também, a construção de estratégias de resistência, a partir de uma concepção de Solidariedade diferenciada, mesmo persistindo ações assistenciais necessárias, importa observar e analisar estas conexões para ações de emergência e ações de construção de processos políticos comunitários, de médio e longo prazo. Trata-se de analisar, diferenciar e aproximar a noção teórica da construção prática, ressignificando a solidariedade.

Nessa perspectiva, a pesquisa volta-se a apresentar e analisar a experiência da

² MST – Movimento Sem Terra / PJR – Pastoral da Juventude Camponesa / MMC – Movimento de Mulheres Camponesas / MAB – Movimento das atingidas por barragens / MAM – Movimentos dos Atingidos por Mineração / MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores / CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos / MPP – Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais.

³ Maiores detalhes sobre a Campanha serão apresentados no próximo item.

Campanha Periferia Viva, considerando o contexto de precarização da vida da população brasileira. A partir dos dados atuais é possível afirmar que a insegurança alimentar está mais presente entre as famílias brasileiras. Esta realidade pode ser observada sob a ótica do gênero, cor, escolaridade e renda, aliada a outros fatores que afetam diretamente a situação da segurança alimentar, impondo a necessidade de discutir as políticas de Segurança e Soberania Alimentar (VIGISSAN, 2021).

Esse projeto das elites condicionou o sistema alimentar brasileiro, fortalecendo os complexos agroindustriais e os monopólios da produção, assim extinguindo a possibilidade de crescimento de uma produção que

garante a soberania alimentar; protege o patrimônio cultural, e genético; reconhece a memória, a estética, os saberes, os sabores, os fazeres e os falares, a identidade, os ritos envolvidos, as tecnologias autóctones e suas inovações. É aquela que considera a água em alimento. É produzida em condições dignas de trabalho. É socialmente justa. [...] não está sujeita aos interesses do mercado. (Boletim FBSSAN, 2016)

Desta forma, teoricamente, a análise do objeto tem como principais categorias teóricas: Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional; Movimentos Sociais; e Solidariedade. Conforme referências críticas do leito teórico materialista-histórico-dialético, a investigação se nutre dos debates dos próprios sujeitos históricos aos quais se volta esta pesquisa, quais sejam: os movimentos sociais populares que produzem conhecimento e fazem ciência através de suas editoras, ferramentas de mobilização, assim como seus sites oficiais.

A escrita e organização desse projeto se referem às seguintes temáticas e autores/as. Num primeiro capítulo intitulado - “Insegurança alimentar - a fome chegou antes do vírus” buscamos abordar o histórico da Fome no Brasil pelas trilhas de Josué de Castro (1967), Carolina Maria de Jesus (2019); Miralha, 2012, José Graziano (2018); Sandro Pereira da Silva (2014); Maria Fernanda Frutuoso e Cássio Viana (2021); informes de organismos internacionais (FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF. 2021, FAO, 2016). Na sequência, para tratar das consequências do projeto neoliberal e de seu aprofundamento no contexto da pandemia de Covid-19 utilizaremos pesquisas da FAO e da rede Penssan (FAO, 2021 e 2022; VIGISSAN, 2021 e 2022). Assim, essa discussão se entrelaça com a trajetória da Política de Segurança e Soberania Alimentar (BURLANDY, 2007. CASTRO, 2019. STÉDILE e CARVALHO, 2012. OXFAM, 2018); compreendendo-os como concepções fundamentais para a nossa discussão. No curso do projeto, para o debate em torno das principais concepções sobre a Solidariedade transitaremos pelas contribuições de Paulo Freire (1967, 1979 e 2004). Com o objetivo de compreender a experiência, da Campanha Periferia Viva, enquanto estratégia dos movimentos populares, utilizaremos as reflexões de Maria da Glória Gohn

(2004); Ricardo Prestes Pazello (2010) e Breno Bringel (2012). Estas categorias serão indispensáveis na compreensão das dimensões de solidariedade da Campanha.

Para esse propósito, buscarei dissertar sobre os eixos centrais dessa discussão divididos em três capítulos iniciando por uma contextualização histórica sobre a fome e das políticas de alimentação e produção agrícola, no Brasil e ao redor do mundo, e em que medida as tentativas de implementação se relacionam com o contexto de fome vivido ao longo da história no Brasil e de seus determinantes, configurando como um problema social grave.

No segundo momento abordo a experiência em si, da Campanha Nacional Periferia Viva, e enquanto recorte metodológico também dissertar sobre a campanha de arrecadação em combate à fome e em defesa da Segurança e Soberania Alimentar – Periferia Viva em Pelotas/RS enquanto estratégia dos movimentos populares de conectar iniciativas, campanhas e demandas da sociedade que podem contribuir e fortalecer uma rede de solidariedade com potencial organizativo e pedagógico.

O terceiro e último capítulo refere-se às particularidades apresentadas por essa experiência da plataforma Periferia Viva - Solidariedade para combater o CoronaVírus, entendemos dividir a análise da pesquisa em 3 eixos, a saber: 1) A política da solidariedade - esperar uma nova prática; 2) Trabalho de base é educação popular 3) Batalha de ideias - plantar solidariedade, colher resistência. Esses eixos nos servem enquanto sínteses extraídas de experiências.

A presente dissertação é desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos (PPG-PSDH) vinculado à linha de pesquisa Questão Social, Trabalho, Sociabilidades e Resistências Políticas. Têm como tema a centralidade da solidariedade ativa, empreendida na ótica das organizações sociais no combate às mazelas sociais, reconhecendo a fome como um projeto político do capitalismo e atuando na defesa da Soberania Alimentar como um projeto oposto ao hegemônico.

Justifica-se a relevância desta dissertação sob três aspectos: sua pertinência científica, para a produção do conhecimento na área das ciências humanas e sociais como também, para o Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, visto que, na conjuntura atual, as ciências sociais e humanas atuam na particularidade das experiências humanas, ou seja, dando rosto, reconhecendo as histórias de vida e vivências aos números estatísticos. Do mesmo modo, sua relevância para os próprios movimentos populares objeto de estudo dessa escrita; e por fim, sua relevância política, na defesa do reconhecimento destas estratégias enquanto necessários, no entanto evidencia a necessidade da construção de políticas públicas e sociais que efetivamente combatam as raízes da fome.

Viver a história com tantas incertezas sobre o futuro nos faz pensar que é nosso compromisso concebê-lo. Assim, nessas páginas encontraremos teorias, relatos, e narrativas que expressam que esse texto tem lado: o da esperança de que outro mundo é possível e de que é imperativo lutar por ele. Trata-se de assumir uma dimensão política e existencial que deve ser garantida pela luta, pela indignação, pela contestação e pela imensa vontade de manter viva a solidariedade e a esperança.

1.1 Caminhos metodológicos

O contato com tantas histórias e trajetórias sobre a construção das experiências dos movimentos populares me provocaram a tentar compreender a riqueza das potencialidades desta experiência. Sentimentos que também aguçam a compreensão dos limites e insuficiências da construção de formas de resistência e sobrevivência em um contexto de abandono por parte do Estado, principalmente com relação às políticas sociais para o povo brasileiro. Nesse sentido, pretendo responder à seguinte pergunta de pesquisa: Como a experiência da Campanha Periferia Viva articula forças sociais do campo e da cidade para a criação de outra forma de solidariedade? Este estudo tem o intuito de reunir elementos que ajudem a identificar, em que medida, a solidariedade praticada pela Campanha Periferia Viva se diferencia e se aproxima das ações de solidariedade comumente empregadas.

A metodologia escolhida para o desenvolvimento dessa pesquisa fortalecerá a relação inerente entre a pesquisadora e o objeto estudado, tendo o propósito de aprimorar a relação entre teoria e prática para formular e analisar a realidade. Essa inserção contribuirá para encontrar os sentidos e razões do estudo e do próprio objeto.

Metodologicamente, a pesquisa será desenvolvida a partir da Pesquisa-Ação, que, por sua vez, está circunscrita na práxis teórico-política da Educação Popular na América Latina. Os procedimentos do exercício da pesquisa passaram por leitura e análise dos documentos (circulares e cartilhas) produzidos pela Campanha Periferia Viva, do acompanhamento da comunicação e dos posicionamentos nas redes sociais da campanha, e por entrevistas semiestruturadas feitas com militantes envolvidos na concepção e execução desta ação: camponeses organizados em movimentos sociais, que, produziram e compartilharam o fruto de seu trabalho e com moradoras das periferias que foram contempladas e de alguma forma se envolveram na Campanha Periferia Viva. Para tal, faremos um recorte territorial para o município de Pelotas/RS relatando a experiência da campanha de arrecadação em combate à fome e em defesa da Segurança e Soberania Alimentar – Periferia Viva em Pelotas/RS.

A metodologia escolhida para o desenvolvimento dessa pesquisa será de âmbito qualitativo e fortalecerá a relação inerente entre a pesquisadora e o objeto, tendo o objetivo de aprimorar a relação entre teoria e prática para formular e analisar a realidade. Assim, de modo geral se tem até o momento a aparência do nosso objeto, no entanto, o objetivo é entender seus movimentos e os determinantes que constituem a real essência do objeto em relação ao problema de pesquisa (NETTO, 2011). Desse modo, Minayo (2002), contribui para a compreensão da realidade na perspectiva da abordagem qualitativa, “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2002, p. 22).

É oportuno afirmar que as técnicas escolhidas têm o objetivo de facilitar o processo de construção do conhecimento e estabelecer o diálogo na construção do caminho do saber. Nos interessa esclarecer o porquê das coisas, e, para isto, é necessário compreender e explicar as relações que constituem o objeto de estudo, analisando as relações do global com o local.

Dentro deste universo teórico e metodológico está a Pesquisa-ação como prática de produção de conhecimento de forma coletiva e crítica. Esta, serve para descobrir em conjunto com os sujeitos pesquisados, após o diagnóstico da situação, o que fazer para transformá-la. Relaciona-se diretamente com o processo de pesquisa, especialmente em seus momentos ‘de campo’, com um processo de troca entre as vivências. Assim, é possível compreender que a dinâmica estabelecida pela campanha percorre ciclos de *rupturas e continuidades*, experienciando um processo dialético, justificando o seu desenvolvimento metodológico.

A reconstituição das tramas acerca do nosso objeto e do reconhecimento do contexto político, social, econômico e pandêmico trata de abordar com maior sensibilidade o conjunto de encontros que produz o cotidiano, aqui definido enquanto uma mescla de socialidades e materialidades, e que abre um universo de possibilidades, parte de um processo contínuo de significados, resistências e imposição de sentidos coletivos, conforme afirmo a seguir (SPINK, 2008).

Os micros lugares e seus diferentes horizontes são produtos e produtores de vários processos sociais e identitários: nós, eles, os temas a serem debatidos, com quem conversamos, como e onde vivemos. Denso, o cotidiano se compõe de milhares de micro lugares; não é um contexto eventual ou um ambiente visto como pano de fundo. Os micros lugares, tal como os lugares, somos nós; somos nós que os construímos e continuamos fazendo numa tarefa coletiva permanente e sem fim. (SPINK, 2008, p. 71)

No caminho para o que centralmente orienta a concepção e elaboração desta pesquisa, retomo o compromisso do pensamento e ação dialética, que, assumindo posição ou

perspectiva de mundo, alinham-se no processo de pesquisa com um processo de aprendizagem. Como BRANDÃO (1984, p. 8) aponta ao dizer que (...) “a lógica, a técnica e a estratégia de uma pesquisa de campo dependem tanto de pressupostos teóricos, quanto da maneira como o pesquisador se coloca na pesquisa, e, através dela, e a partir daí, constitui simbolicamente o outro que investiga”.

Busco, através da metodologia de uma pesquisa-ação, em que os sujeitos da pesquisa são seres ativos, desenvolver um olhar amplo e reflexivo sobre a experiência da Campanha Periferia Viva, que como o próprio nome sugere é um fenômeno vivo. Assim, tenho concordância com BRANDÃO e STRECK (2006), ao sugerir esse entrelaçamento entre os atores da pesquisa.

Uma pesquisa que é também uma pedagogia que entrelaça atores-autores e que é um aprendizado no qual, mesmo quando haja diferenças essenciais de saberes, todos aprendem uns com os outros (p.13).

A partir da estratégia de pesquisa-ação, agregando a utilização de técnicas de análise documental e realização de cinco entrevistas semiestruturadas, abordaremos a campanha em diferentes dimensões. A primeira dimensão se dará com militantes/dirigentes envolvidos na concepção e execução desta ação; a segunda dimensão formada por camponeses organizados em movimento social que produziram e partilharam o fruto de seu trabalho; e a terceira com trabalhadores urbanos moradores das periferias que foram contemplados na Campanha Periferia Viva. Para tal, faremos um recorte espacial para o município de Pelotas/RS, com delimitação temporal nos anos de 2020 e 2021. Quanto aos procedimentos, para atender ao objetivo geral da pesquisa, a mesma articula-se entre o trabalho teórico e o trabalho empírico. Temos o objetivo de explorar o conteúdo em potencial no discurso do/a entrevistado/a, no contexto e nas informações das pessoas ou grupos envolvidos na pesquisa. Assim,

Numa pesquisa qualitativa, só um pequeno número de pessoas é interrogado. São escolhidas em função de critérios que nada têm de probabilistas e não constituem de modo algum uma amostra representativa no sentido estatístico. [...] Tenta-se apreender o sistema, presente de um modo ou de outro em todos em todos os indivíduos da amostra, utilizando as particularidades das experiências sociais dos indivíduos enquanto reveladores da cultura tal como é vivida (MICHELAT, 1980, p.199).

Para trazer uma experiência e referência na prática de Pesquisa-ação, a reflexão de Thiollent considera que “(...) a pesquisa-ação não é constituída apenas de ação ou pela participação. Com ela é necessário produzir conhecimentos, adquirir experiência, contribuir para a discussão ou fazer avançar o debate acerca das questões abordadas “(p.22) com o que tenho acordo. Assim, como a pesquisa-ação “[...] deve permitir aos participantes expressarem a percepção que têm da realidade do objeto de sua luta ou de sua emancipação” (BARBIER,

2002, p. 57) em seu arcabouço a Pesquisa-Ação traz uma dupla proposta: a transformação da realidade investigada e a produção do conhecimento.

É nessa concepção, apoiada nas leituras e vivências pessoais/coletivas, que a pesquisa-ação se apresenta enquanto uma pergunta sobre o lugar do sujeito enquanto ser coletivo e atravessado por sua interação com a natureza e sobre a forma de organização que lhe dá sentido, buscando significância no contexto social do grupo a que pertence, sendo uma forma de construção da ciência através do compromisso com a classe trabalhadora como afirmo a seguir, “a função política da pesquisa-ação é frequentemente pensada como a colocação de um instrumento de investigação e ação à disposição dos grupos e classes sociais populares.” (THIOLLENT, 1998, p.46) Para tanto, analisando os documentos produzidos pela própria organização, os posicionamentos nas redes sociais da campanha, assim como a reflexão dos diferentes sujeitos sobre suas práticas e o papel destas na construção desta estratégia política.

Para Streck e Adams (2014, p. 47), “o processo participativo na dinâmica da pesquisa estimula a postura de sujeitos ativos reconhecendo e reforçando seu papel protagonista na produção do espaço sociocultural, onde o conhecimento já não busca mais a certeza, mas a criatividade”. Considerando um processo de aprendizagem entre ambos os sujeitos envolvidos.

Para fins de compreensão da campanha, a análise documental será muito importante para visitarmos os documentos que não foram analisados e sistematizados, ampliando as nossas opções de busca sobre a temática. Esta técnica de pesquisa consiste em selecionar e tratar informação, com a finalidade de compreender a interação com sua fonte. Como aponta Gil (2008, p.51)

Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc.

Para a execução de tal proposta, a coleta de dados e de narrativas se deu a partir de entrevistas semiestruturadas, mediante a assinatura do termo de consentimento (em anexo). O convite e participação será determinado pelo critério de ter vivenciado/participado da campanha em diferentes dimensões. Foi constituída uma lista de atores envolvidos no processo de ambas experiências, aqui vale destacar a majoritária participação feminina nos depoimentos obtidos, por essa razão demarco a utilização do pronome feminino.

As definições das entrevistadas foram se dando a partir do interesse e

disponibilidade de cada uma. Dessa maneira inicia-se o período de entrevistas com o diálogo com uma dirigente, militante de um movimento social urbano que recapitula a experiência desde sua concepção a nível nacional, abordando os desafios de engendrar as orientações políticas, saldos e desafios em meio a tantas incertezas e riscos até as avaliações do estágio atual. Da mesma forma, foi importante obter o relato de uma das militantes que construiu a campanha em Pelotas/RS, militante de uma organização urbana com foco na formação política, a partilhar sobre as especificidades da experiência local e encontrar conexões com a campanha a nível nacional. Outra perspectiva entrevistada foi a de um agricultor, militante de um movimento rural que forneceu alimentos agroecológicos em ambas campanhas instigando o debate sobre a superação do modelo hegemônico de produção do agronegócio e de todo o sistema agroalimentar que produz a fome. Quando falamos de fome e pobreza é fundamental falar que a fome tem cor no Brasil e também tem gênero. A maioria das famílias que se envolveram no projeto são chefiadas por mulheres negras e que enfrentam todos os desafios diários para cuidar de suas famílias e sustentar seus filhos e essa afirmação se estendeu às duas beneficiárias entrevistadas, que compartilharam as dificuldades da vida cotidiana e do alívio dos encontros com a campanha.

Os encontros foram remotos e gravados em áudio e vídeo para garantir que não se perca a essência das falas, após as gravações foram transcritas, editadas e selecionadas e estão compondo o capítulo três. Na condução das entrevistas, entenderemos as perguntas do roteiro como temas geradores, permitindo a espontaneidade, atenuando uma possível indução de respostas, possibilitando resgatar informações.

Após a coleta de dados, estes serão esmiuçados por meio de uma análise de conteúdo (MICHELAT, 1980). Esta metodologia permite uma análise das comunicações do que foi dito ou observado, possibilitando uma classificação de acordo com os temas ou categorias que surgirem dos próprios discursos analisados.

O procedimento adotado vai consistir em ler e reler as entrevistas disponíveis para chegar a uma espécie de impregnação. [...] As leituras repetidas vão progressivamente suscitar interpretações pelo relacionamento de elementos de diversos tipos. Por interpretação compreendemos, como os psicanalistas, o “destacamento, pela investigação analítica, do sentido latente a partir do conteúdo manifesto.” (MICHELAT, 1980, p. 204)

Para aprofundar a análise de conteúdo das questões advindas do campo de pesquisa foi utilizado o método de análise de conteúdo que, segundo Bardin (2011), consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p.47).

Ainda segundo Bardin (2011) o método divide-se em três fases: pré análise, exploração do material, tratamento dos resultados e inferência e interpretação. Como trata-se de uma pesquisa qualitativa, o intuito é proporcionar espaços de reflexão sobre a experiência da campanha Periferia Viva, assim, esse processo as entrevistas semiestruturadas foram guiadas a partir de eixos norteadores referentes a nossa discussão, e a atenção será voltada para cada uma das falas/narrativas. Esta metodologia integra uma busca prática e teórica, portanto uma práxis com um significado específico na pesquisa social.

Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) sob parecer de número 5.725.539 (Anexo A). Os dados somente foram coletados mediante autorização e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo B), garantindo o caráter voluntário de participação, a autonomia e o anonimato dos participantes do estudo. Nos relatos dos participantes foi preservada a essência da fala e o anonimato dos sujeitos, sendo feita apenas algumas correções ortográficas.

2. INSEGURANÇA ALIMENTAR - A Fome Chegou Antes do Vírus.

Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia: os impérios e seus beaguins nativos. Na alquimia colonial e neocolonial o ouro se transforma em sucata, os alimentos em veneno. (Galeano, 1970)⁴

O fenômeno da fome, para além de um índice social que trata da condição do acesso da população ao alimento, revela o desenho de uma organização societária que tem como prioridade o acúmulo de riquezas alicerçado na desigualdade social. Não obstante, os avanços em índices econômicos não garantem, por si, a diminuição dos índices de insegurança alimentar e fome, porque trata-se de um processo demandante de reformas estruturais, que altera profundamente a concentração da terra e da renda no Brasil. Neste capítulo, serão apresentadas as teorias que amparam a discussão deste texto - ou dissertação - acerca da fome enquanto um fenômeno multidimensional, especialmente acerca das suas causas, consequências e impacto no cotidiano dos povos. Assim, na sequência, serão abordados os principais momentos da história de combate à fome no Brasil a partir de políticas públicas, discutindo sobre sua capacidade de impactar efetivamente no combate a essa chaga que é a fome na nossa história, especialmente no contexto durante e pós pandemia, um cenário de agravamento das mazelas sociais, tratadas nesta escrita.

2.1 Um flagelo fabricado pelos homens contra outros homens - Histórico da fome

A fome, um problema tão antigo quanto a própria humanidade, ainda persiste e atinge um grande contingente de pessoas. A lógica de produção capitalista tem por natureza mercantilizar os processos de vida, presentes nas relações humanas e não humanas. Dessa forma, o alimento é mais um produto a circular no mercado sob a lógica do capital, como um valor de troca e não de uso, deixando parte da população desfavorecida e sem acesso, sendo o alimento um direito inerente à dignidade humana, além da subsistência.

Considerando, que o direito humano à alimentação adequada é uma necessidade básica do indivíduo e vital para a garantia e acesso pleno de todos os demais direitos, torna-se necessário debater esse tema no contexto dos direitos humanos. Isto é uma questão complexa na medida em que a fome rompe com a dignidade humana, por isso, é dever político, ético da sociedade e academia pautá-la no sentido da exigência ao Estado, frente sua responsabilidade constitucional em termos de planejamento de políticas públicas para a alimentação e nutrição,

⁴ GALEANO, 1970, p.19

assim como saúde e a assistência social.

Ao passo que o debate em torno da questão da fome torna-se cada vez mais evidente, revelam-se contradições intrínsecas do processo de colonização do Brasil, sendo este um dos países com maior concentração de terras do mundo. A herança colonial do latifúndio, combinada com monocultura para exportação, somada à raiz escravocrata, é responsável por manter um projeto de fome no Brasil que persiste há séculos. A forma histórica de ocupação e divisão das terras brasileiras durante o período da colonização foi preponderante para estabelecer as raízes da desigualdade social que, demarca os índices de pobreza e de insegurança alimentar alarmantes até os dias de hoje. Aqui concebemos desigualdade a partir da reflexão apresentada por DIAZ (2007)

(...) a desigualdade é concebida como um fenômeno de caráter multidimensional em que intervêm fatores de tipo econômico, político, social e cultural. Mais ainda, a desigualdade é uma situação que foi se construindo e reproduzindo no campo das interações sociais, estabelecendo múltiplas diferenças tanto individuais como coletivas em todos os âmbitos da vida humana (p.129)

A fome crônica e coletiva no Brasil, é uma produção histórica que possui distintos significados, tanto no contexto mais amplo da sociedade como no universo particular das pessoas atingidas. A luz de Josué de Castro (1963) buscamos compreender sobre a profundidade e o silêncio em torno do tema

Em examiná-lo mais a fundo, não só em seu aspecto estrito de sensação — impulso e instinto que tem servido de força motriz à evolução da humanidade (Espinosa) — como em seu aspecto mais amplo da calamidade universal. Sob este último aspecto, se fizermos um estudo comparativo da fome com as outras grandes calamidades que costumam assolar o mundo — a guerra e as pestes ou epidemias — verificaremos, mais uma vez, que a menos debatida, a menos conhecida em suas causas e efeitos, é exatamente a fome (CASTRO,1963, p.19).

Assim, recuperar a obra e a luta de Josué de Castro contra a fome é fundamental ao tentar entender a complexidade de um contexto grave, a fome é um fenômeno que não pode mais ser identificado como um fantasma do passado e é esta realidade a qual buscaremos aprofundar ao longo deste capítulo. Josué de Castro tratou a fome em muitos de seus escritos, refletindo sobre as conexões constitutivas desse fenômeno, como questão econômica, política e social e trouxe luz a um assunto historicamente silenciado

O assunto deste livro é bastante delicado e perigoso. A tal ponto delicado e perigoso que se constituiu num dos tabus de nossa civilização. É realmente estranho, chocante, o fato de que num mundo como o nosso, caracterizado por tão excessiva capacidade de escrever-se e publicar-se, haja até hoje tão pouca coisa escrita acerca do fenômeno da fome, em suas diferentes manifestações.

Quais são os fatores ocultos dessa verdadeira conspiração de silêncio em torno da fome? Trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura: foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de

nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido, ou pelo menos pouco aconselhável, de ser abordado publicamente. (CASTRO, 1963 p.19).

Durante o século XX, a teoria que guiava a compreensão do fenômeno da fome era a teoria Malthusiana, ou seja, o não acesso à comida estava relacionado a explicações naturalistas, que relacionava a produção de alimentos e a sua disponibilidade à população. Tal teoria, foi desenvolvida no contexto da Primeira Revolução Industrial, marcada pelo desenvolvimento da urbanização no período da revolução industrial que ocasionou a automação dos processos produtivos, o que elevou a capacidade de produção, e transformou definitivamente as relações de trabalho no interior das fábricas. Esse período acarretou um crescimento exponencial da população nas zonas urbanas, como consequência do êxodo da vida rural, que apesar do desenvolvimento de novas tecnologias agrárias não era o bastante em termos de produção, pois seu crescimento não era suficiente.

O malthusianismo era fundado na relação homem-natureza e considerava a fome e a miséria como resultantes da violência contra a lei natural da vida, motivada pelos próprios pobres (MALTHUS, 1996). Segundo essa teoria, viver a condição de fome é uma escolha intencional da pessoa, por ser esta incapaz de adquirir alimentos em suficiência, ou por desconhecer a importância dos alimentos necessários ao corpo. Por muito tempo essa teoria figurou como principal causa da fome no mundo. No entanto, não é incomum nos dias atuais nos depararmos com esse tipo de discurso que vê no “excesso de população” e na “escolha da pessoa em ser pobre” a principal causa da fome e da pobreza, num discurso que culpabiliza o pobre e o faminto (BLÜMKE apud MALTHUS, 2017, p.27).

Ou seja, a teoria Malthusiana defendia que a possibilidade de crescimento da população era infinita, enquanto a capacidade de produção de alimentos era limitada e não seria capaz de atender a todos. E como resultado dessa disparidade, a disponibilidade de alimentos seria sempre inferior, instalando um cenário de miséria e fome, assim a desigualdade, a desestruturação na vida social seria um efeito natural ocasionado pela evolução biológica da população (BLÜMKE, 2017).

Por muito tempo essa teoria figurou como principal causa da fome no mundo. No entanto, não é incomum nos dias atuais nos depararmos com esse tipo de discurso que vê no “excesso de população” e na “escolha da pessoa em ser pobre” a principal causa da fome e da pobreza, num discurso que culpabiliza o pobre e o faminto. Na perspectiva malthusiana, todas as populações pobres estariam condenadas à miséria e à fome, já que a natureza não daria suporte às populações futuras (BLÜMKE, 2017, p.27).

Essa teoria norteou o pensamento referente à fome e defendeu como resposta a essa problemática a necessidade de um controle de natalidade, principalmente voltado para as

populações mais pobres. Felizmente, a teoria Malthusiana foi sendo refutada ao longo do tempo e abrindo espaço para novas discussões - como as já referenciadas - a partir da década de 1940, pelo brasileiro Josué de Castro, que identificou que a fome é resultado de um fenômeno complexo, que tem causas diferentes, dentre elas, fatores de cunho político, econômico, estrutural e climático.

No contexto latino-americano, a fome sempre foi um fenômeno constante, a realidade da miséria, das sobras e do estigma de subdesenvolvidos.

Muito mais terrível do que o surto epidêmico e do que o flagelo periódico das secas que dizimam de uma vez algumas centenas ou milhares de vidas, é esta desnutrição, está subalimentação permanente que destrói surda e continuamente toda uma população, sem chamar nossa atenção, nem despertar nossa piedade (CASTRO, 1963, p.88).

Josué inicia sua discussão com o reconhecimento de um fenômeno multidimensional, e é em Geografia da Fome que o termo fome é refletido a partir de três pares conceituais explicativos, a Fome endêmica (sempre presente) ou epidêmica (ocorrendo em surtos); parcial (oculta) ou total (inanição):

Não é esse tipo excepcional de fome, simples traço melodramático no emaranhado desenho da fome universal, que interessa ao nosso estudo. O nosso objetivo é analisar o fenômeno da fome coletiva - da fome atingindo endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas. Não só a fome total, a verdadeira inanição que os povos de língua inglesa chamam de starvation, fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais, como o fenômeno muito mais frequente e mais grave, em suas consequências numéricas, da fome parcial, da chamada fome oculta, na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias (CASTRO, 1963, p. 26).

E, como recorte crucial na abordagem do tema, deve-se falar obrigatoriamente da pobreza e da condição econômica da grande massa populacional brasileira, e da reprodução dessa condição passada de geração para geração, reafirmando que a manutenção do *status quo* é determinante para a permanência do capitalismo e para o controle efetivo dos povos. Fazemos eco às palavras de Josué de Castro no relato de uma das entrevistadas que reflete sobre a necessidade da comida, e por consequência sua ausência, “a fome parcial”, como uma forma de gerenciamento da vida e controle dos povos⁵, que atinge principalmente os desempregados e despossuídos⁶, aqueles que sobram do sistema.

Você gerencia a barbárie no nosso tempo, a partir dessas ondas neoliberais você vai produzindo uma massa de gente que sobra do sistema, é descarte humano. O sistema vai explorar mais um pouco que for possível de mão de obra, no caso e outro pedaço

⁵ Para tanto ver MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3.ed. São Paulo:n-1 edições, 2018.

⁶ Estes compõem, segundo Florestan (1975), a massa de espoliados, condenados da terra. Sendo milhões de miseráveis que compõem aqueles que vivem “fora do sistema” estando dentro dele.

disso ela vai explorar pelo Estado que vai comprar medicalização, remédios em massa para manter por mais um tempo o corpo sem reação, com um nível da vida pronto para ir para o extermínio, para ir para eliminação mesmo. Porque você tem um ser que não dá, não faz o giro da energia pulsante da vida. **Então se você come mal, se você está intoxicada de produtos químicos de toxinas** e que se você come uma coisa que é muito perto de plástico tipo essas margarinas baratas, massas mais baratas, se você vive um carboidrato muito vazio mas barato se você se entope de gordura péssima que é azeite de soja isso **tudo produz uma bioquímica que não gera um raciocínio, não gera uma conexão efetiva para o processo** então é uma letargia. É uma arrastar-se à obesidade mórbida, tá todo mundo desnutrido todo mundo ou obesa arrastando com sono, com preguiça, com cansaço uma fadiga gigantesca, **quem luta na fadiga?** (Entrevistada 1)

Assim, compreender a trajetória tanto no processo de formação histórica do Brasil, chegando na análise dos dias atuais, auxilia compreender a fome enquanto este fenômeno complexo, e, desta forma, o que é necessário para enfrentar suas mazelas. Assim, dialogamos com a afirmação

[...] o combate à fome é pré-condição para a inserção dos indivíduos na convivência social. O ser humano com fome é pré-político, não está em condições de agir socialmente, de projetar ações futuras, de pensar a boa sociedade, mesmo porque ele estará todo o tempo procurando matar a fome” (Nabuco; Souky, 2004)

No entendimento da formação social do Brasil, Caio Prado Júnior (1981), afirma que nossa formação brasileira estruturou sua economia sobre o tripé da ***mão de obra escrava, na monocultura e do latifúndio***. Assim sendo, nossa produção de alimentos esteve ligada muito mais ao abastecimento das nações europeias do que a produção de alimentos para distribuição no mercado interno. Desse modo, em concordância com Miralha (2012), que discorre sobre a temática como podemos ver a seguir.

O modelo colonial no Brasil se constituiu por meio de três componentes fundamentais na organização social, quais sejam: a grande propriedade fundiária, a monocultura de exportação e o trabalho escravo. Nesse contexto, é importante destacar que a forma familiar de produção agropecuária sempre esteve presente desde o processo de ocupação do Brasil, no entanto, a produção familiar existia de uma forma subordinada à grande propriedade, produzindo principalmente produtos alimentícios, como cereais para a subsistência e para o consumo de pequenos mercados locais, pois, as grandes lavouras, na época, só produziam cana-de-açúcar para ser escoado para Portugal (MIRALHA, 2012, p.152).

Contudo, esse processo não aconteceu de forma pacífica, havendo formas de resistência e de enfrentamento do povo do campo. Em vista disso, compreendemos que a resistência de trabalhadores e trabalhadoras do campo é histórica. Mesmo com imposições estruturais sobre o processo produtivo que prioriza o investimento nas grandes propriedades - estas produtoras de açúcar para abastecer o mercado internacional - o os trabalhadores do campo resistiram e insistiram na ocupação do restante de terra “disponível” para produzir a própria alimentação e em maiores possibilidades para produzir o necessário à alimentação da

população (MIRALHA, 2012). Aqui, encontramos consonância mais uma vez com os escritos de Castro que busca aprofundar a compreensão acerca da fome e de maneira necessária compreender o caso brasileiro em sua complexidade

A fome no Brasil (...) é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico, com os seus grupos humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. Luta, em certos casos, provocada e por culpa, portanto, da agressividade do meio, que iniciou abertamente hostilidades, mas, quase sempre, por inabilidade do elemento colonizador, indiferente a tudo que não significasse vantagem direta e imediata para os seus planos de aventura mercantil. Aventura desdobrada, em ciclos sucessivos de economia destrutiva ou, pelo menos, desequilibrante da saúde econômica da nação: o do pau-brasil, o da cana-de-açúcar, o da caça ao índio, o da mineração, o da “lavoura nômade”, o do café, o da extração da borracha e, finalmente o de certo tipo de industrialização artificial, baseada no ficcionismo das barreiras alfandegárias e no regime de inflação. É sempre o mesmo espírito aventureiro se insinuando, impulsionando, mas logo a seguir corrompendo os processos de criação de riqueza no país (...). É a impaciência nacional do lucro turvando a consciência dos empreendedores e elevando-os a matar sempre todas as suas “galinhas de ovos de ouro”. Todas as possibilidades de riqueza que a terra trazia em seu bojo. Em última análise, esta situação de desajustamento econômico e social foi consequência da inaptidão do Estado Político para servir de poder equilibrante entre os interesses privados e o interesse coletivo (Castro, 1963, p. 280-281).

No Brasil, nem mesmo as transformações políticas e econômicas para o desenvolvimento do capitalismo foram capazes de alterar a concentração de terras, ao nosso ver esse é um elemento central para a produção da fome. As grandes oligarquias nunca estiveram interessadas em extinguir a fome, a formação histórica brasileira comprova que o pacto das elites tinha outro propósito.

Corroboramos com o entendimento de Minayo (1985), em que a fome pode e deve ser compreendida enquanto determinante das relações sociais de dominação econômica e política entre as nações e entre as classes dentro de cada nação. Assim, necessitando uma abordagem multidisciplinar para análise profunda e enfrentamento a esse flagelo, sendo consideradas contradições geradas pelo processo de acumulação de capital, fruto da Questão Social. Deste modo, refletindo sobre a produção, disponibilidade e consumo de alimentos, a autora infere que a fome é estabelecida entre a vida e a morte, sendo uma doença de muitas faces biológica, física, social e histórica.

Na obra, *Geopolítica da Fome* (1946), encontramos apontamentos de Josué de Castro que destacam a relação entre corpo e alma do homem faminto, que provoca a aproximar o fenômeno de uma dimensão de múltiplos sentidos

[...] sejam em formas isoladas, sejam associadas, as fomes específicas [parciais] atuam poderosamente sobre os grupos humanos, marcando o corpo e alma dos indivíduos. [...] Mas não é agindo apenas sobre o corpo dos indivíduos, degradando-lhes o tamanho, mirando-lhes as carnes, roendo-lhes as vísceras e abrindo lhes chagas e buracos na pele, que **a fome aniquila o homem**. É também atuando sobre o seu espírito, sobre sua estrutura mental, sobre sua conduta social (CASTRO, 1963, p. 122 e 124 grifos nossos)

Nesta referência, cabe evidenciar que, mesmo em diferentes tempos históricos, a fome habita diferentes corpos, entretanto, incide em corpos de cor negra e de gênero feminino de forma mais violenta. E, parafraseando Castro, *aniquila a mulher*, sobrando aos corpos femininos as pressões por mediar os conflitos da panela vazia e da sobrevivência de sua família. A mulher negra está na base ou centro da exploração da sociedade e a fome torna-se uma das manifestações do encontro violento entre machismo, racismo e capitalismo (CARNEIRO, 2011).

Carolina Maria de Jesus aponta, em seu livro/depoimento *Quarto de Despejo* (1960)

“A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago” (p.163)

Partimos do princípio que o problema da fome é estrutural, uma vez que é resultado da estrutura econômica profundamente desigual reproduzida ao longo da história no acesso a terra, renda e direitos básicos. Um importante marco desse caráter estrutural que produz fome, é a Lei de Terras de 1850 que assegurou a posse privada das terras num período crítico de esgotamento do regime escravagista. Dessa forma privilegiando e mantendo a estrutura agrária, utilizando mecanismos legais para reorganizar a massa de trabalhadores, antes escravizados e agora excedentes de mão de obra, agrupando a massa de imigrantes que já estavam preparados para ocupar os postos de trabalho no Brasil (Darcy Ribeiro, 2015).

Assim, pressentimos que, mesmo no período pós- abolição, a legislação brasileira não garantiu à população negra nenhuma condição concreta - terra, moradia e emprego - para garantir os mínimos direitos necessários para a reprodução da vida e da autonomia dessa população. Como aponta MIRALHA (2012) sobre a distribuição do território brasileiro a partir da lei das terras:

Desse modo, com a Lei de Terras passava-se do cativo do homem (escravo) para o cativo da terra, pois a terra no Brasil a partir dessa lei já não tinha mais “livre acesso”, era restrito a quem tinha condições de pagá-las, e esse não era o caso nem dos escravos, prestes a serem libertos, e nem dos imigrantes colonos, que vieram para trabalhar no regime de colonato nas lavouras de café (p.154).

Na sequência da formação histórica brasileira, a concentração de terras se manteve enquanto um elemento de negociação apenas entre as elites, sendo um fator determinante para a manutenção do poder entre a burguesia industrial e a oligarquia agrária em território brasileiro. A democratização da terra nunca foi projeto das elites, como aponta Martins (1997)

Entre as velhas elites e as novas elites estabeleceram-se uma espécie de compromisso político, mediante o qual os industriais e os grandes comerciantes tornaram-se grandes clientes políticos das oligarquias, às quais delegaram suas responsabilidades de mando e direção, reproduzindo os mesmos mecanismos políticos que vitimaram todo o povo e impediam um efetivo desenvolvimento da democracia entre nós (p. 20).

Em outras palavras, a formação sócio-histórica brasileira foi determinada pelo colonialismo, que se iniciou com a *invasão portuguesa* e, reproduziu as estruturas desiguais da colônia. A formação do Estado-nação brasileiro encobriu e operou a reprodução das estruturas responsáveis pela fome, e assim, o sofrimento social do povo brasileiro foi se consolidando. Por consequência, afirmamos, o nosso capitalismo é colonial e racial, e o nosso sistema de abastecimento agroalimentar, fruto desse sistema, também assume essas características (AZEVEDO, 2021). Aliás, Josué de Castro ratifica essa tal problemática, considerando as manifestações da fome diversas, entretanto afirma que suas causas estavam diretamente ligadas às estruturas socioeconômicas herdadas do colonialismo e ele referiu-se à realidade presenciada no desenvolvimento socioeconômico do Nordeste, como vemos a seguir:

Muito mais do que a seca, o que acarreta a fome no Nordeste é o pauperismo generalizado, a proletarização progressiva de suas populações, cuja produtividade é mínima e está longe de permitir a formação de quaisquer reservas com que seja possível enfrentar os períodos de escassez (...). Tudo é pobreza, é magreza, é miséria relativa ou absoluta, segundo chova ou não chova no sertão. Sem reservas alimentares e sem poder aquisitivo para adquirir os alimentos nas épocas de carestia, o sertanejo não tem defesa e cai irremediavelmente nas garras da fome (CASTRO, 1963, p. 242).

Mesmo que as tensões políticas que se desenvolveram durante os diferentes períodos políticos, década de 1930 e 1964, exigissem que as elites agrárias se reposicionassem frente às diferentes conjunturas, estas mantiveram-se no velho pacto das elites pela manutenção da oligarquia rural, do poder político aliado às forças de desenvolvimento industrial nos centros urbanos. Juntos, mantiveram-se intervindo nos caminhos decisórios do país, expressando a polarização que sempre foi presente e a não vontade política de encaminhar uma possível reforma agrária, diferente do movimento adotado em diversos outros países com o objetivo de uma modernização do país, como afirma MIRALHA (2012)

Assim, ao invés de promover uma reforma na estrutura fundiária brasileira e instaurar no país uma modernidade econômica e principalmente social, as elites brasileiras optaram por manter a desigual estrutura fundiária, e realizar uma modernização tecnológica na grande propriedade através de escandalosos subsídios (p.157).

As condições de reprodução da força de trabalho mantiveram-se determinadas pelas elites agrárias, assim como, a determinação de toda a produção, esta que sempre ocupará espaços de poder significativos no cenário institucional do Estado, e que implicava num controle direto da população rural que por estes e outros diversos fatores não influenciou nas decisões diretas, como exemplifica SORJ (1986)

A participação dentro do *novo jogo institucional* por parte dos grupos rurais dominados era praticamente nula, já que a grande maioria da população rural era analfabeta, não votava e aquela que o fazia era geralmente orientada diretamente pelos seus patrões. A capacidade dos grandes proprietários de terra em manter o controle político das massas rurais (cuja contrapartida era a fraqueza dos movimentos camponeses), é um elemento central na compreensão da permanência dos latifundiários no bloco do poder durante o período populista (grifos originais do autor. p.14).

Este cenário implica em um novo ciclo da política e do desenvolvimento econômico brasileiro. A partir de 1964 com a instauração de um golpe militar, o Estado brasileiro passa a arregimentar diversas medidas de controle da sociedade brasileira, permitindo avançar nos projetos de seu interesse como de modernização e reconhecimento de forças conjuntas de uma burguesia industrial e das oligarquias agrárias, período esse que ficou conhecido como milagre econômico. Conforme aponta Sorj (2008, p. 19), “(...) no caso do Brasil pós-1964, essas forças eram fundamentalmente o grande capital monopólico ao qual se associaram, em posição secundária, os grandes proprietários de terras”. Assim, chamando a atenção para os problemas do campo provocados pelo regime militar, sobretudo, centrado na política de modernização da agricultura, e de como se deu esse *desenvolvimento*.

Essa união determinou os caminhos dos processos de modernização, que ocorreram de forma desigual como aponta a seguir trecho do relatório Terrenos da Desigualdade - Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural realizado pela OXFAM Brasil

O processo de modernização da agricultura brasileira na década de 1960 provocou o aumento da produção e da produtividade, mas foi um processo profundamente desigual e contraditório. Mais do que conservadora, essa modernização foi permeada pela repressão política do período ditatorial e pela desigual distribuição dos recursos. Os investimentos governamentais em infraestrutura (especialmente a abertura de estradas) e os incentivos fiscais tornaram rentável a compra e/ou apropriação de grandes extensões de terras, materializando uma aliança entre militares e latifundiários (OXFAM, 2016, p.4).

No final dos anos de 1970 e começo da década de 1980, começou um intenso debate em torno dos efeitos negativos da modernização agrícola no Brasil. Tendo em vista, que ela não alterou a estrutura agrária e nem tão pouco solucionou o problema da fome no Brasil, pelo contrário, constitui-se no Brasil um sistema agroalimentar hegemônico, excludente e predador. O avanço dos interesses capitalistas forçou a criação de novos postos de trabalho subalternizados, como salienta Miralha

O processo de modernização da agricultura provocou a expansão do modo de produção capitalista no campo, com o aumento massivo da mão-de-obra assalariada nas grandes propriedades modernizadas, surgindo assim os trabalhadores volantes (“bóias-fria”) que normalmente moram nas cidades, em sua maioria nas periferias, e são transportados diariamente para o local de trabalho, as grandes lavouras, trabalhando sob condições precárias de contratação e de segurança no serviço (2012, p.158).

A aceleração do crescimento populacional e a intensificação do fenômeno de urbanização, em um contexto de desigualdades socioeconômicas tornou-se central na questão do abastecimento alimentar. As cidades passaram a ser vistas como moedas de compra e troca, espaços mercantis que não se solidarizam com a vida humana.

O processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com o da pobreza, cujo locus passa a ser, cada vez mais, a cidade, sobretudo a grande cidade. O campo brasileiro moderno repele os pobres [...]. A indústria se desenvolve com a criação de pequeno número de empregos, e o terciário associa formas modernas a formar primitivas que remuneram mal e não garantem a ocupação (SANTOS, 2013, p.11).

Se o impacto da globalização sobre o mundo desenvolvido foi forte, o que podemos dizer do impacto que sofreram e sofrem as nações em que a maior parte da população nunca conheceu os direitos universais: emprego, previdência, saúde, educação, habitação (MARICATO, 2020). Estas foram atravessadas por transformações profundas no seu modo de habitar, descobrindo a duras penas a vida em grandes metrópoles, onde a esperança de novos dias e novas oportunidades não chegaram a dobrar a esquina. Na sequência apresentamos uma tabela sobre a variação da população urbana, influenciada pelo processo de urbanização.

Tabela 01 – Variação da População Urbana do Brasil de 1940 – 1980.

Ano	Variação da pop. (%)
1940 – 1950	72,46%
1950 – 1960	70,13%
1960 – 1970	65,55%
1970 – 1980	55,01%
1940 a 1980:	653,03%

Fonte: Elaboração própria com base em dados de Santos (2013), em A Urbanização Brasileira.

A urbanização brasileira é fruto de um movimento fragmentado, marcado por um processo acelerado e devastador, provocando a migração das populações rurais e do espaço do campo como um todo, produzindo transições e desequilíbrios e promovendo uma

desterritorialização da população rural. Transformações que se manifestaram empiricamente de variadas formas, pois foi (e ainda é) gerador de uma ampla gama de exclusões e re-inclusões sociais que, concretamente, se cristalizam como as formas e desequilíbrios regionais, urbano-rurais e urbano-urbano (SANTOS, 1993).

A fim de contextualizar o cenário nacional desse período, faz-se necessário compreender a ebulição da luta de classes nas décadas de 70 e 80 promovendo o enfrentamento ao regime militar. Dessa forma, esse processo culmina na organização dos movimentos sociais do campo questionando a ditadura, a concentração de terras e a desigualdade no campo.

No final dos anos 70 surgiram os primeiros sinais do esgotamento do regime militar. O chamado “milagre econômico” se acabará. Diversos setores da sociedade empreendiam formas de luta que tornavam mais visíveis as contradições que se acumularam nos anos mais obscuros. Reapareceram as greves, muitos sindicatos renovaram suas práticas, trazendo não só novas formas de expressão como também uma crítica radical à estrutura sindical. A luta pela anistia e a condenação econômica e política ao regime ganharam fôlego. Nesse quadro, as lutas no campo se diversificaram e se intensificaram, trazendo à cena política não só a sempre renovada luta pela terra, mas também greves de assalariados em diversas regiões, lutas dos pequenos produtores modernizados e integrados por melhores preços para seus produtos (MEDEIROS, 1989 p. 15).

Nesse período, foram muitos os questionamentos de ordem social e ambiental sobre a questão agrária no Brasil, ademais, elas vieram combinadas com o debate sobre a redemocratização no País. Um marco determinante da nossa discussão é promulgação da nova Constituição (1988) que garantiu importantes direitos sociais, resultado de um período de intensas manifestações após o fim do período ditatorial, mesmo com forte influência dos militares para serem promulgadas um conjunto de normativas que passariam a ser referência para a gestão da nação (MARTINS, 2022).

Um dos parâmetros importantes que o documento promulgado apresenta é sobre a função social da terra, considerando que a terra deve atender as necessidades da sociedade, fazendo-a produzir para cumprir a finalidade social, porém, de uma maneira que conserve um ambiente ecologicamente estável para as gerações futuras - esse artigo é utilizado como um parâmetro para julgar conflitos fundiários.

Neste momento, temos um cenário onde vários presos políticos foram anistiados, partidos políticos foram criados, mesmo que na ilegalidade, e, nesse ínterim, o camponês surge novamente como um ator político de extrema importância no debate sobre a questão agrária. Que para o interesse das elites se configura na concentração da terra, à captura de recursos naturais e bens comuns, à degradação do meio ambiente e como aponta José Graziano da Silva (1980)

(...) Do outro lado - da parte daqueles que não a podiam esquecer, porque a questão agrária faz parte da sua vida diária, os trabalhadores rurais - ela fora silenciada. Para isso foi necessário fechar sindicatos, prender e matar líderes camponeses, além de outra série de violências que todos conhecem ou pelo menos imaginam (p.4).

Nessa conjuntura, a igreja católica progressista através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), teve um papel essencial no final dos anos 1970 e no começo da década de 1980. Nesse contexto, também surgem os principais movimentos sociais e organizações políticas que tinham como bandeira de luta e referência política a luta pela terra e a defesa da reforma agrária.

Essa luta se apresenta na contramão dos processos históricos de concentração de terras, ao afirmar como princípio ideológico a compreensão de que a produção e distribuição de alimentos fazem parte da soberania de um povo (STÉDILE; CARVALHO, 2011). Assim, como correspondem as reflexões abordadas em entrevistas, a reforma agrária busca expor a matriz de um dos grandes problemas da sociedade, como vemos a seguir:

Os principais objetivos é lutar pela terra e pela reforma agrária, então essa é uma das questões centrais. Qual é a matriz dessa luta? A matriz é de que um dos grandes problemas que a sociedade brasileira tem aqui na terra seja ela rural seja ela urbana, e a gente chama de questão agrária, e quando se fala da questão agrária ela implica em ser um fator gerador de problema e gerador de conflitos que geram desigualdades. (entrevistado 4)

De modo que, a luta pela terra está intrinsecamente ligada à questão do combate às desigualdades e por sua vez ligado ao combate à fome, ao passo que esses importantes atores emergem no cenário nacional, a correlação de forças permanece desfavorável. O agronegócio brasileiro, nesse período, passou por um grande impulso e alavancou o seu desenvolvimento, avançando na ampliação do controle das terras e na monocultura para a exportação, cada vez mais se conformando enquanto um projeto de poder.

Dito isto, o agronegócio está longe da sua roupagem de imagens coloridas e modernas como na campanha “Agro é pop⁷”. O sistema do agronegócio fomenta que o Brasil retorne ao que pesquisadores configuram, como a *reprimarização da economia*, ou seja, uma economia pautada em produzir matérias-primas e importar produtos industrializados construindo uma relação de subalternidade do Brasil com relação ao mercado internacional (MITIDIERO; GOLDFARB, 2021).

Em sentido inverso, aonde permanece a terra concentrada e com contingentes elevados de trabalhadores rurais e suas famílias sem-terra, é grave a situação de insegurança alimentar. [...] O Brasil é o exemplo mais vivo desse último caso, não tendo ainda realizado uma ampla reforma agrária, como requer sua situação

⁷ Em referência às campanhas de marketing veiculadas pelo maior conglomerado de mídia e comunicação desse país, o sistema Rede Globo desde 2016 e que defendem uma ideia do agronegócio como o motor do país.

fundiária. A determinação de uma 16 situação de insegurança alimentar está diretamente relacionada com essa situação de conflito e exclusão no campo. (MALUF, MENEZES E MARQUES, 2000, p.16/17)

Diante do contexto apresentado, existe uma grande contradição, contradição essa que se expressa, de um lado, nos registros de exportação e lucros do agronegócio e, de outro, no aumento de pessoas com fome no Brasil. Por isso, corroboramos com a afirmação a seguir da fome como um projeto:

No “tudo” que o Agro invoca para si entra a fome, com isso, o Agro é, também, fome. O Agro molda, defende e planeja uma estrutura político-econômica de produção de alimentos que deságua no aumento da fome. Por isso, a insegurança alimentar no Brasil não é uma consequência inesperada de uma pandemia ou uma falha do sistema econômico, mas, sim, projeto (MITIDIERO, GOLDFARB, p.33.2021).

Essa discussão aponta que a crise no abastecimento alimentar mundial está diretamente relacionada com a questão agrária e a concentração de terras no Brasil. Em outro contexto, avaliamos as reflexões de José Martí, já no início do século XX, em relação à dependência da América Latina face aos capitais estrangeiros: “Um povo que não consegue produzir seus próprios alimentos, é um povo escravo. Escravo e dependente do outro país que deve lhe fornecer as condições de sobrevivência!”. Assim, fica evidente compreender e associar os efeitos estruturais do sistema econômico às condições reais do acesso ao alimento, e principalmente a um alimento diverso e saudável.

No decorrer desta escrita, apontamos a fome enquanto um projeto político complexo e a concentração de terras como responsável por esse projeto. Josué de Castro expressa esse projeto da seguinte forma: “o fenômeno da fome assume diversas configurações, mas é, sobretudo, um produto direto do subdesenvolvimento econômico e social” (CASTRO, 1963, p. 32-33). E, os principais indicadores do processo histórico de um sistema hegemônico e colonizado que condena, à fome e à miséria, a parcelas significativas da população advém, como já referido, de uma formação resultante da mão de obra escrava, da monocultura e do latifúndio, num projeto privado das elites, que exclui o povo brasileiro.

A fome sempre esteve vinculada às desigualdades, à pobreza e à dependência. No entanto, nem sempre a fome foi avaliada sob a perspectiva da desigualdade. A teoria naturalista influenciou, e, ainda influencia, na concepção sobre o flagelo da fome e suas consequências, diluindo a compreensão da essência do problema e atravessando as proposições de medidas para seu enfrentamento.

Ao longo da história alguns atores emergem nesse cenário de enfrentamento a essa problemática complexa. Os movimentos populares do campo, responsáveis pela defesa da terra, defesa da produção de alimentos saudáveis, e luta pelo acesso à terra e a efetivação de

sua função social, resgatam a promulgação da Constituição de 1988. E os movimentos populares urbanos enfrentam cotidianamente a pauperização da vida, com ampla defesa e criação de estratégias na construção de um projeto de combate à fome. Contudo, as experiências dos movimentos populares apresentam limites, uma vez que é de responsabilidade das políticas de Estado as condições para o combate à fome e seus mecanismos de reprodução. Josué de Castro já afirmava que a fome "[...] é a mais trágica expressão do subdesenvolvimento econômico" (Castro, 1963), ou seja, o combate à fome se daria pelo enfrentamento de suas dimensões estruturais. Nesse sentido, entendemos que é preciso combinar iniciativas de assistência alimentar com aquelas que podem levar a mudanças estruturais, como políticas de educação, saúde, geração de renda, apoio à agricultura, entre outras. E esse será o próximo item da nossa discussão, considerando o foco na discussão alimentar, e na formulação do conceito de fome e seus derivados.

2.2 Segurança Alimentar - Entre o passado e o futuro da questão alimentar

“Metade da humanidade não come; e a outra não dorme, com medo da que não come” (Josué de Castro)

Os termos "Segurança Alimentar" e "Insegurança alimentar" têm sido uma referência no que tange a terminologia oficial de organizações internacionais para compreensão e determinações do fenômeno da fome, relacionado inicialmente aos aspectos nutricionais, passando por diversas revisões teóricas e políticas.

Essa discussão começou a ser retratada após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Com a traumática experiência da guerra, vivenciada sobretudo na Europa, quando se evidenciou que a segurança nacional de um país dependia da segurança alimentar, ou seja, dependia da produção e estoque de alimentos. Evidenciou-se assim o poder de dominação do abastecimento alimentar sobre os países, ou seja, o controle do fornecimento de alimentos tornou-se uma estratégia de guerra (BLÜMKE, 2017). Posto isto, essa afirmação dialoga com as seguintes reflexões

A alimentação seria, assim, uma arma poderosa, principalmente se aplicada por uma potência em um país que não tivesse a capacidade de produzir por conta própria e suficientemente seus alimentos. Portanto, esta questão **adquiria um significado de segurança nacional para cada país**, apontando para a necessidade de formação de estoques "estratégicos" de alimentos e fortalecendo a idéia de que a soberania de um país dependia de sua capacidade de auto-suprimento de alimentos. (MALUF, MENEZES e MARQUES, 2000, p.1, grifos nossos)

A consequência desses eventos foram as grandes crises econômicas no continente Europeu, acarretando em impactos desastrosos em todo o sistema econômico mundial,

situação agravada com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. A grande preocupação com o combate à fome pairou no cenário mundial, todavia, tal discussão detinha o poder de influenciar numa guerra de posições travada entre países

[...] Nessa guerra de posições, a fome e a pobreza deveriam ser combatidos por meio de cooperações internacionais, para evitar que se configurassem quadros de instabilidade social e política em países pobres que pudessem desencadear processos revolucionários. Portanto, o combate à fome em escala internacional passou a ser um elemento estratégico importante no jogo de disputas pelo controle geopolítico mundial. (SILVA, 2014, p.9)

Esse cenário influenciou a problemática da fome e provocou as primeiras articulações internacionais integradas para combatê-la “[...]surgiram ao longo dos anos diversas organizações multilaterais e acordos internacionais que abordavam temas como comércio internacional, desenvolvimento da agricultura, ajuda humanitária.” (SILVA, 2014, p.9). E assim surgiram estratégias diante do cenário de retrocesso e da necessidade de alternativas, como a criação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em 1946.

A falsa justificativa do crescimento demográfico dissimulou por muito tempo as reais causas do fenômeno da fome e por consequência afetou diretamente nas concepções sobre a fome e nas suas consequências como a produção de políticas para o seu enfrentamento. Assim como aponta o trecho a seguir sobre as transformações sobre o conceito de entendimento sobre a fome

Nas últimas décadas o conceito de fome vem sendo cada vez mais substituído por desnutrição e mais recentemente por insegurança alimentar, o que acaba por suavizar o conceito de fome, uma vez que esses outros termos não têm a mesma capacidade explicativa, diluir e minimizar os seus dados por meio dos graus de insegurança alimentar. (BLÜMKE,2017 p. 34/35)

Os problemas globais referentes ao abastecimento de alimentos seguiam se intensificando e as articulações internacionais buscavam alternativas. Um dos marcos iniciais de propagação do termo Segurança Alimentar se deu na Conferência Mundial de Alimentação, realizada em Roma, em 1974 que determinou que a Segurança Alimentar pode ser entendida “[...] como a garantia de adequado suprimento alimentar mundial para sustentar a expansão do consumo e compensar eventuais flutuações na produção e nos preços.” (CUNHA,2005,p.1) fomentando a concepção de que o problema da questão alimentar está estritamente ligada à capacidade de produção, e a partir desse entendimento, políticas de desenvolvimento agrário. O aumento da necessidade de modernização do setor agrícola, principalmente em países em desenvolvimento, fortalecido pelas inovações da indústria química (agrotóxicos) e em maquinários mais ágeis que reduzissem o *custo humano*, esse processo foi chamado de

Revolução Verde (MALUF, MENEZES E MARQUES, 2000).

Mesmo com altos investimentos internacionais e com recuperação da produção mundial de alimentos nos anos seguintes, embora numa menor proporção que a promessa da revolução verde, o problema da fome não deixou de existir e seguia atingindo uma parcela importante da população mundial, de forma violenta a população brasileira, que passa a habitar os centros urbanos aprofundando as contradições da questão social,

[...] em nome de um sistema de produção agrícola moderno e eficiente, a diversidade de culturas alimentares foi gravemente afetada e grande contingente de agricultores familiares precisou migrar para os centros urbanos, gerando graves problemas de desemprego e precarização social nas periferias das grandes cidades. (SILVA, 2014, p.10)

É nesse contexto que os estudos de Josué de Castro ganham eco e referência a nível mundial, e reafirmam que o flagelo da fome não está relacionado à disponibilidade dos alimentos e sim a um conjunto de fatores sociais, culturais, econômicos e principalmente políticos.

A fome no Brasil, que perdura, apesar dos enormes progressos alcançados em vários setores de nossas atividades, é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico, com os seus grupos humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. (...) expandiu-se no país uma agricultura extensiva de produtos exportáveis ao invés de uma agricultura intensiva de subsistência, capaz de matar a fome do nosso povo (CASTRO, 1963, 266-7).

Como as medidas adotadas não trataram de reduzir os níveis de pobreza e má nutrição no planeta, o levaram a uma redefinição de segurança alimentar. Em 1983, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação alterou o conceito de Segurança Alimentar

The Eighth Session of the Committee on World Food Security (CFS), held at FAO Headquarters in April 1983, reappraised the concept of world food security and set out new approaches for the 1980s. Under the broadened concept, the ultimate objective of world food security is to ensure that all people at all times have both physical and economic access to the basic food they need. CFS also spelled out three specific aims of food security: ensuring adequate production of food, maximizing the stability of food supplies, and ensuring access to them, particularly on the part of those in greatest need. (FAO, 1983, p.14)⁸

Desta forma, o conceito passaria a compreender a garantia do acesso físico e econômico das pessoas à alimentação básica. A vista disso, ampliava-se a compreensão deste fenômeno em que, a ausência do alimento não está associada apenas a disponibilidade e sim a capacidade de acesso aos alimentos, e isto envolve poder aquisitivo da população o que, por sua vez, envolve enfrentar as mazelas da pobreza (SILVA, 2014).

⁸ Tradução própria: o objetivo final da segurança alimentar mundial é garantir que todas as pessoas, em todos os momentos, tenham acesso físico e econômico aos alimentos básicos de que precisam. O CSA também definiu três objetivos específicos da segurança alimentar: garantir a produção adequada de alimentos, maximizar a estabilidade dos suprimentos de alimentos e garantir o acesso a eles, principalmente por parte dos mais necessitados.

Nos anos seguintes permanece em âmbito mundial o debate sobre a fome e a busca de ações, campanhas e articulações que pudessem reduzir o impacto desse problema. Em 1986, um relatório do Banco Mundial introduziu uma distinção entre as tipologias entre **insegurança alimentar transitória**, decorrente de desastres naturais, colapsos econômicos ou conflitos bélicos, e **insegurança alimentar crônica**, associada a problemas estruturais de pobreza e de baixa renda (BLÜMKE,2017). Assim, torna-se central aos países incorporar a concepção de política de Segurança Alimentar, afirmando posições de pesquisadores sobre a centralidade do debate da segurança alimentar para o desenvolvimento de uma nação.

A proposição de colocar a segurança alimentar como um eixo estratégico de desenvolvimento, pressupõe o reconhecimento de que há uma questão alimentar nos processos de desenvolvimento que se deve a três fatores. Primeiro, estar adequadamente alimentado constitui um direito humano básico enquanto condição vital da existência. Segundo o conjunto de atividades ligadas à produção, distribuição e consumo de alimentos (o sistema alimentar) desempenha um papel central na configuração econômica, social e cultural dos países. Terceiro, as questões ligadas aos alimentos e à alimentação sempre foram fonte de preocupações e de mobilizações sociais, e objetos permanentes das políticas públicas. (MALUF, MENEZES, MARQUES, 2000, p.5)

Por conseguinte, na década de 1990 a concepção de segurança alimentar passa a ser reconhecida e abarca ainda mais a dimensão individual do que de nação, evoluindo para uma discussão

O acesso passou a envolver também alimentos suficientes, indicando preocupação com a desnutrição energético-proteica, mas também com o equilíbrio nutricional, ou seja, com a composição dos alimentos e exigências nutricionais 65 mínimas para uma vida ativa e saudável. As preferências alimentares, os aspectos social e cultural passam a ser considerados. Desse modo, ambos os conceitos anteriores (formulados em 1974 e 1983) tinham perdido sua simplicidade, não sendo uma meta em si, mas um conjunto de intermediação de ações que contribuem para uma vida ativa e saudável (BLÜMKE,2017 p. 64/65).

Esse processo desencadeou uma série de documentos internacionais que estabeleceram uma relação direta sobre a segurança alimentar na perspectiva dos direitos humanos, como foi o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 1994, e em 1996 representantes de 185 países reuniram-se na Cúpula Mundial da Alimentação realizada em Roma (BLÜMKE,2017).

Nesse encontro, o Comitê de Segurança Alimentar Mundial (Committee on World Food Security) da FAO incluiu em seus documentos definitivamente a esfera nutricional na interpretação oficial da definição de segurança alimentar, no sentido de reconhecer a questão do risco à saúde, segurança do alimento e essa terminologia incorporada desde então. Nesse encontro foi aprovada uma declaração e um plano de ação contra a insegurança alimentar e nutricional e tomou como definição o conceito de segurança alimentar, considerando um

paralelo direto entre eles

O primeiro deles é que a segurança alimentar e a segurança nutricional são como “duas faces da mesma moeda”, não podendo se garantir uma delas sem que a outra também esteja garantida. O segundo princípio está no fato de que somente será assegurada a segurança alimentar e nutricional através de uma participação conjunta de governo e sociedade, sem que com isto se diluam os papéis específicos que cabe a cada parte. (MALUF, MENEZES e MARQUES, 2000, p.3)

A Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e o Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação estabelecem as bases para diversas trajetórias, de maneira a atingir um objetivo comum, garantir segurança alimentar a nível individual, familiar, nacional, regional e mundial, tendo como horizonte realizar essa meta até o ano 2015. Essas discussões ampliam os horizontes da compreensão da definição de segurança alimentar ao afirmar os pilares desse entendimento:

Desse modo, a definição vigente de segurança alimentar baseia-se nessas quatro dimensões, entendidas como: 1) Disponibilidade: alcançada quando quantidades suficientes de alimento são fornecidas por meio da produção, comércio e ajuda humanitária em gêneros alimentícios; 2) Acesso: alcançada quando indivíduos têm acesso a recursos adequados, direitos (entitlements) para adquirir alimentos apropriados para uma dieta nutritiva; 3) Utilização: de alimentos por meio de uma dieta adequada, água potável, saneamento e saúde para se atingir um estado de bem-estar no qual todas as necessidades fisiológicas são atendidas; 4) Estabilidade: a unidade familiar ou o indivíduo devem ter acesso à alimentação adequada a todo tempo (BLÜMKE, 2017 p. 66).

Considerada enquanto uma evolução do conceito de segurança alimentar surge o termo **segurança alimentar e nutricional**, esse termo tem sido usado com maior frequência em discussões atuais e tem sido defendido, especialmente, por vincular uma maior integração da nutrição nas políticas e programas de segurança alimentar

[...] é usado de forma a combinar os dois conceitos citados anteriores, sendo especialmente utilizado com ênfase numa abordagem socioeconômica pelas comunidades da alimentação e agricultura em reconhecimento as dimensões de disponibilidade, acesso e estabilidade de alimentos. Além disso, reconhece a importância das principais preocupações nutricionais, tais como: cuidados e práticas alimentares, saneamento e saúde pública. Essa terminologia indica que a segurança alimentar é uma condição prévia para uma nutrição adequada e que diferentes ações complementares são necessárias para atingir os objetivos de segurança alimentar e nutricional (BLÜMKE, 2017 p. 67/68)

Alimentar-se é um direito social previsto no artigo 6º da Constituição de 1988, que só foi inserido após a Emenda Constitucional 64/2010. É definido como sendo um direito inalienável traduzido pelo Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e está previsto no artigo 25.1 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Entretanto, historicamente esse direito é negado aos povos, e nesse sentido, compreende-se a fome enquanto produto de um projeto estrutural resultado dessa negação ao direito básico, forjado

a partir de decisões de cunho e de interesses político ao ter conhecimento sobre os relatos dramáticos daqueles que estão sofrendo com a fome, é fundamental entender o que se fez ou deixou de ser feito para que isso aconteça.

O DHAA está expresso no artigo 6º da Constituição Federal, e afirma que o Estado é responsável pela alimentação do povo, exigir a sua viabilidade são preceitos fundamentais para garantir que o poder público seja mais justo e efetivo com as políticas que viabilizem esse direito. O texto promulgado se expressa na seguinte redação:

[..] "[Art. 6º](#) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição."

No caso brasileiro, a primeira década do novo milênio apresentou avanços significativos na construção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), consolidados na construção e aperfeiçoamento de uma Política Nacional de Soberania, Segurança Alimentar (PNSAN), constituindo-se uma referência internacional, inclusive com significativos resultados na articulação intersetorial. Incluindo na II Conferência Nacional de SAN de 2004, ao estabelecer que a:

Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, art. 3º, 2006)

O conceito de Segurança Alimentar tem sido essencial no último período como ação estratégica na defesa de quais/como as medidas públicas são necessárias com vistas a discutir e diminuir a vulnerabilidade e dificuldade dos países em produzir sua própria alimentação e garantir o mínimo necessário de atendimento às necessidades básicas nutricionais para a sobrevivência digna aos povos.

Ao longo da década passada, a Política de SAN ganhou impulso no Brasil por meio do reforço de marcos legais; da criação de um ambiente institucional que facilitou a cooperação e a coordenação entre os ministérios e as diferentes esferas de governo, com responsabilidades definidas; de maiores investimentos em áreas como agricultura familiar; e do forte envolvimento da sociedade civil no processo político. (FAO, 2014)

Segurança alimentar, insegurança alimentar, desnutrição, subnutrição, são alguns dos termos acionados para abordar o mesmo elemento. Diante de tantos indicadores já referenciados, faz-se necessário compreender e reconhecer o conceito da fome como uma dimensão de totalidade e um apelo a compreender um fenômeno concreto e complexo, e que não pode se deter apenas as compreensões técnicas do meio acadêmico

Nomear a fome não somente como conceito, mas experiência, nos parece ser um dos caminhos de resistência para os conceitos técnicos, as teorias conformistas ou as produções colonialistas daqueles que comem. Ora, o que nos parece interessante travar é uma luta para a (re)sensibilização da palavra, para o confronto com esse vazio, reconhecendo os avanços na construção de políticas que interferiram estruturalmente na questão. A baixa prevalência da fome nos diz de um lugar de leitura: o lugar dos números. **Qual tem sido nossa relação com outros lugares de leitura, o da convivência com essa experiência ou com aqueles que carregam a responsabilidade da fome injustamente?** (FRUTUOSO, VIANA, 2021, p.2)

Ao longo desse tópico mostramos como a fome atinge principalmente as populações mais pobres, já que está relacionada às desigualdades econômicas e sociais nas mais diferentes escalas - de global a regional. Portanto, a fome é um problema de classe, uma vez que resultado da desigual estrutura de acesso aos meios de produção e dos mecanismos de reprodução social de desigualdades - empregos precários entre outros - realidade que atinge de forma diferenciada a população negra e as mulheres.

Sendo assim, o seu enfrentamento precisa ser um eixo central no desenvolvimento de políticas públicas, necessário para a prosperidade de qualquer indivíduo, país ou nação. Entretanto, consideramos que esse conceito não é um consenso em todas as instituições de referência (FAO/The State of Food Insecurity in the World/Committee On World Food Security), ou seja, ainda é um conceito em disputa e em constante transformação, que, para além da conceituação da terminologia referida, cabe seguir questionando sua relação direta na explicação e no combate dessa relação estrutural da fome, à semelhança do que dispomos a fazer no próximo item, que busca articular a trajetória das políticas públicas para o combate a fome no Brasil.

2.3 Políticas Públicas para o combate à fome no século XX e XXI

Aqui nessa terra tudo que se
Planta nasce, cresce e floresce
Deixa o povo plantar.
Deixa o povo colher.
Deixa o povo ser feliz.
O Brasil não pode ter miséria!⁹

As diferenças entre o crescimento econômico e social do país existem há muito tempo no Brasil. O sistema econômico adere ao paradigma da modernização conservadora, o que o torna menos favorável para uma proposta de igualdade social e possibilidade de cidadania plena. Como resultado, pode-se observar uma parcela considerável da população com dificuldade de acesso a alimentos em quantidade e qualidade.

⁹Em referência a música - Brasil 500 - Maurício Tizumba,

Está escrita tem por objetivo lembrar os marcos das políticas públicas de assistência alimentar no Brasil. Para passar da escassez de alimentos à segurança alimentar, o Brasil precisou criar uma nova cultura que reconhecesse a alimentação como um direito humano.

Enquanto uma produção histórica, a fome no Brasil é um fenômeno crônico e coletivo. É uma forma de degradação social resultado de processos históricos de exclusão, dominação política e econômica. Os aspectos mais fundamentais das dimensões da vida humana são afetados por condições precárias de sobrevivência e não podem ser definidos e quantificados de forma direta sem compreender os significados subjetivos e associações de expressões humanas que envolvem o drama de conviver com tal violência.

Deste modo, encontramos concordância nos pensamentos de Carolina Maria de Jesus, para a autora, “os gêneros alimentícios devem estar ao alcance de todos”. Sua reflexão é indissociável de sua experiência como uma mulher que era mãe, negra e pobre. Em suas palavras: “Como é horrível ver um filho comer e perguntar: “Tem mais?” Esta palavra “tem mais” fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha as panela e não tem mais” (DE JESUS, 1960, p.38).

Como relatado anteriormente, a fome é essa produção multifacetada pela história brasileira, partindo da questão agrária como raiz da desigualdade até a produção excludente do espaço urbano, enquanto parte do processo de acumulação do sistema capitalista, baseado nos princípios do lucro e da acumulação. Isso é perceptível ao analisar a ocorrência da urbanização que decorre das grandes transformações estruturais que o país sofre, mudando a cadeia produtiva que migra do campo para a cidade. Em Marx e Engels vamos buscar uma explicação, no qual os autores elaboram uma concepção preambular de cidade, como sendo “a realidade da concentração da população, dos instrumentos da produção, do capital, dos prazeres, das necessidades” (1984. P. 64.).

Como resultado, fica claro que a cidade evoluiu para uma expressão da divisão da população em duas grandes classes, o que está diretamente relacionado à divisão do trabalho e dos instrumentos de produção. A produção da cidade depende das formas existentes de propriedade evoluindo para o capital industrial, ou, para citar Karl Marx, “os vários estágios de desenvolvimento da divisão do trabalho são apenas outras tantas formas diversas de propriedade” (Marx, 1981, p. 118).

E nesse centro social, que concentra profundas interações nas contradições, onde se acentuam e expõem as mais perversas consequências dessa “evolução” das cidades, que consiste na exclusão da enorme massa marginal de pobres do centro e o abandonando-os nos quartos de despejos. Ou melhor, dito nas palavras de Carolina Maria de Jesus:

Em 1948, quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós, os pobres que residíamos nas habitações coletivas, fomos despejados e ficamos residindo debaixo das pontes. É por isso que eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos. (JESUS, 1961, p. 17.)

O intuito até o presente momento, contornou-se a nossa problemática sobre a produção do fenômeno da fome e suas consequências concretas que atravessaram historicamente (e atravessam) a vida do povo brasileiro. E essa transição da fome de flagelo social para a segurança nutricional e alimentar tem a ver com políticas de ganhos sociais, redistribuição de renda que possibilita ao sujeito a dignidade de se alimentar minimamente durante o dia. Durante a história brasileira as políticas que trataram a questão alimentar foram fruto de continuidades e descontinuidades em um movimento dialético com a realidade.

Somente a partir da década de 30 estabeleceram-se iniciativas estatais voltadas para a questão da alimentação da população, fundamentando-se na transformação do indivíduo para o sujeito de direitos através do trabalho (TELLES, 2001). Isto posto, correspondendo ao período de emergência dos primeiros instrumentos dessa modalidade de política social considerando correlação de forças e recebendo delineamentos de acordo com a forma que o Estado assumia em determinadas conjunturas.

[...] as distintas formas de intervenção estatal na área de alimentação e nutrição são construídas, desconstruídas e/ou reconstruídas a partir do jogo de interesses econômicos, sociais e políticos que se opera entre os distintos segmentos sociais de cada conjuntura examinada (VASCONCELOS, 2005, p.440)

Nesse período, ocorreu a instituição do salário mínimo¹⁰, e estabeleceu-se a política da “ração essencial mínima”¹¹ a qual discorria sobre os alimentos adequados para as necessidades nutricionais de um trabalhador adulto, tanto em quantidade quanto em qualidade, além de outras medidas como a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e da Comissão Nacional de Alimentação (CNA). Como resultado, é importante demarcar que, ao longo de sua história, o salário mínimo, em tempo algum foi suficiente para cobrir as necessidades básicas do empregado e de seus dependentes, tratando-se de uma estratégia de poder, exigindo uma troca em que o trabalhador precisaria aumentar significativamente a quantidade necessária de tempo de trabalho para adquirir o rendimento mínimo essencial para a reprodução da vida (VASCONCELOS, 2005).

¹⁰ Decreto-Lei no 2.162, de 1o de maio de 1940

¹¹ Decreto-Lei no 399, de 30 de abril de 1938

O SAPS¹² - Serviço de Alimentação da Previdência Social foi outra política instituída em 1940, sendo subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o SAPS fazia parte de um programa estatal de melhoria da situação de vida dos trabalhadores, a medida só valia para quem tinha formalização, o que não representava a maioria da população à época. O programa tinha ações em diferentes áreas, como ações de educação alimentar, entretanto, seu fim foi instituído nos primeiros períodos da ditadura militar

No decorrer de sua vigência (1940 a 1967), foi responsável por uma infinidade de ações no campo da nutrição. Na área da assistência nutricional promoveu a instalação dos restaurantes populares no Rio de Janeiro, São Paulo e outras cidades, com o objetivo de oferecer aos trabalhadores urbanos uma alimentação equilibrada e por preço acessível. Na área de abastecimento alimentar promoveu a criação dos postos de subsistência destinados à comercialização de gêneros de primeira necessidade a preço de custo. (VASCONCELOS, 2005, p.441)

No início daquela década, pesquisas de Josué de Castro apontavam indicadores sociais de que a fome se alastrava pelo país, considerando que “[...] A falta de renda foi diagnosticada por ele como uma das mais sérias ameaças à capacidade das famílias em suprir suas necessidades alimentares (SILVA, 2014, p.16). Tais afirmações foram referências às discussões nacionais e internacionais fomentando políticas de enfrentamento à fome.

Para comandar as políticas de alimentação, foi constituída a Comissão Nacional de Alimentação (CNA)¹³, e essa instituição foi responsável pela elaboração do I Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, em 1952, fundamentado em uma pesquisa sobre os hábitos alimentares e o estado nutricional da população brasileira, essa estratégia pôde ser vista como uma fusão do planejamento nutricional brasileiro e suas ações.

Na seqüência, entre o Plano SALTE (saúde, alimentação, transporte e energia) de Gaspar Dutra (1946-1950), o retorno do populismo de Getúlio Vargas (1951-1954), o desenvolvimento rápido do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1955-1960) e as reformas de base de João Goulart (1961 - março de 1964), a questão da intervenção estatal em alimentação e nutrição materializou-se pela continuidade das ações do SAPS; da criação, em 1954, do embrião do atual Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do início dos programas de assistência nutricional às gestantes, nutrízes e crianças menores de cinco anos de idade desenvolvidos pela CNA. (VASCONCELOS, 2005, p.442)

Nos anos seguintes os programas e ações que constituíram o campo das políticas de desenvolvimento social e combate à fome destacaram-se pela adesão de países ao debate sobre a fome no contexto mundial. Especialmente no Brasil, com a criação das primeiras organizações não governamentais (ONG) tal como a criação da Associação Mundial de Luta

¹² Decreto-Lei no 2.478, de 5 de agosto de 1940

¹³ Decreto-Lei no 7.328 de fevereiro de 1945.

Contra a Fome, em 1957, a entidade foi criada com os objetivos de articular ações com propósitos humanitários de combate à fome a nível internacional sob a presidência de Josué de Castro (VASCONCELOS, 2005).

Ainda em 1952, Josué de Castro integrava o segundo governo de Getúlio Vargas e apontou 10 pontos necessários para vencer o combate à fome na realidade brasileira. Ele, por sua vez, alerta as elites responsáveis que a alternativa seria uma reorganização estrutural da questão agrária a modo a encararem o problema em suas devidas proporções e propõe eixos do que seria por ele considerada uma política alimentar:

- a) Combate ao latifundiarismo, principalmente nas contingências em que grandes extensões de terra permaneçam improdutivas;
- b) Combate à monocultura em largas extensões sem zonas de abastecimento alimentar dos grupos humanos utilizados no monocultivo;
- c) Aproveitamento racional de todas as terras cultiváveis circunvizinhas dos grandes centros urbanos para agricultura de sustentação;
- d) Intensificação do cultivo de alimentos sob a forma de poli-agricultura, nas pequenas propriedades, limitando-se tanto quanto possível, a produção especializada intensiva de um só produto;
- e) Mecanização intensiva de nossa lavoura, da qual dependem os desafios produtivos de toda nossa economia agrícola;
- f) Controle e orientação da produção total, tendo como primeira etapa a satisfação das necessidades alimentares mínimas de nosso povo, como segunda etapa, a satisfação de suas necessidades ótimas e como terceira etapa, a exportação de substâncias alimentares para cooperação com a política internacional de alimentação;
- g) Financiamento bancário adequado e suficiente da agricultura assim como garantia da produção, pela fixação do preço mínimo compensador, procedendo-se de outra parte à progressiva diminuição, senão absoluta isenção, de impostos da terra, destinada inteiramente ao cultivo de produtos de sustentação;
- h) Amparo e fomento ao cooperativismo, que poderá servir de alavanca à nossa incipiente agricultura de produtos alimentares desde que se estabeleça em base de sadia cooperação dos interesses de produtores e consumidores. (Castro, 1963, p. 302-303).

As intervenções do Estado Novo (Era Vargas) atingiram objetivos sociais, econômicos e ideológicos, considerando que a instituição do salário mínimo como uma forma de garantia de segurança alimentar para as famílias, contribuiu para um processo que amenizou conflitos sociais gerados pelo processo de urbanização acelerado e exploração do trabalho, porém sem discutir profundamente as raízes da questão. Ainda assim, por meio da Geografia da Fome, escrita por Josué de Castro e seus contemporâneos, o Estado Populista brasileiro, sobretudo na era Vargas, adotou a questão da alimentação como um de seus principais temas (VASCONCELOS, 2005).

Os escritos de Josué de Castro também impactaram as discussões sobre a problemática da fome em âmbito internacional, o que contribuiu para tirar da obscuridade o quadro trágico da fome em que o Brasil se encontrava em um período que pouco se era dito. Com essa conjuntura, Josué de Castro foi um dos primeiros brasileiros a serem exilados pela ditadura

militar no Brasil, perdeu seus direitos políticos e foi proibido de voltar ao território nacional, por ser considerado, em 1964, um “agitador comunista”, se exilando na França, onde faleceu em 1973.

A ênfase da discussão em torno da temática da fome no período vai se dando por meio das intervenções na área do abastecimento alimentar. A partir da década de 1960, o Estado assume a tarefa de distribuir e garantir que os alimentos necessários cheguem ao consumidor, tendo o combate à carestia dos alimentos como eixo central desta política, “A preocupação principal não era combater diretamente o problema da fome, mas sim dar uma resposta à sociedade que exigia preços mais baixos” (BELIK, SILVA, TAKAGI, 2001, p.121).

A política de Estado à época – mais especificamente no período da Ditadura Militar - estava mais preocupada em garantir suportes de diversas ordens à indústria, com financiamentos, isenções fiscais e equipando as áreas industriais com infraestrutura e serviços. As más condições de vida foram intensificadas pela falta da regularidade dessas ações, pelo foco insuficiente na agricultura familiar e na produção para o mercado interno e por preconceitos estruturais, faltando subsídios para o cuidado com a população.

A degradação das condições de vida das massas trabalhadoras excluídas do processo de crescimento econômico foi atestada por vários estudos. Em 1974/1975, o Estudo Nacional de Despesas Familiares (ENDEF) atestava que 67,0% da população apresentava um consumo energético inferior às necessidades nutricionais mínimas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) (VASCONCELOS, 2005, p. 444).

Neste contexto de Estado a serviço de um projeto liberal, o crescimento da pobreza era uma realidade no Brasil e na América Latina, portanto as políticas de bem estar social eram residuais. Mario A. Navarro Ruvalcaba (2006), a partir dos modelos de bem estar propostos por Esping-Andersen, afirma que o Brasil se caracteriza como um regime de tipo dual – liberal e conservador - onde “Las políticas sociales han girado basicamente en torno a la incorporación focalizada de grupos vulnerables” (RUVALCABA, 2006, p.132).

Uma das medidas instituídas pela estratégia conservadora do governo militar ditatorial foi a extinção da CNA 1972 e a criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), que atuou no objetivo da racionalização do sistema de produção e comercialização de alimentos (SILVA, 2014).

As políticas de enfrentamento direto elaboradas pelo INAN estabeleceram a dimensão ideológica da Segurança Alimentar, não referenciam a “fome” ou o “desemprego” em seus discursos e assim, atuaram com foco a proteção aos grupos biológica e socialmente vulneráveis à desnutrição, no trecho a seguir temos as principais linhas de atuação do INAN

Ao longo desse período, o INAN pautou- -se no desenvolvimento de três linhas de atuação: 1) Suplementação alimentar a gestantes, nutrízes e crianças de zero a seis anos; a escolares de sete a catorze anos e a trabalhadores de mais baixa renda; 2) Racionalização do sistema de produção e comercialização de alimentos, com ênfase no pequeno produtor; e 3) Atividades de complementação e apoio (VASCONCELOS, 2005, p.444).

Longe de atender as demandas fundamentais da população e promover superação das desigualdades, o Estado age no sentido contrário às políticas de superação, promovendo mais desigualdades e endossando conceitos e práticas que minimizam o debate da Segurança Alimentar no seu sentido amplo. Como afirma Melissa C. Alabarce (2015), “Al contrario, deja actuar la desigualdad, garantizando el mínimo vital a quienes no puedan asegurar su propia existencia” (ALABARCE, 2015, p.33).

Um modelo econômico estrutural que mantém altos níveis de capitalização do campo e industrialização com poucos empregos gerados é um dos fatores que contribuem para a degradação social dos setores mais pobres da sociedade brasileira.

Ao longo da segunda metade do século XX, os rumos que as estratégias de políticas de assistência alimentar no Brasil tomaram indicaram muito bem seu papel marginal em termos de objetivo de governo, estando sempre subjugadas ao processo de crescimento econômico e ao aumento da produtividade da agricultura por meio da modernização do setor (SILVA, 2014, p.18).

Com isso, uma grande parcela da população não participa dos lucros do sistema agroalimentar excludente e de sua industrialização precária. Existem relações diretas entre a disponibilidade regular de produtos alimentícios no mercado, a quantidade de dinheiro que as pessoas têm em mãos e os preços cobrados no mercado varejista. A vista disso, os preços dos alimentos continuam elevados e a questão da fome se agrava, em outras palavras informações, hábitos e práticas alimentares combinam-se entre esses três fatores para formar um ordenamento, que determina o que comprar, quanto comprar e quando comprar, restando para as populações de baixo poder aquisitivo o que de pior tem na escala alimentar.

Posto isso, mais uma vez encontramos reflexos da teoria do cotidiano da década de 60 relatada por Carolina Maria de Jesus, um cotidiano marcado pelo custo de vida que escraviza e em que a especulação produz a fome, temos uma combinação que deixa em suspenso a própria dignidade humana.

7 de janeiro ... Hoje eu fiz arroz e feijão e fritei ovos. Que alegria! **Ao escrever isto vão pensar que no Brasil não há o que comer. Nós temos. Só que os preços nos impossibilita de adquirir.** Temos bacalhau nas vendas que ficam anos e anos à espera de compradores. As moscas sujaram o bacalhau. Então o bacalhau apodrece e os atacadistas jogam no lixo, e jogam creolina para o pobre não catar e comer (JESUS, 1960, p. 145, grifos nossos).

A partir da década de 1980, uma nova perspectiva de organização social se instala, dando início a um novo contexto, presidido por Tancredo Neves em 1985. Com isso, originam-se novas possibilidades de atuação em relação ao combate à fome, apresentadas pelo surgimento do movimento popular de apoio ao retorno da democracia no país.

[...] observa-se que a intervenção estatal na área de alimentação e nutrição apresentou-se como uma das prioridades políticas nos dois primeiros anos da Nova República; sofreu algumas alterações operacionais e constituiu um dos principais instrumentos de legitimidade do projeto de transição democrática (VASCONCELOS, 2005, p.446)

Ao examinar as Prioridades Sociais desenvolvidas na Nova República, fica claro que suas estratégias operacionais seguem com os mesmos objetivos anteriores, entretanto, é notável a incorporação de novas categorias discursivas, como igualdade de direitos, universalização, cidadania, erradicação da pobreza e prioridade do social sobre o econômico (VASCONCELOS, 2005).

A mudança mais significativa nas políticas brasileiras relacionadas ao combate à fome e à alimentação adequada teve início no período da redemocratização. À vista disso, pode ser claramente observado, a partir da atenção às políticas que foram implementadas e aquelas que foram interrompidas nos anos que seguiram, o processo de abertura democrática, marcado por uma crescente guinada neoliberal (PELIANO, 2010).

A situação econômica do período da redemocratização era de elevada inflação e um dos principais efeitos disso era um cenário de insegurança alimentar da população brasileira. Nesse contexto, uma iniciativa da sociedade civil marca a história do Brasil, em defesa da solidariedade, descentralização de recursos e da autonomia, a década é marcada pela gestação de um novo estado de mobilização social. A iniciativa é do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. (VASCONCELOS, 2004).

Em 1992, a semente plantada passou a germinar e com referência em entidades da sociedade civil, se constitui o chamado Movimento pela Ética na Política, com o simples objetivo de “Aglutinar as esperanças e ações de todo o povo na direção de uma política guiada por valores éticos em favor da justiça social, da solidariedade e da vida” (Ação da Cidadania, 1993, p. 1). Surge então o movimento Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida (VASCONCELOS, 2004, p.261).

Neste contexto, foi publicado um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA com a estimativa de 32 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, isso significava mais de 20% da população brasileira sem renda suficiente para adquirir uma cesta básica por mês (PELIANO, 1993). O Movimento Ação da Cidadania fundamentado nos dados

da recente pesquisa afirma em seu discurso que “O governo anunciou que se perdem 20% da produção de grãos entre a colheita e o transporte. Joga-se fora alimento que seria suficiente para alimentar 18 milhões de brasileiros” (Ação da Cidadania, 1993, p. 2). Esse discurso comprova que não é de hoje que o paradoxo da fome existe em um país que possui condições plenas para garantir uma oferta abundante de alimentos, no entanto produz “Uma verdadeira indústria da fome” (Ação da Cidadania, 1993, p. 2).

Aos olhos da sociedade política, as denúncias da Ação da Cidadania sob os slogans “A fome tem pressa” e “Fome: não dá pra esquecer” junto ao estudo do IPEA (1993), sensibilizaram uma parte significativa da população brasileira, e desse modo diálogos¹⁴ sobre a temática começaram a ser priorizados, chegando até Presidente da República Itamar Franco, que criou a primeira versão do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), atendendo aos apelos da sociedade civil sobre a necessidade de políticas públicas de enfrentamento à fome.

A criação do CONSEA politizou o problema da fome; contribuiu para mobilizar a sociedade civil de forma rara na história recente; ampliou a participação cidadã na formulação e no controle das políticas públicas; e criou um espaço inédito para discutir a exclusão social (ÁVILA, DA COSTA, 2015, p.51)

A visão da SAN (Segurança Alimentar e Nutricional) para o governo Itamar proporcionou a atuação em duas frentes: em termos de estratégia, ser a força motriz do alinhamento da política agrícola e da reforma agrária, mesmo que ténue sob um ethos mais descentralizado; e em uma outra direção no curto prazo, garantir respostas emergenciais à fome sem abrir mão da necessária fiscalização da qualidade dos alimentos e incentivo a hábitos alimentares saudáveis. A instituição do CONSEA, enquanto uma estratégia coletiva de enfrentamento à fome foi determinante para o delineamento da estratégia governamental de atuação nessa área (SILVA, 2014).

Em 1995, logo no início do governo Fernando Henrique Cardoso, o CONSEA foi extinto pelo Decreto nº 1.366. Como medidas de transferência de responsabilidade, foram criados os Programas Comunidade Solidária (PCS) e o Conselho do Programa Comunidade Solidária. No entanto, os projetos instituídos a partir dos programas criados por FHC resultaram em uma transformação das ações de combate à fome. E por conta disso, a sociedade civil sustentou uma constante mobilização em torno da temática e resultou em uma ativa participação nas proposições do período seguinte. Assim como afirma o trecho a seguir:

¹⁴ Líderes do Partido dos Trabalhadores (PT) solicitaram o desenvolvimento de uma política de segurança alimentar a partir da formação de um conselho nacional em carta apresentada ao presidente Itamar Franco em fevereiro de 1993 (SILVA, 2014).

Uma das iniciativas nesse sentido foi a constituição de um Comitê de Segurança Alimentar e Nutricional, formado por representantes dos vários ministérios envolvidos em ações nessa área. Esse contínuo do engajamento da sociedade civil culminou com a criação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), em novembro de 1998. (ÁVILA, DA COSTA, 2015, p.52)

Em sequência, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) foi publicada em 1999 e hoje faz parte da Política Nacional de Saúde (PNS). O texto elaborado na formulação da política, discute os fatores sociais que influenciam o acesso à alimentação adequada e de qualidade e destaca a necessidade de políticas intersetoriais que garantam esse direito no país.

Em 2003, época em que o debate da fome retorna com potência ao cenário nacional, o início do governo Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores apresenta já em seu primeiro mandato políticas em que a fome passa a ser vista como problema público de primeira ordem (ÁVILA E COSTA, 2015). No discurso da cerimônia de posse, o presidente Luís Inácio Lula da Silva afirma um compromisso coletivo com o combate à fome

[...] Por isso, defini entre as prioridades de meu governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de “Fome Zero”. Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida. É por isso que hoje conclamo: Vamos acabar com a fome em nosso País. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da Petrobrás e a memorável luta pela redemocratização do País. Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana (SILVA, 2003, p.8)

E assim, em seu primeiro mandato institui-se a criação do programa Fome Zero, sendo uma experiência que coroa uma sucessão de iniciativas registradas ao longo da história brasileira que buscaram enfrentar com ênfase o combate à fome. Junto à criação do Fome Zero, inúmeros programas foram restabelecidos, vistos como pilares de uma política de abastecimento alimentar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a merenda escolar foi requalificada pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o CONSEA foi recriado e vinculado à Presidência da República com o objetivo de avaliar, mobilizar e discutir com a sociedade a agenda da fome no Brasil (PELIANO, 2010).

O programa Fome Zero concebe sua origem na defesa do direito básico à vida, dando eco a milhões de brasileiros que passavam fome e estavam destituídos de seus direitos humanos fundamentais. Assim, foi concebido enquanto um programa de Estado que busca dar um status de dignidade à condição humana, entoando em sua mensagem central o combate a um dos flagelos mais antigos da humanidade, a fome. Nesse sentido, ressaltamos

a importância de uma política que atribui a fome em seu enunciado principal, isso possibilita sensibilizar, impressionar e tocar em dimensões profundas e de maneira a trazer a urgência necessária para o confronto com essa problemática.

Não nos parece coincidência que os avanços nas políticas públicas de combate à fome no Brasil estejam, também, relacionados ao apelo do Programa Fome Zero, que enunciava o problema da fome, sua magnitude e a complexidade das políticas públicas de SAN no país. Pontuamos aqui o fato de que nomear o problema da fome como fome é uma decisão política do debate visibilidade/enunciação que, no caso do Programa Fome Zero, ao escolher o termo fome em detrimento de outros termos, como desnutrição ou insegurança alimentar, pode ter acarretado um alcance e uma eficácia diferente de outros programas com a mesma temática. Qual o apelo e os significados que as ações políticas podem gerar para a população com base na forma com que são nomeadas? O apelo e os significados seriam os mesmos se esse programa fosse chamado de "Desnutrição Zero" e/ ou "Insegurança Alimentar Zero"? Nomear a fome remete a algo que muitos brasileiros sabem o que significa - como experiência - o que não necessariamente acontece quando usamos outros termos e/ou conceitos. (FRUTUOSO, VIANA, 2021, p.8)

Nesse período, o Fome Zero era vinculado ao Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome - MESA e tinha a proposição de que todas as políticas sociais convergissem para o mesmo objetivo. Assim, o Programa Bolsa Família (PBF) tornou-se o maior programa de transferência de renda do mundo, unificando outros programas: Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Auxílio-Gás e Bolsa Alimentação. (EIRÓ, 2017).

Entre as metas do programa Fome Zero, em 2003, foram definidas: a implantação de restaurantes populares; a realização de sacolões e investimentos em hortas e cozinhas comunitárias; a implantação do repasse de merenda na pré-escola, nas creches e nas escolas indígenas; a distribuição de cestas básicas a grupos específicos, acampados sem-terra, quilombolas e indígenas; a instituição, em parcerias com órgãos nacionais e locais, do serviço do registro civil gratuito; a criação do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar; a realização de convênios para implantação do programa de aquisição e incentivo à distribuição de leite; a realização de convênios para construção de cisternas; e a criação de banco de alimentos, uma iniciativa para redução do desperdício dos alimentos

A proposta original do Fome Zero consistia na articulação de um conjunto de políticas intersetoriais com o foco a segurança alimentar que provocaram a construção de um instrumento voltado para as causas profundas da fome e da pobreza reproduzindo um processo de dinamização da economia ao passo que vinculava um sistema de gastos à compra de alimentos. Como vemos a seguir na síntese de Graziano (2003) sobre a importância do conjunto de programas integrados e no esquema a seguir que apresenta a extensa articulação de ações governamentais em diferentes níveis de atuação.

O Programa Fome Zero quer ao mesmo tempo combater a fome e estimular a produção de alimentos, gerando mais ocupação e renda na agricultura familiar. Essas características o tornam não apenas mais um conjunto de ações meramente assistencialistas, mas um programa de ampla cobertura social, um "guarda-chuva social" (GRAZIANO, 2003).

2: Quadro das Propostas do Projeto Fome Zero:



FONTE: Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. In: PROJETO FOME ZERO. Versão n. 3, 2001. p. 84. Disponível em: <http://www.icidadania.org.br>

O Cadastro Único dos Programas Sociais, plataforma de dados ou base de dados de uso obrigatório dos municípios para acesso a um conjunto de políticas sociais, a exemplo do PBF ou Minha Casa Minha vida (MCMV), entre outros é a ferramenta utilizada desde 2004, para articular as informações individuais e familiares, sendo registradas as características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras informações. É a referência para o acesso e acompanhamento de mais de 20 programas sociais, sendo um instrumento que identifica as famílias de baixa renda, e acompanhando as condicionalidades de cada programa, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica de cada uma delas.

Além das condicionalidades de execução do PBF, a política prioriza as mulheres como responsáveis pelo recebimento do benefício financeiro, sendo elas as responsáveis pelo controle e acompanhamento das condicionalidades impostas.

O Programa Bolsa Família (PBF) é a principal estratégia do Brasil com o objetivo de combater a pobreza extrema, a fome e a desigualdade social. Para isso, o Programa articula três dimensões de atuação: a transferência direta de renda, o atendimento às condicionalidades e ações governamentais complementares. Para acesso a este benefício, as famílias devem assumir o compromisso das

condicionalidades definidas especialmente na área da saúde e educação, tendo como objetivo básico promover o acesso à rede de serviços públicos de saúde, assistência social e educação (SANTOS et. al., 2019, p. 2234)

A integração das ações e recursos de cada Ministério - em um esforço planejado e coordenado - criou melhores oportunidades para garantir acesso à alimentação, ampliação da produção e consumo de alimentos saudáveis, geração de emprego e renda, melhorias na educação, saúde e indicadores sociais em geral, acesso ao abastecimento de água e infraestrutura municipal, tudo de acordo com os princípios da cidadania. Cabe ressaltar, que o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) se tornou referência para a operacionalização do PBF, tanto para o cadastramento quanto para o acompanhamento das famílias em situação de fragilidade social. (ARANHA, 2010).

Em 2006, é registrado outro marco político no que tange às políticas de combate à fome, é aprovada a lei de nº 11.346 chamada Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) que instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN). O objetivo foi o de promover o direito humano à alimentação adequada em todo o país por meio de políticas públicas articuladas, intersetoriais e participativas (BLÜMKE, 2017). Esta lei apresenta a definição de SAN, vigente até o momento:

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, Art. 3º).

Segunda avaliação da ONU (ano), o Brasil superou o flagelo da fome pela primeira vez em sua história, alcançando o patamar de 98,3% da população com acesso regular a alimentos¹⁵. Dentre os principais motivos apontados pela ONU estão: as políticas de estímulo à produção e aumento de oferta de alimentos, o aumento real da renda dos trabalhadores através da valorização do salário mínimo, o programa Bolsa Família e o redimensionamento da merenda escolar, através da legislação que estabelecia o mínimo de 30% de comprar da agricultura local, com valores compatíveis, induzindo a produção e assegurando uma alimentação de maior qualidade. Esse resultado só foi possível com políticas comprometidas

¹⁵Ver mais em: <

que compreenderam a estrutura que produz a fome e a possibilidade de construir alternativas essenciais a esse enfrentamento, assim como Patrus Ananias¹⁶

O combate à fome exige radicalidade. Não há como negociar com uma das condições mais indignas já produzidas pela espécie humana. “A alma da fome é política”, disse, certa vez, Herbert de Souza, o Betinho, que puxou um forte movimento nacional contra o flagelo da fome e continua como uma das importantes inspirações, ao lado de outros tantos, como Josué de Castro e Dom Hélder Câmara. Betinho dizia, corretamente, que a fome é exclusão: “Quando uma pessoa chega a não ter o que comer é porque tudo o mais já lhe foi negado. É uma espécie de cerceamento moderno ou de exílio. A morte em vida”. O combate à fome é também o combate à miséria humana. Isso demonstra a dimensão e a centralidade de uma política de segurança alimentar e nutricional na organização social e política de um país. Continuando com Betinho, “a fome é também o atestado de miséria absoluta e o grito de alarme que sinaliza o desastre social de um país”. Por isso ele defendia, corretamente, que reconhecer a alimentação como direito fundante e trabalhar para isso faz parte de um projeto de reconstrução nacional

O sucesso desse conjunto de políticas públicas, fez com que, em 2014, o Brasil enfim deixasse de figurar no Mapa da Fome formulado pela ONU. Isso deve-se a ações específicas que dentro do período de 2003 a 2014 propiciaram uma sistemática redução da pobreza e da insegurança alimentar no país. De acordo com o “Relatório Brasil”, publicado em 2014 pela FAO/Brasil, menos de 5% da população brasileira estava em situação de insegurança alimentar grave; entre 2002 e 2013, o número de brasileiros em situação de subalimentação havia caído em 82% (CAMPELLO, 2022). E assim organizaram-se as políticas tangentes ao tema

Assim, é lançado, em 2012, o Brasil sem Miséria, que se articulou em torno de três eixos: i) garantia de renda, para alívio imediato da situação de pobreza; ii) acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e iii) inclusão produtiva, para aumentar a capacidade e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e da cidade. (BEGHIN, 2022,p.16)

Seguindo esse mesmo objetivo de governo, potencializado por extensa pesquisa estatística e ações efetivas, o combate à fome se mantinha na agenda política do país. A partir de 2015, os cortes nos chamados “gastos estatais”, que intervieram em diferentes áreas da política social, começaram como resultado do aumento das tensões políticas que precederam as eleições parlamentares de 2016 e um período de recessão econômica. Com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2016¹⁷, iniciou-se um dos períodos de maiores cortes de investimentos sociais desde o início do primeiro governo do Partido dos Trabalhadores, o que pode ser caracterizado como uma quebra do projeto político instituído até o presente momento. Abordaremos com maior ênfase esse contexto no tópico a seguir.

¹⁶ Patrus Ananias, Direito à alimentação, assunto de política. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/artigo/direito-a-alimentacao-assunto-de-politica-patrusanania>

¹⁷Ver mais em: < <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/>> acesso 25/11/2022.

A avaliação da política de alimentação e nutrição do Brasil ao longo do período analisado (1930-2015) revela mais do que apenas mudanças na concepção, direção, gestão e implementação das políticas e programas do país de combate à fome. A par dessas mudanças, é possível identificar aquelas que afetaram a estrutura de morbidade da população, o tecido social, a estrutura e o conteúdo do Estado brasileiro.

A importância das políticas públicas para garantir que a população tenha um mínimo de necessidades de sobrevivência é o que procuramos demonstrar com este breve panorama da evolução do conceito de sujeitos de direitos, no processo dialético da história fica evidente que a construção de políticas comunitárias deve ser instituída a do próprio Estado, em garantir acesso pleno aos direitos básicos das populações mais vulneráveis – mulheres, a população negra, indígena, quilombola, LGBTQIA+, entre outras que são excluídas dessa categoria de cidadão.

A longa lista de planos e programas que tiveram como objetivo o combate à fome (ou a melhoria da alimentação da população) não deixa de ser uma evidência de que a ausência do acesso aos alimentos nunca deixou de fazer parte de nossa realidade. Como buscou-se trazer à tona neste capítulo e subitens anteriores, a disputa no âmbito do Estado é um passo importante na tentativa de redução de desigualdades e reconhecer os reais flagelos que adoecem e condenam nossa população e que são, muitas vezes, perpetuados pela própria estrutura estatal. Nosso desafio posterior é conceituar as rupturas e continuidades da ação estatal no combate à fome e qual o novo contexto que o cenário de enfrentamento a pandemia da covid-19 nos apresenta, em vista de todo o apresentado até reafirmamos novamente: A fome chegou antes do vírus!

3. DOS ACHADOS EMPÍRICOS ÀS CONEXÕES TEÓRICAS - A EXPERIÊNCIA DA CAMPANHA PERIFERIA VIVA – Solidariedade para manter a Periferia Viva –

Minha terra é dor, fome, miséria, é esperança também de milhões, igualmente famintos de justiça!
Paulo Freire¹⁸

Da fome a fome! Essa afirmação anuncia o próprio curso da história da humanidade e de forma bem especial, a história brasileira. Entre avanços, retrocessos e desmonte das políticas públicas nos últimos seis anos, o Brasil voltou ao mapa da fome em 2022 e assim como Josué de Castro proclama em seus escritos “denunciei a fome como flagelo fabricado pelos homens, contra outros homens” vemos que a descontinuidade de diversas políticas foi ocasionada por um conjunto de interesses políticos, econômicos e sociais. No primeiro momento da escrita, identifico que a fome advém de um projeto secular de dominação, exploração e que a fome não é uma realidade imposta pela pandemia da covid-19, por isso, reafirmo no capítulo anterior que a fome **chegou antes do vírus**.

O presente capítulo propõe contextualizar o período da pandemia de covid-19, dissertando sobre as políticas implementadas e destituídas no período entre 2018 a 2022. Também, visa situar as iniciativas de solidariedade que surgiram no percurso, atravessadas por uma dimensão política e existencial garantida pela luta popular, pela indignação, pelo inconformismo, pela capacidade de transcender e manter viva a esperança de movimentos e sujeitos que clamam à necessidade de manter a Periferia Viva.

Encadeadas pela teoria produzida no período, essa escrita se nutre essencialmente dos debates dos próprios sujeitos históricos aos quais se volta esta pesquisa. Escrevo traduzindo as vivências que a campanha Periferia Viva produziu, seja pela narrativa de dirigentes que se voltaram a enfrentar com criatividade e coragem no cotidiano da organização da campanha a nível nacional, seja pela vivência pessoal, acompanhando na linha de frente as ações de solidariedade. Ou ainda, por meio de uma escuta atenta e sensível do relato de quem vivenciou os males da fome, de um processo de desumanização produzida pela pobreza e forjada nas relações de opressão social, étnica, racial, de gênero, do viver na periferia urbana.

3.1 Que fome é essa? A vida no contexto da pandemia

O direito de se alimentar é algo inegociável ao ser humano, no entanto, segundo dados dos Relatórios da FAO e VIGISSAN - 2022, 49,4 milhões de pessoas na América Latina

¹⁸ FREIRE, Paulo. À sombra desta mangueira. 3ed. São Paulo:Ed.Olho d’ Água, 200b.

neste momento não têm o que comer, e destes, 33,1 milhões se encontram no Brasil (FAO, 2022. VIGISAN, 2022). Na sociedade brasileira, tais contradições se aprofundam por conta do seu processo histórico de colonização e desigualdade, ainda mais quando nos deparamos com o cotidiano de desmontes das políticas no campo e na cidade.

Tendo como marco os acontecimentos no Brasil a partir de 2016, especialmente o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, pode-se dizer que demarcou-se a derrota de um ciclo desenvolvimentista no Brasil que encabeçavam políticas de combate à fome, e que resumidamente, não apenas promoveram ações emergenciais e assistenciais, mas também ações estruturantes, voltadas ao desenvolvimento de capacidades produtivas e o sistema agroalimentar brasileiro.

As cercas, as grades e as desigualdades sociais, frutos da concentração da terra e de renda, são marcas ainda presentes na realidade de brasileiros e brasileiras, que há tão pouco tempo atrás desfrutaram da retirada do Brasil do mapa da fome (2014), momento que significou comida no prato e a saída de muitas famílias da condição de miséria. O governo constituído na sequência abandonou os projetos em andamento no combate à fome e à miséria.

De acordo com os dados produzidos nos últimos seis anos, o Brasil, considerado um dos celeiros na produção mundial de alimentos, não consegue abastecer sua população adequadamente. A partir do golpe, deu-se início ao processo de desmonte da institucionalidade instituída nos governos anteriores para a promoção do direito humano à alimentação adequada e da SAN. O governo representado pelo presidente Michel Temer foi responsável por ter estruturado uma política de desmontes que:

[...] esvaziou a maior parte dos programas e ações que integravam o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional por meio de substantivos cortes de recursos. A política fiscal contracionista decorreu da implementação de uma agenda econômica ultraliberal associada à aprovação da EC no 95/2016 pelo Congresso Nacional, conhecida como Teto de Gastos, que congelou em termos reais os gastos públicos primários da União por vinte anos. Ainda que a gestão Temer não tenha extinguido as instâncias de participação social, foi progressivamente enfraquecendo esses espaços (BEGHIN, 2022,p.19).

A saída utilizada por Michel Temer passou pelo encolhimento do Estado, com a flexibilização dos direitos trabalhistas, e pela austeridade fiscal em forma de desinvestimento do poder público na proteção social. O governo seguinte não prometia romper com a decomposição do Estado, não eram boas as expectativas em torno da presidência de Jair Bolsonaro. Um momento simbólico disso aconteceu quando no primeiro dia de mandato o governo Bolsonaro extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional através da Medida Provisória 870/2019, seguindo ao desmonte da institucionalidade federal de SAN, mesmo diante do reconhecimento dos avanços desta política no cenário internacional e

todas as manifestações o de movimentos sociais, organizações da sociedade civil contrária ao ato.

A situação piorou quando Jair Bolsonaro assumiu a Presidência da República em 2019. O Consea foi extinto no primeiro dia do governo, assim como foi desmontada a institucionalidade federal de SAN. Sobraram algumas ações que, além de desconectadas de uma política nacional, tiveram seus modus operandi alterados ou enfraquecidos, comprometendo sua efetividade. Assim, por exemplo, as verbas alocadas ao PNAE, ao PAA, à Política de Garantia de Preços Mínimos, ao Bolsa Família, entre outros, diminuíram em termos reais. Este último foi extinto e substituído pelo Auxílio Brasil, que entrou em operação no final de 2021 (BEGHIN, 2022,p.20).

O governo Bolsonaro é marcado por um rastro de desmantelamento de diversas políticas nos últimos anos, e assim cresceram as desigualdades sociais, históricas e estruturais, e medidas absurdas e debilitantes foram propostas, como alimentar os pobres com restos de comida dos restaurantes, como sugerido pelo ministro da economia Paulo Guedes¹⁹. Medidas que não consideram a estrutura dos problemas brasileiros e nem propõem uma melhor distribuição de renda e riqueza que é produzida pelo próprio país, condenando o povo pobre a uma condição de miséria como informam os dados a seguir.

Em 2018, ao final do governo de Michel Temer, o país já apresentava 6,5% de sua população abaixo da linha de extrema pobreza, chegando a 13,5 milhões de pessoas nessa condição. Estimativas apontam que, em 2019, esse número chegou a 13,88 milhões de pessoas. Projeções do Banco Mundial apontam que até o final deste ano esse número deve chegar a 14,7 milhões, o que representa 7% da população brasileira. (MELITO, 2020)

É nesse contexto de desmonte de políticas e retirada de direitos, que o Brasil é atingido pela pandemia do Sars-COV-2 em 2020. A postura adotada pelo presidente Jair Bolsonaro, neste momento, é a de operar através da necropolítica (Mbembe, 2018). Tendo como exemplo, a decisão do Estado como o produtor de iniquidades e a forma como adotou posturas contrárias às recomendações feitas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), discursou na indicação de medicamentos questionados pela ciência, e sobretudo, com a utilização das chamadas fake News, em oposição à obrigatoriedade da vacinação contra a Covid-19, indicou como eficaz no tratamento de doenças além de articular contra governadores e prefeitos no que tange às políticas de isolamento e investimento em combate a covid-19 (OLIVEIRA, 2021).

Assim, o governo Bolsonaro acaba por ratificar e aprovar suas necropolíticas absolutamente discriminatórias, racistas e lgbtfóbicas que sempre estiveram presentes desde o Brasil colonial, mas que atualmente têm a anuência e aprovação de uma parte considerável da população que acaba sendo envolvida numa trama que tece a teia de sua morte, sem perceber que está sendo aniquilada (CASTILHO, LEMOS, 2020, p.272)

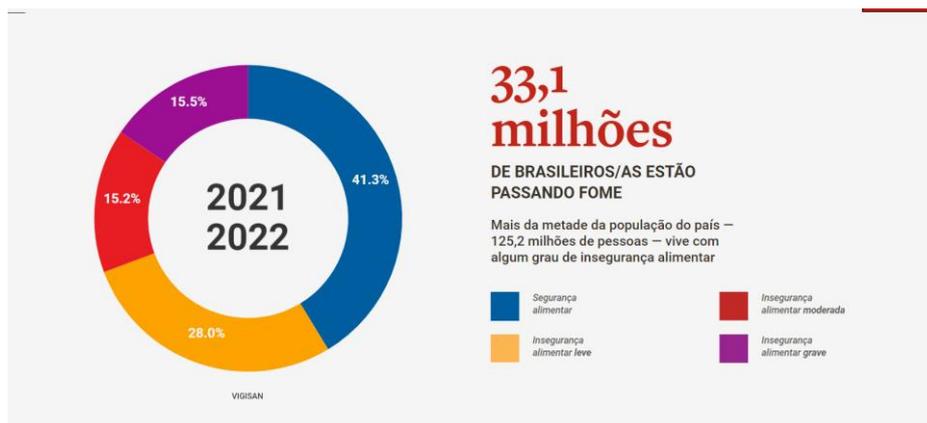
¹⁹ CRUZ, José. Paulo Guedes defende utilizar sobras de restaurantes para alimentar pobres. Brasil de Fato: Rede Brasil Atual. São Paulo, 18 jun. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/18/paulo-guedes-defende-utilizar-sobras-de-restaurantes-para-alimentar-pobres>. Acesso em: jul. 2021

Vivenciamos uma aceleração do projeto autoritário e neoliberal já em curso, e nos deparamos com um problema mais complexo que a própria pandemia de covid-19. Os desmontes se intensificaram, e nesse contexto, aprofundaram o quadro das desigualdades econômicas e sociais do Brasil, escancarando a gravidade dos retrocessos causados pela superposição das múltiplas crises enfrentadas. Além dos indicadores de SAN no Brasil, vimos a atual imposição inflacionária na economia brasileira intervir diretamente no custo de vida, essa alta decorre de condicionantes conjunturais e decisões da política econômica (DIEESE, 2022).

No Brasil, esses choques sobre o nível geral de preços foram amplificados pela política econômica desastrosa do governo: a política cambial, que permitiu forte desvalorização especulativa do real diante do dólar (mesmo com confortável situação do balanço de pagamentos); ausência de política de estoques reguladores para evitar escassez na oferta interna de produtos agrícolas; subordinação da política de preços da Petrobras política de lucros e dividendos para os acionistas, nacionais e estrangeiros; falta de política de administração da crise energética, que permitiu o desabastecimento dos reservatórios das principais hidrelétricas e colocou no radar um risco real de apagões (DIEESE, 2022)

Desde fevereiro de 2020, com a confirmação do primeiro caso de infecção pelo vírus Sars-CoV-2 no Brasil, o país e o mundo têm buscado medidas de redução dos impactos causados pela pandemia, como, medidas de proteção sanitária e de diminuição dos prejuízos econômicos e sociais agravados nesse contexto. Entretanto, os esforços mundiais não encontraram suporte no governo brasileiro, Bolsonaro assumiu uma a narrativa negacionista e ostentou uma política de morte pelo estômago. No fim de 2020, 19,1 milhões de brasileiros/as conviviam com o flagelo da fome. Em 2022, esse número aumentou assustadoramente e foi constatado o número de 125,2 milhões de brasileiros e brasileiras que estão acometidas de algum nível de insegurança alimentar, como vemos a seguir no mapeamento feito pela I e II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VIGISAN,2022).

Figura 1: Distribuição dos níveis da população de acordo com a escala de insegurança alimentar.



Fonte: VIGISAN, 2022.

Em entrevista, Jos e Graziano, ex-diretor da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), expõe que as contradições da gestão Bolsonaro²⁰ podem condenar a população brasileira a duras penas, seja pela fome ou pelo vírus.

Tratar o tema da agricultura familiar e combate à fome como tema de menor relevância, de menor importância, tratar politicamente como de menor importância é dizer que não   prioritário do governo. Exatamente essa falta de prioridade que atinge o país no momento dessa pandemia, até remontar, reconstruir esse sistema, até fazer voltar as engrenagens funcionarem adequadamente, azeitar esse mecanismo todo, pagaremos um preço alto, altíssimo, de muita gente que vai morrer de fome se não morrer do coronavírus. (MELITO, 2020)

  impossível afirmar que as crises enfrentadas pela população brasileira são frutos exclusivos da pandemia da Covid19, entretanto, com a chegada do coronavírus percebemos um acirramento das contradições expressas na luta de classes. A pandemia atravessa essa divisão em proporções acentuadas e incide de modo diferenciado e desigual entre a população brasileira, causando efeitos devastadores nas populações mais vulneráveis e empobrecidas, ao mesmo tempo que, identifica-se um aumento expressivo no número de bilionários durante a pandemia, numa escala global.

Segundo a revista Forbes (DOLAN, 2021), 22 brasileiros entraram ou retornaram à lista de pessoas com pelo menos 1 bilhão de dólares em patrim nio, em 2021. No total, são 65 brasileiros na lista e 2.755 em todo o mundo (660 a mais que no início de 2020). (DIEESE, 2021)

Esses dados, apontam índices de desigualdade gigantescos entre as classes, num sistema hegemonizado pelo Capital financeiro que têm no neoliberalismo sua face mais cruel e isso agrava a condição brasileira. As dinâmicas entre as classes são determinantes para as relações

²⁰ “Falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira, diz Bolsonaro”, disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/19/falar-que-se-passa-fome-no-brasil-e-uma-grande-mentira-diz-bolsonaro.ghtml>.

estabelecidas ao longo da história, que de forma mais incisiva define as condições que temos vivenciado na realidade brasileira.

Mesmo com a ampliação do atual debate a nível mundial, inclusive sendo uma meta da ONU aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável(ODS)⁴, que se compromete em “até 2030 acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano”, os índices não expressam uma mudança no cenário de curto prazo na realidade atual, ao contrário, esse desafio têm se ampliado. O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no mundo é a primeira avaliação global desse tipo na era da pandemia.

En el informe de este año se estima que en 2020 padecieron hambre en el mundo entre 720 y 811 millones de personas, 161 millones más que en 2019. Casi 2 370 millones de personas carecieron en 2020 de acceso a alimentos adecuados, un incremento de 320 millones de personas en solo un año. Ninguna región del mundo se ha librado. A raíz del elevado costo de las dietas saludables y de la persistencia de los altos niveles de pobreza y desigualdad de ingresos, las dietas saludables siguieron resultando inasequibles para unos 3.000 millones de personas en todas las regiones del mundo. Además, conforme al nuevo análisis realizado en este informe, el hecho de que las dietas saludables sean cada vez menos asequibles se relaciona con mayores niveles de inseguridad alimentaria moderada o grave (FAO et. al. 2021, p.xi)

Aqui é fundamental demarcar a nossa discordância com relação às metas estabelecidas pela ONU, que historicamente não colocam a fome enquanto um problema político e estrutural do capitalismo. Essa afirmação parte da crítica de que a forma pautada a nível internacional pela ONU encara a alimentação de forma isolada pelo modelo de “múltiplas partes interessadas”, incluindo as transnacionais na discussão sobre o problema. José Graziano, considera que uma das suas contribuições na gestão da FAO, reivindicando o papel da instituição na concepção e suas contribuições no combate à fome

O primeiro foi ter centrado no tema da alimentação. Quando eu cheguei a FAO cuidava do agrícola e do rural, como eu chamava era o gueto, poucas pessoas estão no rural agrícola hoje no mundo. Eu procurei colocar a alimentação como o eixo central, para fazer jus ao nome, eu sempre repetia que a FAO chama Food and Agriculture [Alimentação e Agricultura] e não o contrário. [...] o segundo legado foi ter descentralizado a instituição. Quando eu cheguei os técnicos da FAO estavam todos em Roma, é muito bonito ficar sentado em frente ao Circo Máximo no prédio do QG central da FAO. Quem precisa da FAO são os países da periferia, da África, Ásia e América Latina. Fazer a FAO se voltar pra isso de maneira prioritária acho que foi uma grande contribuição (MELITO, 2020, p.8)

A alimentação está no centro da organização da sociedade e da nossa vida em comum. Quando as corporações transnacionais se organizam para controlar todo o sistema alimentar, elas querem controlar a sociedade e a vida, se relacionando de forma diferente de como os povos, camponeses, indígenas e mulheres historicamente produzem alimentos e, sobretudo, na relação com a natureza e na sua distribuição.

A pandemia do coronavírus mais uma vez revela as conexões entre a saúde humana e a natureza, exigindo uma reconsideração dos fundamentos de nosso sistema alimentar. Recentemente, apresentamos estudos sobre os impactos do agronegócio e a variedade de efeitos negativos da agricultura industrial na vida humana e ambiental, já degradada e contaminada. Essa técnica promove a disseminação de doenças e desumaniza ao violar os direitos à terra e ao território de agricultores familiares, povos originários e comunidades tradicionais que respeitam a natureza.

O enfrentamento da crise sanitária do coronavírus se desdobrou em muitas frentes de atuação, ao nível político a política implementada pelo governo Bolsonaro divergia das decisões do restante do mundo, enquanto diversos países implementavam uma série de restrições de circulação (lockdowns) e distanciamento social, medidas de reforço aos sistemas de saúde e alternativas de redução do impacto econômico na vida das pessoas, o presidente Bolsonaro se torna alvo de críticas pelo negacionismo implementado em seu governo. Bolsonaro defendeu isolamento apenas em casos “especiais”, foi publicamente contra medidas de isolamento social além da ampla divulgação de um kit-covid que indicava o uso de um tratamento precoce com medicação não reconhecida pela OMS (Organização Mundial de Saúde)²¹. Essas decisões políticas impediram a reprodução da vida de sua maneira integral, impedindo o circuito de trabalho e forçando grande parte da população a precarização da vida.

Nessa condição secular de produzir matéria prima com objetivo prioritário da exportação, esse sistema não produz alimento com foco na distribuição interna, conclui-se assim que “o país bateu recordes de produção agrícola e pecuária, ao passo que os preços dos alimentos subiram de forma avassaladora e a fome voltou a ser uma realidade cotidiana” (MITIDIERO, GOLDFARB, p.32, 2021).

A configuração dessas crises apresenta diferentes dimensões, se por um lado existe a manifestação da crise de reprodução do capital, por outro, uma crise sanitária se instala com a pandemia de COVID-19. A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), por meio de comprovações científicas, produziu um dos estudos mais completos sobre a realidade social brasileira no contexto da pandemia, através do I e II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, pondo luz sobre o drama silencioso pelo qual passa o país.

O atual contexto, em que uma crise sanitária se sobrepôs à crise econômica e política que lhe é anterior, impõe a necessidade de monitoramento frequente da condição alimentar e nutricional da população brasileira. Tal necessidade ficou comprovada

²¹ Ver mais em: < <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-defendeu-uso-de-cloroquina-em-23-discursos-oficiais-leia-as-frases-25025384> > Acesso em 18 de dezembro de 2022.

pela amplitude e velocidade com que se agravaram, no início de 2022, as várias manifestações de Insegurança Alimentar (IA) no Brasil [...] (VIGISAN, 2022, p.6)

Em 2022 foi constatado pela REDE PENSSAN que, a realidade brasileira era o desdobramento da fome em muitas dimensões da vida. Apenas 4 a cada 10 domicílios no Brasil conseguiriam manter o mesmo padrão de acesso aos alimentos em condições que garantem a segurança alimentar²², ao passo que 6 a cada 10 famílias passaram a enfrentar algum nível de insegurança alimentar e nutricional. Padecendo em um cenário de dismantelamento de política públicas e pela perda de poder aquisitivo dos/as trabalhadores/as informais precarizados e até trabalhadores/as empregados/as na CLT, ambos atestam o cotidiano aflito pela incerteza e as dificuldades enfrentadas pelas famílias brasileiras em assegurar um padrão nutricional adequado.

Metalúrgicos empregados com carteira assinada dizem em voz baixa, envergonhadamente que estão cortando na comida porque senão não fecha o mês. E cortar na comida não é cortar carnes “negócio que é sonho de consumo”. É cortar na qualidade dessa comida e aí voltamos à discussão sobre quais os tipos de alimento acessível, qual é o alimento mais barato? Qual alimento é mais barato na gôndola do mercado? o mais acessível? O mais acessível é aquele alimento vazio, que te causa uma sensação de saciedade, por um tempo, mas não quer dizer que está nutrido. Você não está com saúde ou com vigor com esse tipo de alimentação, então você tem uma parte da população que “não tem fome” porque ela come todos os dias, mas não quer dizer que ela esteja com saúde e disposição. (entrevista)

Visto que vivemos em uma sociedade capitalista altamente monetizada, não é de se estranhar que exista uma forte correlação entre renda, disponibilidade de alimentos e fome nos lares brasileiros, como consequência da crise econômica e dos reajustes do salário mínimo abaixo da inflação. A realidade do desemprego aprofunda o número de pessoas em situação de extrema pobreza. E Segundo dados do DIEESE em julho de 2021:

A pandemia aprofundou a desigualdade social, aumentando o número de pessoas em situação de extrema pobreza, segundo dados do Cadastro Único para programas sociais (CadÚnico). Em março de 2020, início da pandemia no Brasil, havia cerca de 13,5 milhões de pessoas nessa condição, contingente que, em março deste ano, havia aumentado em 784 mil pessoas, o que representa um **crecimento de 5,8%**. (grifos nossos)

A incerteza do alimento vira rotina na vida de 125,2 milhões de brasileiros que sofrem em algum nível com a dúvida de qual refeição “pular” durante o dia. A fome muda suas

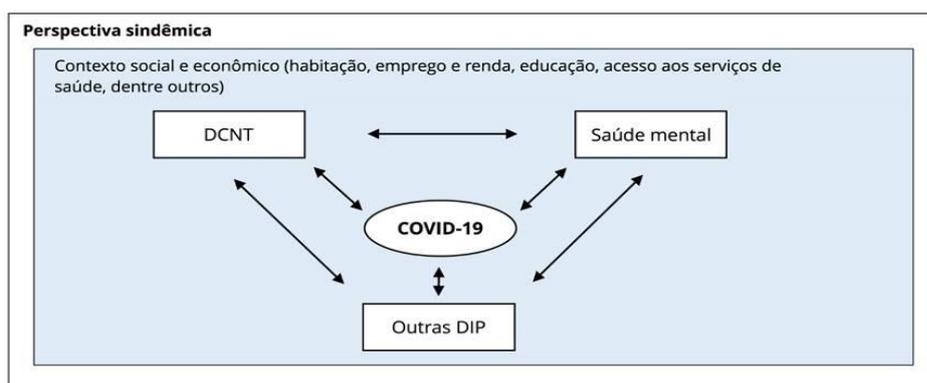
²² Aqui nos guiaremos pela escala utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) usa a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia) para classificar o problema em três níveis: Insegurança alimentar leve - quando há receio de passar fome em um futuro próximo; Insegurança alimentar moderada - quando há restrição na quantidade de comida para a família; Insegurança alimentar grave - nos casos de falta de alimento na mesa.

características, atravessa novos grupos e se multiplica, apenas reforçando sua permanência, tal qual visita inconveniente, a fome insiste em ficar na realidade brasileira.

Nesse sentido, níveis alarmantes de IA e de fome integram o contexto de crises que seguem vulnerabilizando um crescente contingente populacional, agora incorporando segmentos das camadas médias antes socialmente mais protegidas. Por outro lado, ao avanço desse ambiente de degradação social se juntaram os progressivos processos de desmonte de políticas públicas e a fragilização das instituições que formam a rede de proteção social, tanto no campo da alimentação, como no de outras condições exigidas para que se tenha uma vida digna e saudável. [...] Tais fatos levaram ao aumento das desigualdades no país que, somado à elevada inflação, em particular nos preços dos alimentos, impactou com mais intensidade o poder de compra dos mais vulnerabilizados, uma vez que quanto menor a renda familiar maior a proporção dela destinada à alimentação. Assim, esses grupos sociais foram deslocados para a borda inferior da sobrevivência, desprovidos de renda suficiente, de moradia adequada, de serviços sanitários, de acesso à educação e aos serviços de saúde, passando, também, em seu cotidiano, a conviver com a fome (VIGISAN, 2022, p.20/21)

Com base no II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, constata-se que vivemos o que se convencionou chamar de **SINDEMIA**²³, que inclui tanto os efeitos da crise sanitária, quanto os fatores determinantes da condição social, e, portanto, determinantes da situação de segurança alimentar (VIGISAN, 2021). Esse conceito nos interessa por reconhecer que a crise sanitária não é um fenômeno isolado de um contexto de profunda sinergia entre as várias crises pelas quais o país passa. Em seguida, identificamos um modelo na perspectiva Sindêmica que apresenta a interação com outros fatores atravessados pelos contextos sociais, econômicos e ambientais.

Figura 3 - Perspectiva sindêmica



DCNT: doenças crônicas não transmissíveis; DIP: doenças infecciosas e parasitárias. Fonte: adaptado de Rod & Rod

²³ “Sindemias são caracterizadas pela interação entre duas ou mais doenças de natureza epidêmica com efeitos ampliados sobre o nível de saúde das populações. Ainda de acordo com a teoria, os contextos social, econômico e ambiental, que determinam as condições de vida das populações, potencializam a interação entre as doenças coexistentes e a carga excessiva das consequências resultantes [...] A consequência mais importante de considerar a COVID-19 como uma sindemia é sublinhar suas origens sociais”

Longe de ser um problema relativo, à situação que temos hoje no terceiro maior produtor de comida do mundo é fruto de uma gestão governamental, voltada aos interesses do agronegócio exportador, em paralelo com o desmonte de políticas públicas, que em governos anteriores garantiram a comida no prato. Resultado disso é o aumento da insegurança alimentar em todos os níveis, e expansão do modelo agroindustrial que lida com o alimento como uma commodity.

O agronegócio é responsável pela manutenção de uma produção baseada na monocultura vegetal e no enclausuramento em massa de animais, responsável por uma série de danos ambientais, econômicos, sociais e como podemos afirmar, também no que tange a saúde humana, conforme aponta Silvia Ribeiro, no trecho a seguir sobre a responsabilidade do agronegócio na origem e propagação das grandes endemias/pandemias

Existem três causas, concomitantes e complementares, que produziram todos os vírus infecciosos que se propagaram mundialmente nas últimas décadas, como a gripe aviária, a gripe suína, as cepas de coronavírus, entre outras. A principal é criação industrial e extensiva de animais, principalmente frangos, perus, porcos e vacas. A isto soma-se o contexto geral da agricultura industrial, na qual 75% da terra agrícola de todo o planeta é utilizada para a criação de animais em massa, principalmente para criação de pastos com essa finalidade. A terceira é o crescimento descontrolado da mancha urbana e das indústrias que a alimentam e que por ela subsistem. As três juntas são a causa do desmatamento e da destruição de habitats naturais em todo o mundo, fato que também implica a expulsão das comunidades indígenas e camponesas que vivem nessas áreas. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), mundialmente, a expansão da fronteira agropecuária é responsável por 70% do desmatamento, mas em países como o Brasil, esta expansão é responsável por 80% do desmatamento. (RIBEIRO, p.1, 2020)

Antes da pandemia, já se associava o avanço do agronegócio com o aumento da pobreza, e esse vem sendo tido como responsável pelas *riquezas brasileiras* e assim, segue comprometendo os investimentos públicos nas indústrias agroalimentares, que recebem grande poder por parte do Estado por serem consideradas pelos governos como indústrias básicas para a sobrevivência. O que é uma inverdade, pois desde a formação social do Brasil é a produção camponesa, indígena e de pequena escala, que reivindica a diversidade na produção e o fornecimento interno, segundo o Censo Agro (2017) mesmo com diminuição na área total de terra, 76,8% correspondem à agricultura familiar.

Hoje no Brasil, há um motivo pelo qual o meio rural é onde se concentra a maior parte da insegurança alimentar: “as formas mais severas de IA estavam presentes em cerca de 38,0% dos domicílios de agricultores(as) familiares/produtores(as) rurais. A prevalência de IA grave era de 21,8%” (VIGISAN, 2022). Faltam incentivos financeiros e técnicos para os pequenos agricultores, assim como condições básicas, como sementes, água e espaço para plantar. Vale lembrar que os/as produtores/as da agricultura familiar, também sobrevivem de parte de sua

produção, quando a plantação fica inviável, se encontram em situação de insegurança alimentar parando de se alimentar e deixando de fornecer o excedente de sua produção. Esse é o começo de um ciclo muito perverso conhecido como o ciclo da extrema pobreza rural. Portanto, a pauta da reforma agrária ainda é central para o desenvolvimento do setor responsável pelo abastecimento alimentar brasileiro, reside nela a capacidade de obstruir as estruturas sociais alicerçadas na concentração da terra e desigualdades.

O modelo de produção e exploração do agronegócio provocou drásticas alterações sociais e ambientais e hoje nos mostra “que estamos todos diante da iminência de a Terra não suportar nossa demanda” (KRENAK, 2019, p. 45). Desse modo, encontramos concordância na leitura da realidade feita pelo MST²⁴, em especial, na citada a seguir, sobretudo, no que se refere a pandemia e ao agravamento das condições atuais de desigualdades no Brasil e sua correlação direta com estrutura fundiária brasileira:

A pandemia do novo Coronavírus agravou tais condições de pobreza e precariedade, marcas da extrema desigualdade geografada no espaço nacional, descortinando a crise estrutural do capitalismo que é, ao mesmo tempo, uma crise agrária, pois, o cerne das desigualdades está no chão, ou seja, na apropriação arbitrária do território brasileiro (MST, p.1, 2020).

Essa situação ocorre porque operamos sob o princípio do sistema de trocas, na relação do dinheiro pelo trabalho e reduzimos tudo, inclusive a nossa natureza, à condição de mercadoria. A convergência entre as crises evidencia uma distribuição desigual dos efeitos da COVID -19 entre grupos socialmente vulneráveis, não é concebível analisar a pandemia e seus resultantes sob o mesmo prisma social. Ela assume proporções acentuadas e incide de modo diferenciado e desigual entre a população brasileira, causando efeitos devastadores nas populações mais vulneráveis e empobrecidas, sobrevivendo sem o suporte adequado e efetivo de ações do Estado. Quando se examina a garantia (ou a falta dela) do direito humano à alimentação suficiente e de qualidade gênero e raça são determinantes pertinentes ao conhecimento sobre a realidade social brasileira

Enquanto a SA foi encontrada em 47,9% dos domicílios com responsáveis homens, naqueles onde as mulheres eram a referência apenas 37,0% apresentaram a mesma classificação. Ou seja, mais de 6 em cada 10 (63,0%) domicílios com responsáveis do sexo feminino estavam em algum nível de IA. [...] Semelhante ao que foi observado na desigualdade de gênero, neles, 6 de cada 10 domicílios cujos responsáveis se identificavam como pretos ou pardos viviam em algum grau de IA, enquanto nos domicílios cujos responsáveis eram de raça/cor de pele branca autorreferida mais de 50,0% tinham SA garantida (VIGISAN, 2022, p.50/51)

²⁴ Ver mais em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/09/artigo-reforma-agraria-ja-solidariedade-no-enfrentamento-a-pandemia-estrutural>> acesso em 05 de dezembro de 2022

Essas informações subsidiam os gigantescos índices de desigualdade e frente a essa realidade se condiciona duas perspectivas, enquanto a classe trabalhadora recorre a esforços desmedidos por sua sobrevivência, a classe burguesa defende a manutenção e ampliação dos seus privilégios, sobretudo do seu patrimônio. Artimanhas essas, que não somente ampliam a faixa de desigualdades, mas legitimam o sistema capitalista enquanto um sistema que tem por base a estratégia de manutenção do poder, historicamente construído como atestamos no capítulo anterior. Como afirmam estudos (DIEESE, 2021), trata-se de uma situação aprofundada pelas escolhas políticas e econômicas que estão sendo feitas hoje no país, como o desmonte do Estado, desemprego²⁵ e precarização, desindustrialização, aumento da exploração dos(as) trabalhadores(as), desmonte das estatais, privatização, reprimarização da pauta exportadora.

Durante a pandemia se criou a ilusão de que “estamos todos no mesmo barco”, ao passo que mantém privilégios, essa desconexão das problemáticas enfrentadas de suas origens reflete a cegueira de classe e uma limitação na compreensão da organização social que encobre as desigualdades estruturais definidas por raça, etnia, gênero e classe com o intuito de justificar a crise mundial.

Enquanto parte da população vive na condição de extrema pobreza, precarização e insegurança alimentar, pode-se considerar o fenômeno da instalação da precariedade e desenvolvimento da *cultura do aleatório*, pessoas que vivem com o foco na condução do dia após dia “(...) com alternâncias de períodos de atividades, de desemprego, de trabalho temporário, de ajuda social (...)” (CASTEL, 2000.p.253). Ou seja, interpreta-se que o desemprego estrutural e a precarização das relações sociais no mercado de trabalho são parte de um processo global e amplo de transformações, necessárias à reinvenção e manutenção do poder do Capital. De acordo com dados recentes do relatório da CEPAL a realidade brasileira de enfrentamento às desigualdades ainda perdura e dentro os países da América Latina apresentou aumento das taxas de pobreza e extrema pobreza

El Brasil fue el único país que presentó un apreciable aumento de la pobreza extrema y la pobreza en 2021, tras haber sido también el único en que ambos indicadores cayeron en 2020. Pese a las disminuciones observadas, en la región la pobreza y la pobreza extrema siguen siendo más altas que antes de la pandemia (CEPAL, 2022)

Estamos sinalizando a ausência de uma proteção social, algo que está relacionado ao Estado de direito, ao Estado de bem-estar social. Essa é uma condição de desenvolvimento do

²⁵ “Em um ano de pandemia, 377 brasileiros perderam o emprego por hora”, disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/07/24/em-um-ano-de-pandemia-377-brasileiros-perderam-o-emprego-por-hora.ghtml>.

capitalismo de maneira dependente em relação aos países de capitalismo hegemônico. Posto isso, a realidade permanece registrando índices alarmantes que demonstram a disparidade entre miséria e concentração de renda, enquanto as Políticas Sociais implementadas pelos governos latinos, historicamente não tiveram êxito para constituir um Estado de Bem-estar social e tão pouco para transformar as estruturas sociais conservadoras desses países. MOTTA (2012) apresenta

São incontestáveis o crescimento econômico e a redução da pobreza no subcontinente latino-americano, particularmente no Brasil. Todavia, as evidências recentes revelam um ambiente no qual as classes dominantes operam uma “renovação” da sua estratégia de poder (hegemonia) e incorporam, via mecanismos políticos, parte das reivindicações e lutas populares, a dar andamento à formação de uma cultura na qual o crescimento econômico se faz com o combate à pobreza. Ao tempo que criam mecanismos de intervenção sobre as situações emergenciais de pobreza, sem configurar direitos universais nem as instituir como política pública, senão como programa de governo, dinamizam o mercado interno, priorizam o trabalho, expandem o crédito ao consumidor e promovem espaços de mercantilização dos serviços sociais na esfera da educação, da saúde e da segurança social [...] (p.1)

A necropolítica aplicada por Bolsonaro instrumentaliza-se do Estado para dominar qualquer possibilidade de vida ao poder da morte, definindo assim inclusive as políticas de proteção social dirigidas à população brasileira. “A opção pela violência e morte neste governo é incorporada aos processos institucionais, numa espécie de industrialização da morte, como a que estamos presenciando neste contexto da pandemia” (CASTILHO, LEMOS, 2021, p.271)

A ausência de medidas de proteção social adotadas pelo governo Bolsonaro também se conforma como necropráticas que se instalaram sob o suporte de muitas promessas políticas, no entanto, na prática revelam a escassez do papel do estado que impõe seu ultraneoliberalismo e projeto de genocídio perpetrado pelo Estado (CASTILHO, LEMOS, 2021). Posteriormente a um contexto de pressões políticas que exigiam ações por parte do estado foi definido medidas explícitas abaixo:

O consenso formado em todas as esferas da sociedade a respeito da necessidade de atuação do Estado somado à pressão popular levou o governo brasileiro a adotar medidas que se dirigem a dois segmentos: 1) trabalhadores formais; 2) trabalhadores informais, Microempreendedores Individuais (MEI), desocupados e beneficiários do Programa Bolsa Família (TROVÃO, 2020, p.15)

Destaca-se a criação do Programa Auxílio Brasil, que substituiu um dos maiores programas de transferência de renda, o Bolsa Família. O Auxílio Brasil foi resultado de uma forte pressão da sociedade civil, no entanto o governo ao invés dos cuidados com proteção sanitária promoveu forte apelo e propaganda em torno dos valores das parcelas a serem pagas às famílias beneficiárias.

a criação de uma renda mínima emergencial de R\$ 600, durante três meses, para trabalhadores informais, autônomos, desempregados e microempreendedores afetados pelo coronavírus. Para famílias com dois ou mais trabalhadores e mães

solteiras, o valor será de R\$ 1.200. Aqueles que não têm filhos receberão (SAMPAIO, 2020, p.1)

Apesar da tentativa atual de Bolsonaro de adotá-lo como obra sua, o debate partiu de uma proposta feita pelo governo de que o auxílio fosse de R\$200,00 limitado a trabalhadores informais, durante somente três meses e a partir de uma articulação de mediação junto a proposta apresentada por membros dos partidos da oposição (PCdoB, PDT, PSB, PSOL, PT e REDE), que defendiam o auxílio no valor de R\$1000,00 para que as pessoas pudessem ficar em casa com dignidade e evitassem saírem às ruas trabalharem e contraírem o vírus.

Posteriormente o benefício foi acessado por diferentes perfis e o pagamento foi feito por bancos públicos federais, como a Caixa Econômica Federal, por meio de uma conta poupança social digital, criada automaticamente no cadastro. Porém a burocratização, por exemplo, para acesso ao auxílio emergencial é um exemplo explícito de como estes mecanismos institucionais acabam contribuindo para dificultar o acesso.

Foram negados a concessão de Auxílio Emergencial a aproximadamente 43 milhões de pessoas²⁶ e outras tantas padeceram na espera de uma atualização de um sistema frágil, sendo identificados quatro dificuldades apresentadas pelo acesso: ausência de documentação requerida; exclusão digital (seja pela falta de informação, pelo sistema on-line instável, seja pela dificuldade de acesso à internet); limitação de acesso à justiça; e bases de dados desatualizadas e erros cadastrais. Além disso, o auxílio emergencial atua de forma isolada e não se articula com o restante da rede de proteção social, uma vez que o Cadastro Único gerou filas por todo país além da falta de recursos humanos no centro de assistência social indicaram as barreiras para garantir a cidadania e o acesso à assistência em momentos de crise sanitária (MARINS, 2021).

A instauração do auxílio emergencial atuou de forma necessária, porém insuficiente, atuando somente à ideia de que um programa isolado de transferência de renda basta para resolver as complexidades dos dilemas brasileiros, num contexto de carestia e sem uma rede de proteção articulada, tal qual era o antigo programa Bolsa Família. Assim, discordamos da condução política que determinou envolver os direitos sociais em um processo de mercantilização, em alguma medida esses direitos são terceirizados ou privatizados, para que assim possam ser acessados via mercado e aquisição, sem autonomia da população que o acessa.

Por fim, este subcapítulo proporcionou uma reflexão sobre os impactos do desmonte de

²⁶Dados oficiais da Caixa Econômica Federal, disponíveis em: <<https://caixanoticias.caixa.gov.br/noticia/20795/auxilio-emergencialclique-aqui-paraver-os-ultimosnumero>>

políticas públicas para a agricultura familiar e dos espaços de participação social que intensificaram o flagelo da fome. Nossa análise segue desde o processo de golpe demarcado pelo impeachment da então presidenta Dilma, onde é estruturado um projeto de austeridade fiscal para os pobres, e que apresenta um ritmo de crescimento, que se intensificou de 2018 a 2020, produzindo um cenário de destruição dos direitos sociais que se intensificou na pandemia.

Se o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional não entra no orçamento, não há como garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada, considerando que o modelo agroindustrial do agronegócio baseado na exportação de commodities, monocultivo e concentração de terras, produz fome ao invés de acabar com ela. No decorrer da escrita, iremos fazer o contraponto apresentando a síntese da ação dos movimentos populares, que produziam e partilhavam na campanha Periferia Viva por meio de ações que evocaram a justiça social, a solidariedade e a defesa da vida como valores centrais.

3.2 Campanha Nacional Periferia Viva - experiência concreta: a partir do lido, ouvido e vivido

[...]É certo na incerteza
 Socorro no meio da correnteza
 Tão simples como um grão de areia
 Confunde os poderosos a cada momento
 Amor é decisão, atitude
 Muito mais que sentimento
 Alento, fogueira, amanhecer
 O amor perdoa o imperdoável
 Resgata a dignidade do ser²⁷

Vivenciamos uma crise estrutural do capitalismo resultando na convergência de crises - política, econômica, ambiental e social - que antecedem a condição da pandemia causada pelo novo coronavírus (TRICONTINENTAL, 2022). Assim, nessa conjunção de fatores se desenvolve está escrita, onde os elementos da vida concreta condicionam a ação de atores importantes no contraponto ao projeto das elites, construindo o projeto de soberania. Minhas palavras são costuradas por narrativas vivenciadas nesse intenso período e vão tecendo uma trama de ação-reflexão, em unidade dialética da práxis da teoria e prática (FREIRE,1976) e, desse modo se dá a descrição/análise deste subcapítulo.

Esse contexto de pandemia, escancarou a situação permeada por desigualdades e culminou, talvez, na maior crise sanitária já vivenciada. Já nesse começo era possível perceber o quanto a infecção por Covid-19 se daria de formas diferentes entre os brasileiros. A escalada da crise econômica, política e social que já se fazia sentir no Brasil, se intensificou com o estado

²⁷ Trecho em referência a música Principia - Emicida

de calamidade em função da disseminação do vírus. Em menos de dois meses tivemos 30.716 casos confirmados e 1.926 óbitos (PAINEL CORONAVÍRUS BRASIL, 2020). E como aponta o documento “A fome como prato principal” ainda não sabemos os reais impactos.

Saberemos o quão profunda foi a consequência da pandemia neste período daqui a algum tempo ainda, mas o que vemos de miséria pelas ruas e comunidades Brasil afora não nos deixa enganar: vivemos a maior crise humanitária das últimas décadas. (SEFRAS, 2020)

Relembramos que, desde o resultado das urnas de 2018 com a vitória da extrema direita no país, os movimentos populares afirmam que se deu um giro organizativo desse campo político para o acúmulo em torno da linha política de *trabalho de base urbano popular*. Entre a militância envolvida na tarefa de construção de força social urbana, os movimentos populares construíram a compreensão de que o ciclo de lutas e possíveis conquistas econômicas seria dificultoso ou mesmo inviável no período Bolsonaro. Os movimentos estabeleceram como tática o conceito de Defesa Ativa para acumular forças e ampliar sua base social (CNPV 2020).

O contexto da pandemia agravou de modo súbito as condições de vida do povo, que já eram ruins. O Instituto Trata Brasil estima que 35 milhões de brasileiros não têm serviço de abastecimento de água e quase 100 milhões não têm acesso à esgoto²⁸, logo, as periferias urbanas estão mais vulneráveis à contaminação por coronavírus. As condições enfrentadas individualmente e coletivamente, aumentam o temor pela fome, miséria, falta de emprego e renda

Nestes tempos pandêmicos, ar, água, teto, roupas e o acesso à saúde são focos de angústia coletiva. Entretanto, todos eles já estavam ameaçados pelas mudanças climáticas. O fato de alguém viver ou não uma vida vivível não é uma mera questão existencial privada, mas uma questão econômica urgente, incitada pelas consequências de vida ou morte da desigualdade social: existem serviços de saúde, abrigos e água limpa suficientes para todos aqueles que têm direito a uma parte igual deste mundo? (BUTLER, p.1 2021)

A pandemia atingiu as cadeias produtivas globais e, ao mesmo tempo, realçou o lado perverso da globalização em função da dependência de determinados países no seu processo de produção. Somado a isso, as medidas necessárias para conter a disseminação do vírus geraram também uma queda na oferta (redução da produção) e na demanda (redução do consumo, fruto do aumento do desemprego, da precarização do trabalho e perda do poder aquisitivo dos salários). Esses são alguns dos fatores que explicam o porquê a pandemia aprofundou a crise econômica que já estava em curso no mundo.

²⁸ Ver mais em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2022-03/trata-brasil-35-milhoes-de-brasileiros-nao-tem-acesso-agua-tratada>>

De modo que, esse contexto passou a alertar para uma tragédia anunciada - a fome se instaurando novamente na realidade brasileira, em que, cada novo dado atualizado em números, representa a vida de milhares de pessoas que atualmente (2022) padecem com a fome (VIGISAN,2022). Logo, o Brasil passou a conviver com novos e crescentes números de insegurança alimentar, realidade essa que já se apresenta nos primeiros dias da pandemia, no cenário descrito em entrevistas

(...) também fomos vendo no nosso trabalho de base mínimo, e também acompanhando os dados e as coisas, **em 15 dias a classe trabalhadora não tinha o que comer**. Na prática uma boa parte da classe trabalhadora, que foi defenestrada do seu trabalho, a notícia é teu patrão, o teu trabalho precarizado autônomo fechou. Então assim, as famílias passam a pedir, e não ter comida na geladeira, não tem comida para botar na panela (Entrevista 1)

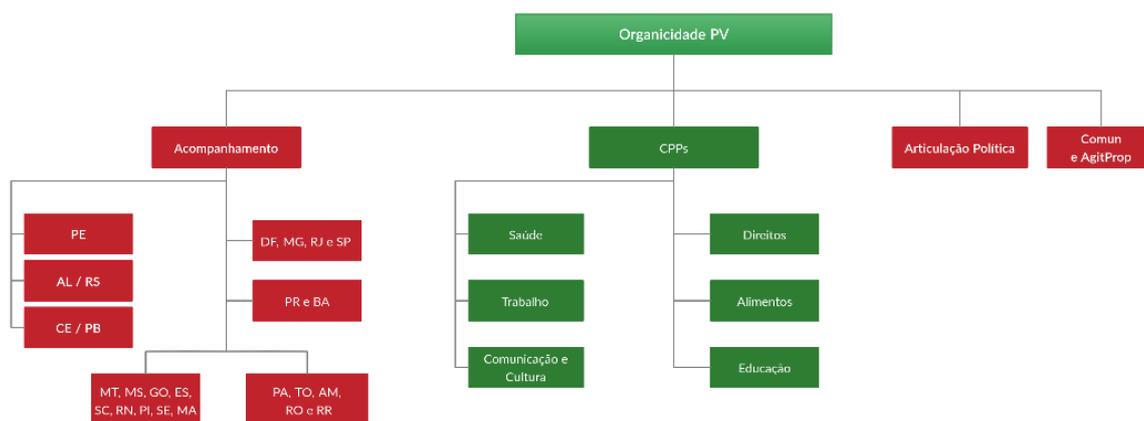
Nessa conjuntura, é fundamental haver políticas públicas e investimento público em iniciativas que garantam o direito à vida e dignidade das parcelas mais pobres da população. No entanto, como descrito no subcapítulo anterior, o enfrentamento brasileiro à pandemia é marcado pelo negacionismo e desprezo pela vida. Frente a essa realidade, já nos primeiros meses da pandemia os movimentos sociais deram início a ações orientadas e coletivas, que ganharam força e repercussão. Assim, a organicidade da Campanha foi se forjando no fazer, reunindo diversas iniciativas de trabalho popular como o *Congresso do Povo*²⁹.

Assim, constituiu-se a coordenação nacional da Campanha, traduzindo na prática a urgente necessidade de o campo político pisar de forma coordenada em territórios comuns, organizando a mais ampla rede de parceiros com o intuito de “Para este cenário de desilusão, as nossas campanhas foram desenvolvendo formas de dialogar e construir ferramentas para que O POVO CUIDE DO PRÓPRIO POVO” (CNPV, 2020, p.2). Dentre as organizações sociais, compõem a Campanha os seguintes movimentos: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Trabalhadores por Direitos (MTD), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Levante Popular da Juventude e Rede de Médicos Populares. Considerando que cada território possibilitou uma específica articulação, como foi observado ao analisar a experiência do Periferia Viva em Pelotas/RS no decorrer do capítulo.

²⁹ O congresso do povo foi uma iniciativa realizada em 2018 pelas mais de 80 organizações que compõem a Frente Brasil Popular no intuito de convocar e instituir o próprio Congresso, como parte de um grande processo pedagógico das massas populares. Assim, “O Congresso do Povo é um rico momento de formação popular. Por meio da organização das etapas do Congresso almejamos contribuir na formação do povo brasileiro, e para que na luta despertemos a nossa consciência política” (Cartilha para formadores - Congresso do povo, 2018, p.4)

Para ilustrar um pouco mais sobre, trazemos um organograma do funcionamento da campanha Periferia Viva, presente no balanço de agosto de 2020, compartilhado com esta pesquisa

Figura 3: organograma Organicidade da campanha Nacional Periferia Viva



Fonte: PERIFERIA VIVA, 2020

No início dessa organicidade, os primeiros encontros do coletivo de militantes do campo político do projeto popular³⁰ foram construídos e realizados de forma remota, superando os desafios e costumes dos recursos de trabalho “a gente vem de uma tradição de muita reunião muita preparação muito planejamento muito assim, a gente quer desenhar para daí fazer” (entrevistada). Ainda sendo um desafio vencer o desuso das plataformas digitais, esse espaço foi sendo forjado para debater sobre o momento histórico e analisar a necessidade de se construir a disputa política em torno dos rumos e das práticas da solidariedade. Enquanto isso, as forças conservadoras também se apropriam da “prática da solidariedade” e trabalham para fortalecer a passividade do povo como forma de controle.

Desse modo, a identidade disputada pelos movimentos sociais tornou-se um elemento central para essa narrativa e, como compartilhado em entrevista, foi uma identidade que demarcou o projeto por detrás, a defesa da vida do povo:

[...] a coisa da gente também criar uma marca como uma campanha de a **Periferia ficar viva porque tinha todo um contexto que era a morte** [...] você não tem uma casa adequada, ventilada; como é que você faz isolamento social dentro de um ambiente cheio de gente? Você não tem as condições ideais de higiene. Você tá no bairro que está faltando água, você tem que se higienizar, você tem que sair para trabalhar [...] enfim como é que se fica vivo no meio de uma pandemia que a cada dia tem mil, dois mil, tem pico de cinco mil mortos por dia. Então acho que a gente acertou nessa identidade. [...] a ideia de campanha e vai para uma ideia de rede de articulação, uma rede de trabalho de base que tem nessa chave uma periferia viva. E viva no sentido completo e complexo. **Viva porque estamos vivos, mas viva também na política, na vida, na luta em tudo mais** (Entrevistada 1, grifos nossos)

³⁰ Destaca-se que na introdução do trabalho expusemos nossa percepção sobre a definição do campo político do projeto popular

Assim, a mensagem sobre o significado da campanha foi entendida. Ao entrevistar beneficiárias que participaram da campanha, é notável os sentidos subjetivos que se identifica ao questionar sobre a compreensão acerca do nome da campanha e qual a mensagem que elas recebem:

Eu entendo que Periferia é gente, é pessoas, e pessoas em extrema pobreza, vulnerável, periféricas e que moram em bairros mais necessitados, é gente que precisa, e **Periferia viva significa que a periferia não morreu**, a periferia tá ali firme e forte e que as pessoas estão ali lutando pra sobreviver. (Entrevistada 3, grifos nossos)

Figura 4 - Logotipo oficial da campanha Periferia Viva



Fonte: Facebook Periferia Viva, 2022

Nosso pressuposto principal, em certa medida explicitada anteriormente, consiste na existência de uma relação direta do surgimento da campanha nacional Periferia Viva com a construção de um instrumento capaz de aglutinar forças, desde os bairros, cidades, regiões, em nível estadual e nacional, unificando as linhas de ação em uma identidade comum para o trabalho político nesse período. Como aponta as primeiras sínteses sobre a configuração e os impactos da pandemia:

Logo todos estamos cientes que se abriu um quadro de “guerra” entre ricos e pobres em nosso país. Uma guerra coroada por um vírus, contagioso, poderoso, silencioso, que exige de nossa parte a preparação de um esquema de defesa da vida do povo, a altura do problema, ou seja, temos de trabalhar da maneira mais coordenada, planejada e organizada possível. (CNPV, p.1. 2020)

Diante desse quadro, podemos dialogar com a experiência do movimento da Ação da Cidadania contra a Fome, que ficou logo conhecida como Campanha contra a Fome ou Campanha do Betinho³¹. Esta, iniciou o processo de formação dos chamados Comitês de Combate à Fome, sendo tarefa primordial de cada comitê organizar dois tipos de ação pública: ações imediatas para combater à fome e atividades de formação de opinião pública, como campanhas informativas (Ação da Cidadania, 1993). A meu ver, é notável que existem “laços”

³¹ Herbert José de Sousa, conhecido como Betinho, foi um sociólogo e ativista dos direitos humanos brasileiro. Concebeu e dedicou-se ao projeto Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

que se entrelaçam em combinações entre os aprendizados do passado e a urgência do momento presente.

A campanha Periferia Viva emerge na cena política num cenário onde a fome era um problema urgente, como estratégia de resistência, a partir de uma concepção de Solidariedade diferenciada expressada pela prática dos movimentos populares, além de oferecer respostas concretas à procura de provocar a indignação em torno da questão da fome. Esse intuito é parte do resgate de experiências de solidariedade em território nacional, e como aponta o trecho a seguir: “encontramos na Política de Solidariedade novas possibilidades de abertura de portas na relação com o povo e os diversos territórios Brasil afora” (CNPV 2022, p.1).

Mesmo persistindo ações assistenciais necessárias, importa observar e analisar estas conexões para ações emergenciais, “essa experiência do Periferia Viva nos exigiu alguma coisa que a gente não tinha experiência, que é **resposta rápida**” (Entrevistada 1) e ações de construção de processos políticos comunitários rápidos, mas que projetasse acúmulos de médio e longo prazo. E esse desafio de sobreviver a pandemia de coronavírus alterou além das relações humanas, econômicas, transformou em um novo desafio a cultura política desenvolvida historicamente pelos movimentos populares

[...] a pandemia de novo coronavírus que exigiu procedimentos de distanciamento físico que alterou comportamentos e relações entre pessoas, famílias e populações. Mas também alterou a dinâmica do trabalho, da economia e da política, afetando de forma profunda o jeito e os processos de organizações e movimentos sociais que, em sua metodologia, tem como tradição a cultura da proximidade, das reuniões, dos debates, do afeto e da amizade. (VAN DEURSEN VARGA et. al., 2020, p.291)

Legitima-se então a Campanha por emergir uma importante experiência, que foi protagonizada pelos movimentos populares no decorrer do enfrentamento a pandemia Covid-19. Destaca-se ainda, por construir uma plataforma nacional organizada por diferentes iniciativas e sujeitos, unificando as linhas de ação em uma identidade comum para o trabalho, com as estratégias de resistência, a partir da denúncia do agravamento da fome e na produção de uma nova concepção política de Solidariedade nesse contexto brasileiro, buscando contrapor um projeto estrutural de dismantelo do Estado e individualismo

Esse é um trabalho que mexe com a cultura desenraizada pelo bolsonarismo, toca na cultura de uma visão de mundo, e essa visão dele é a visão do Capitalismo, neoliberalismo escroto, mas que produz uma identificação. O cara crê que o empreendedorismo que ele vai tentar vai resolver tudo, e é na chave individual. E aí vai produzindo uma ideia geral sobre tudo, escola você pode ter escola em casa, você pode dar segurança, cada um tem sua arma, saúde pública não precisa você paga se o negócio da saúde e pronto. Ele defende que o individualismo que tem a solução para as coisas e a solidariedade exatamente o contrário dessa chave cultural dessa chave dessa leitura de mundo nossos seres sociais nós somos e chegamos até aqui porque somos seres de grupo, coletivos de sociedade nós vivemos em sociedades [...] o preço dessa cultura, dessa lógica é loucura, é a depressão é um adoecimento, não tem vida

nisso então nós temos que disputar essa forma de ver o mundo e nós temos que disputar os valores (Entrevista 1).

Desse modo, elaborar sobre a Campanha Nacional Periferia Viva é reconhecer as experiências que incidem no cotidiano das comunidades, onde diversos atores em um cenário de ausência de alternativas institucionais, partiram da criatividade e do acúmulo histórico, e elaboraram o que consideramos, enquanto estratégias de sobrevivência, “[...]Na ausência de políticas públicas por parte do governo federal, a população foi empurrada para pensar em saídas para não morrer de Covid-19 nem de fome” (...)

A experiência da campanha Periferia Viva tem provocado a produção de novos conhecimentos, ações e formas de organização. Atestando assim que, a fome é um problema coletivo e exige uma ação conjunta de diversas frentes de atuação. A Campanha descreve-se como

[...] uma iniciativa dos movimentos populares, sindicais, estudantis, do campo e da cidade, que diante da situação dramática da pandemia somaram esforços para semear uma concepção de solidariedade orgânica, já presente nos valores e práticas dos mesmos, mas atualizada pelo contexto da pandemia do novo coronavírus (CNPV, p.1 2020).

Portanto, a solidariedade nesse momento se faz junto à defesa dos direitos sociais, compreende lutar pelo acesso aos meios básicos de subsistência e por políticas públicas que concretizem esse direito e garantam condições adequadas de isolamento social. No primeiro período de atuação, as ações focaram em produzir experimentações que visassem a garantia dos itens básicos às necessidades de sobrevivência, como vemos a seguir

À primeira vista a mochila carrega alimentos, cuidados, máscaras, álcool em gel, celular para tirar fotos, colher contatos, montar grupos de “zap” e fazer registros. Num olhar mais apurado, ela também carrega medo, angústia, expectativas, dúvidas. Ao mesmo tempo, leva também sementes da organização popular que precisam ser regadas e adubadas para que possam se desenvolver e florescer, como é o caso dos Agentes Populares. Muita coisa foi sendo experimentada e semeada nesse processo. (CNPV, p.7 2021)

Fundamentando-se no método do Materialismo Histórico-Dialético para a leitura da realidade, é necessário considerar a realidade em permanente tensão e disputa, em intenso processo de luta, assim se dá o processo de formação da Campanha Periferia Viva, e, em especial, a disputa em torno das diversas apropriações sobre o tema da solidariedade. Nesse sentido, a campanha defende que

A solidariedade ativa que disputou ideologicamente com a solidariedade liberal no momento de emergência quando fomos surpreendidos pela pandemia do coronavírus. Pudemos constatar nas entrevistas como que a Solidariedade da Campanha Periferia Viva se diferencia na prática da solidariedade S.A. ou liberal, por ser um processo ativo de ampla participação. Solidariedade é um método de trabalho popular para autonomia dos territórios. Solidariedade é presença constante,

é capacidade criativa do nosso povo. Solidariedade é uma ferramenta de luta a partir de uma relação dialógica. (CNPV, 2021)

Trata-se de analisar, diferenciar e aproximar a noção teórica da construção prática, ressignificando a solidariedade. O primeiro documento oficial da campanha, **circular 01/2020: Orientações para os/as militantes das organizações do campo político do projeto popular para o Brasil sobre a política de solidariedade**, aponta que:

Uma situação qualitativamente nova, exige que ajustemos a nossa forma de organização. Não há como organizarmos a defesa da vida do povo sozinhos e nem do jeito que fazíamos antes. Agora, é preciso a construção de uma direção coletiva do campo político do Projeto Popular, capaz de aglutinar as nossas forças, desde os bairros, cidades, regiões, em nível estadual e nacional, unificando as linhas de ação em uma identidade comum para o trabalho nesse período. (CNPV, p.1 2020)

E conforme foi se estabelecendo uma relação entre o acúmulo teórico e conceitual sobre a solidariedade e o fazer e incentivando a criatividade, que as primeiras experiências da Campanha Periferia Viva vão sendo sintetizadas em balanços que transparecem um pouco do impacto das ações, como vemos a seguir:

No ano de 2020, por meio da Campanha Periferia Viva, essas mochilas chegaram em 17 estados do Brasil, abrangendo mais de 48 mil famílias. Formou-se mais de dois mil Agentes Populares de Saúde, resultado de 115 turmas de processos de formação. Foram 260 territórios alcançados, por meio de doações da sociedade, de articulações com sindicatos e organizações políticas, além da produção de alimentos pelos movimentos populares. Foram distribuídas 34.780 cestas básicas, 6.300 litros de leite, 2.190 cestas verdes com alimentos da reforma agrária e 40 toneladas de alimentos, além de aproximadamente 6.740 kits de higiene e 21.385 máscaras. Com o objetivo de construir experiências de soberania alimentar nos territórios em que a Campanha Periferia Viva acontece, foram construídos cinco bancos de alimentos, quatro cozinhas populares, seis hortas comunitárias e três farmácias vivas, para o plantio de ervas medicinais. As comunidades também avançaram no desenvolvimento da comunicação, que pudesse fazer chegar notícias, dicas de cuidado em saúde e discussões temáticas. Desse modo, foram formados oito coletivos de comunicação, quatro “rádios-zap” e uma biblioteca comunitária. (CNPV, p.8 2021)

Nesse sentido, dentre as diferentes experiências construídas em meio à pandemia, e as diferentes concepções de solidariedade forjadas no período, ao conectar iniciativas, denúncias e demandas da sociedade, pôde-se construir e fortalecer redes de solidariedade com potencial organizativo e pedagógico. A solidariedade atravessa o campo das ideias e valores, se concretiza através de ações, incluindo os diferentes sujeitos com múltiplos níveis de envolvimento e participação na ação, como exemplificado em nossas entrevistas:

Você constrói propostas, constrói uma espécie de plataforma onde como você pode entrar e começar a atuar. Essa pessoa não vem pronta, ela não vem assim vamos planejar? Ela vem e pergunta “Então qual é a tarefa?” ela chega querendo saber da ação “Qual é a tarefa?”. E a solidariedade a partir dos alimentos, das cestas, tudo isso é muito concreto. Qual é a tarefa que eu tenho que fazer? Ah eu tenho que botar o meu carro para fazer esse período que se esse trajeto nesses bairros eu vou juntar todas as

caixas de comida que usa edifícios da classe média recolheram, então eu faço. E essa pessoa dedica parte do seu dia pra isso. (Entrevistada 1).

Em outro exemplo, aparece a ação concreta através da experiência das Cozinhas Solidárias, uma estratégia política dos movimentos sociais de recriar formas e reorganizar os espaços coletivos para produzir refeições a serem distribuídas diariamente para as populações vulneráveis, e para tal, se demonstra a articulação de uma engrenagem social que concretiza a solidariedade e qualifica o trabalho de base

[...] a questão é que para você fazer 500 quentinhas para os moradores de rua você tem que arrumar dinheiro, apoiador, amigo, voluntário, e nós vamos preparar muito mais as 100 mulheres que vão trabalhar na cozinha em revezamento e sim vão ser nossas militantes. (Entrevistada 1).

Os movimentos populares e organizações comunitárias que compõem o campo político do Projeto Popular buscaram acumular forças, resgatar experiências e experimentações alternativas, referenciadas em um leito histórico latino-americano de organização comunitária. Bem como, desafiaram-se em construir uma política de solidariedade ativa através da Campanha Periferia Viva. Essa ação produz em seus envolvidos um singular cotidiano, provocando uma leitura de mundo, que Freire conceberia como um direito subjetivo, dominado por signos e sentidos cravados por experiências no saber-sobreviver (FREIRE, 1994). A passagem abaixo também reforça tal compreensão

A experiência cotidiana empreendida e vivida por pessoas comuns repercute e se agiganta nesse mesmo dia-a-dia, transformando os preceitos e as ideias socialmente difundidas de que a mudança pertence apenas às esferas da vida às quais, nós, pessoas comuns, não temos acesso. (NÓBREGA, 2013, p. 22)

Parte das inspirações para o desenvolvimento da campanha tiveram origem na referência histórica da educação revolucionária na América Latina. Considerando uma conjuntura extremamente acelerada à época, as experiências latino-americanas partiram de ações concretas, e levando em consideração processos organizativos, viabilizaram respostas rápidas dentro de seus contextos históricos

Revisitamos um pouquinho aquela experiência cubana da alfabetização em massa, lá em uma escala muito rápida também eles fizeram um processo, juntou preparou gente e foi dali que a gente tirou algumas coisas como a **mochila do militante** e o **que que a gente leva na bagagem** (Entrevistada 1, grifos nossos)

Os documentos oficiais fazem menção a campanha de alfabetização realizada em Cuba em 1961, campanha essa que possibilitou a mais de 700 mil cubanos³² aprendessem a ler e escrever em um curto espaço de tempo – e desenvolveu um processo com alfabetizadores populares, professores voluntários, organizados em brigadas. Tinham como instrumentos de

³² Ver mais em: < <https://pt.granma.cu/cuba/2016-12-29/o-merito-indiscutivel-de-uma-geracao>>

luta suas a cartilha, o manual e o lampião e se dedicaram a um processo coletivo. Assim, professores e estudantes trabalharam na capacitação dos trabalhadores da ilha, em sua maioria camponeses pobres – que aprenderam a ler e a escrever. A ação foi responsável por tornar a pequena ilha território livre do analfabetismo e apostando na Educação como forma de organização das massas, como aponta o trecho a seguir

[...] a educação penetra nas massas e a nova atitude preconizada tende a converter-se em hábito; a massa vai incorporando-a e pressiona quem ainda não se educou. Essa é a forma indireta de educar as massas. (GUEVARA, 1965, p. 6)

Essa campanha foi uma, entre tantas iniciativas da Revolução Cubana, contribuindo para a mobilização de força social para libertar o povo e o país do domínio colonial e da ignorância, colocando seu povo enquanto sujeito de sua história. Tal como, podemos citar as ações assistenciais dos Panteras Negras no contexto norte americano, demonstrando eficiência na organização de sistemas de ações solidárias e atuando no âmbito da solidariedade internacional e da sua comunidade (MESSERE, 2021). Semelhante às experiências internacionais, o leito histórico do conceito de solidariedade praticado na campanha nacional Periferia Viva, parte do reconhecimento às estratégias de acesso mais identificadas historicamente, a solidariedade a partir do estabelecimento de uma rede de apoio e de ajuda alimentar de amigos, vizinhos e familiares.

Atualmente, fazemos o paralelo com a crise da pandemia que colocou o desafio de defender a vida do povo e através da Solidariedade no sentido de tornar o povo sujeito de sua história; e a partir do trabalho de militantes de diversos movimentos populares se deslocar para a prática da solidariedade nos bairros e periferias dos centros urbanos (CNPV, 2021).

Essa reflexão está presente no conjunto da sociedade, e este é tema de interesse e reflexão dessa escrita. A nova concepção política de Solidariedade forjada nesse contexto brasileiro é recapitulada ao reencontrar-se com a história de formação social brasileira como destacada a seguir

A solidariedade é de fato um pilar da nossa história, da Senzala que repartiu prato de mandioca, dá a migração infame da população rural para a população urbana. Em meio século, em 50 anos tivemos o que a França levou 170 anos para fazer. A maioria do povo do campo para a cidade só foi possível pela solidariedade entre a classe, se adaptar a industrialização fordista periférica. E aí tem um fator importante, por que as mulheres seguraram na solidariedade? Essa é a retaguarda da reprodução social da classe trabalhadora, então assim são os nossos. Então a nossa história é cheia quando a gente olha para trás com esse olhar a gente enxerga vivamente, a luta de 79 das greves, a luta contra a carestia, o que que era aquela mulherada sustentando meses de pressão dos patrões sobre os trabalhadores de corte de salário, segurando repartindo comida, repartindo tudo, especialmente nas cidades, nas periferias urbanas então quando a gente começa a olhar e com esse olhar dar nome para esse conteúdo, tanto de agora como para nossa história (Entrevistada 1)

Com abrangência nacional, essa iniciativa surgiu para fortalecer os movimentos populares, unir e agregar o campo e a cidade, desenvolvendo ações de solidariedade junto às comunidades mais vulneráveis, através de diferentes eixos de atuação, além da relação direta com o alimento. A formação de agentes populares (saúde, direitos, educação), bancos de alimentos, cozinhas comunitárias, a produção de marmitas solidárias, feiras e hortas urbanas (CNPV, 2021) culminando no processo que se torna objeto central desta pesquisa, a Campanha Periferia Viva.

No campo da distribuição de alimentos, em relação à crise emergencial deflagrada pela Covid-19, a Periferia Viva atua de três maneiras: doando alimentos vindos diretamente dos movimentos populares do campo, de pequenos agricultores, assentados, de grupos de mulheres camponesas e de apoiadores das cidades, com engajamento financeiro e doação direta de alimentos; organizando bancos populares de alimentos, nos quais as pessoas podem doar ou trocar alimentos em sedes de associações de moradores ou mesmo numa garagem cedida por voluntários; e estimulando e organizando a disseminação de hortas comunitárias, iniciativa que desperta um potencial organizativo muito grande entre os participantes. (SEFRAS, 2021 p.

A escalada da fome durante a pandemia não é de responsabilidade de um vírus, nem tão pouco se iniciou durante esse momento pandêmico, conforme vimos até aqui. Faz parte de escolhas políticas e de um projeto político de negação e da ausência de medidas efetivas de proteção social. Nesse sentido, ao compreendermos o Direito Humano à Alimentação Adequada é um direito inerente à sobrevivência dos cidadãos.

então alimentação é um eixo fundamental do debate de soberania, mas é o mais fundamental para o debate da luta de classes se nós não sair desse lugar do aplastamento da Fadiga do adoecimento nós não temos energia para lutar (Entrevista 1)

Cabe questionar então o modelo de incentivo e garantia da produção, comercialização e consumo desse alimento, com vistas à bandeira da Soberania Alimentar é à demonstração de algumas estratégias organizativas empregadas pelos movimentos populares na busca pela transformação societária.

Como é que a gente enfrenta o problema da alimentação? Então tem um guarda-chuva de coisas aqui arrecadação, cestas, a relação para reforma agrária e a agricultura camponesa, as cozinhas populares e aqui entra a formação. Aqui entra a construção em si e aí a disputa de qual alimento, como prepará-los, como cozinhá-los, como absorvê-los. Trazer a comida em si para um processo reflexivo, e, portanto, colocar o debate da nutrição no debate da luta para acessar esta comida e não qualquer comida (Entrevistada 1)

O alimento na perspectiva da solidariedade atua enquanto uma bandeira pelo direito à alimentação saudável, advindo de uma produção saudável e no combate à fome. Ainda, revela delineamentos que ora expressam prazeres, ora expressam angústias. Assim, dialogamos com a reflexão a seguir

retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto. (SAWAIA, 1999, p. 104-105)

É visto que a pauta da alimentação se insere politicamente no cotidiano dos movimentos, seja através da formação, da base e da militância, seja pela criação de instrumentos que ajudem a orientar a ação política com vistas a bandeira da soberania alimentar

Não basta ter segurança alimentar, fazer com que o alimento chegue a todas as partes do mundo. É necessário que ele seja saudável, tenha uma boa relação com o meio ambiente, que as pessoas sejam respeitadas, que quem produz alimentos tenha direitos. A soberania alimentar é um princípio da vida camponesa (MST,2021, p.1).

É notável o quanto as experiências de solidariedade do Periferia Viva ampliaram a rede de contatos - no discurso de apelo à solidariedade - foi se agregando diversos atores sociais dispostos a contribuir na campanha com vistas a ampliar a capacidade de resposta à pandemia do coronavírus.

Segundo dados computados no final do mês de junho, a campanha já está presente em mais de 100 cidades, com mais de 2500 militantes envolvidos em atividades que acontecem diariamente desde o início do período de isolamento social. Além dos militantes destacados para essas atividades, também contamos com a participação das e dos voluntários que se somam nas ações. São muitas mãos, pernas, mentes e, principalmente, corações para chegarmos até aqui. (Agentes populares

As reflexões do grupo dirigente que conduziu o processo da Campanha Periferia Viva, consente que com o avanço da pandemia o desafio da elaboração dos próximos passos se complexificou, e precisamos repensar o nosso agir no território. Nesse sentido, guiado pelo pensamento Freiriano, a relação de integração com o território é que possibilita a sua transformação, como apresenta o trecho a seguir

A integração ao seu contexto, resultante de estar não apenas nele, mas com ele, e não a simples adaptação, acomodação ou ajustamento, comportamento próprio da espera dos contatos, ou sintoma de sua desumanização, implica em que tanto a visão de si mesmo, como a do mundo, não pode absolutizar-se, fazendo-o sentir-se um ser desgarrado. A sua integração o enraíza. (FREIRE,2014, p.42)

Rapidamente, as ações solidárias de distribuição de alimentos se expandiram e deram origem a outras frentes de organização, como os Agentes Populares de Saúde: que objetivava capacitar moradores locais para atuarem como agentes de saúde, lideranças comunitárias e moradores da área de atuação. A principal intenção da formação dos Agentes, era a de que " cuidar é um ato político" e que toca no mais sensível do cidadão comum, principalmente sob um contexto pandêmico, sendo a preservação da vida - sob orientações de saúde em meio a

desinformação - a tarefa mais importante desse coletivo. Eles incentivaram iniciativas comunitárias de prevenção e combate à pandemia, além de distribuir alimentos e planejar a horticultura comunitária. O destaque a esse eixo de ação cabe no sentido de reconhecer que os agentes desempenharam um papel significativo na rede de solidariedade e continuam a promover ações e reflexões em prol dos direitos fundamentais.

Em 2021, a comoção pelos efeitos da pandemia diminuiu consideravelmente, apesar do número diário de mortes ter sido maior do que o registrado em 2020. Ainda que já constatado a existência da vacina, não foi possível a retomada da “vida normal”, pois persistiram campanhas de desinformação e fake News sobre a vacinação, com aporte do governo Bolsonaro³³. A falta de uma campanha nacional massiva de vacinação também implicou no aumento dos casos e das mortes, que comprovadamente poderiam ter sido evitadas³⁴. Por consequência, a crise econômica se acentuou e as contradições se intensificaram, o número de famintos aumentava e em contrapartida não se tinha mais o volume de doações iniciais da campanha, assim como, não se dispunha mais de tantos recursos e alimentos para manter o ritmo inicial.

Dado os desafios do período, a política de solidariedade aplicada às ações passa a ter por objetivo avançar na construção de vínculos criados desde as ações de solidariedade, buscando construir formas de relações mais estáveis e processuais com os beneficiados. A organização de cursos direcionados para líderes comunitários e moradores dos territórios periféricos passa ter o objetivo de formar agentes para a disseminação de informações sobre o novo coronavírus, bem como, meios de prevenção e cuidado e articulação de uma rede de solidariedade para ampliar as possibilidades de “ficar em casa” no contexto da pandemia.

esse movimento de envolver as pessoas, de abrir espaço foi que a gente começou a observar o que funciona em diferentes situações, assim começa aparecer um outro tipo de gente, lidamos com o tal do voluntário, voluntariado e surge a dúvida sobre esse sujeito, quem é? é militante? são simpatizantes? Como uma pessoa que larga as suas coisas e dá 2/3h no seu dia para fazer alguma coisa, no mínimo é alguém que tem uma sensibilidade alguém que tá afim de fazer alguma coisa e fica o desafio como é que a gente ganha esse voluntário? Como a gente agrega esse sujeito? (Entrevista 1)

Em São Paulo a experiência dos Agentes Populares de Saúde funcionou junto à Escola Nacional Paulo Freire. Durante o período da pandemia, organizou-se um curso chamado “formação de formadores” com as referências dos territórios de atuação da Campanha, com o objetivo de desenvolver capacidades e fortalecer novas alternativas de respostas coletivas e

³³ Ver mais em: <<https://www.poder360.com.br/governo/relembre-declaracoes-de-bolsonaro-sobre-a-vacinacao/>> acesso em 01/12/2022

³⁴ Ver mais em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56774966>> acesso em 01/10/2022

comunitárias, frente à pandemia. O curso foi elaborado compreendendo o modelo de ensino de alternância, por meio de atividades presenciais (Tempo-Escola) e na modalidade de dispersão (Tempo Comunidade), com atividades a serem realizadas nos territórios de moradia/atuação. O curso estava previsto para acontecer em três módulos temáticos: Módulo 1 - Quem somos nós? O que conhecemos sobre o vírus? Módulo 2 - Como cuidar da minha Comunidade? Módulo 3 - Sem direitos não dá pra ficar em casa! (Cartilha agentes populares de saúde/SP)

A vista disso, compreende-se que a Campanha Periferia Viva abre diferentes possibilidades para a atuação do trabalho voltado a organização popular e criou uma plataforma coesa de ações envolvendo diferentes sujeitos na busca por respostas concretas a uma conjuntura alarmante, em que, o contraponto produzido pelos movimentos populares, especialmente na ação de doação de alimentos saudáveis assumem um papel fundamental ao trazer a questão do alimento como centro do debate.

eu acho que essa síntese que a gente formulou, né o encontro da comida com a panela, com panela vazia da cidade o encontro dessa comida com essa panela vazia esse encontro é um potencial, porque quando esse encontro ele é construído no nível superior, ou seja, quando essa solidariedade vai para orgânica é quando essa panela tem acesso conhecimento de como essa comida se produziu, ela é fruto da luta, ela é fruto da organização, quem produziu isso aqui é um igual a mim (Entrevistada 1)

Assim, é visto a necessidade de pensar formas de (re)existir às consequências do sistema capitalista hegemônico que produz violências no campo e na cidade. E entende-se que a Campanha Nacional Periferia Viva produziu uma experiência potente do encontro de ações, intenções e valores cultivados entre os movimentos populares do campo e a cidade. Esse encontro produziu um compromisso ético e de responsabilidade coletiva para com a denúncia do projeto das elites e indicaram a superação da fome e da miséria através da defesa de um projeto de solidariedade, justiça social e soberania alimentar.

3.3 Campanha de arrecadação em combate à fome e em defesa da Segurança e Soberania Alimentar – Periferia Viva em Pelotas/RS

Tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós
Tudo, tudo, absolutamente tudo que nós tem é
Tudo que nós tem é isso, uns ao outro
Tudo o que nós tem é uns ao outro, tudo³⁵

Para avançarmos no tema da Soberania Alimentar e Solidariedade, é importante compreender, antes de tudo, as iniciativas que deram origem ao nosso objeto de estudo, a Campanha Periferia Viva. E no sentido de aprofundar tal análise, abordarei nesse subcapítulo a

³⁵ Trecho em referência a música Principia - Emicida

experiência da Campanha de arrecadação em combate à fome e em defesa da Segurança e Soberania Alimentar – Periferia Viva em Pelotas/RS. Tratou-se de um espaço articulado pelo Fórum em Defesa da Soberania e Segurança Alimentar Nutricional, um espaço de articulação importante na luta para constituir a política de segurança alimentar, na cidade de Pelotas/RS.

Para compreendermos melhor, um breve contexto da cidade de Pelotas que está situada na Região Sul do Estado do Rio Grande do Sul, distante 250 km da capital Porto Alegre. Segundo dados do IBGE, é a terceira cidade mais populosa do estado, com estimativa de 343.826 mil habitantes em 2021, e é a maior e mais populosa cidade de sua microrregião. De acordo com dados do IBGE do ano de 2020, cerca de 23,4% da população estava ocupada, recebendo rendimentos formais na média de 2,8 salários mínimos, e, de acordo com dados do 2º trimestre de 2022 divulgados pelo Instituto, 1,9 milhão de pessoas estavam ocupadas informalmente no RS – sendo mais de 32% do total da população gaúcha. Estes são trabalhadores e trabalhadoras (em grande maioria, mulheres³⁶) sem carteira assinada ou vínculo empregatício que, muitas vezes, atuam de forma autônoma, por conta própria e sem um rendimento fixo. Ainda que, conforme dados do IBGE, mais de 80% dos domicílios dispunham de esgotamento adequado, a higienização, orientação principal no combate a COVID-19 ainda é uma problemática na realidade de muitas famílias com esgotamento *improvisado*, e além disso há um elevado déficit habitacional na cidade.

Há um processo histórico de produção de desigualdade que a cidade traz no seu bojo, e está se refletindo inclusive em termos espaciais. A COVID-19 e a necessidade de isolamento social – da chamada “fique em casa” evidenciam ainda mais tal desigualdade, que se desdobrou em um agravamento das condições de vulnerabilidade social de parcelas significativas da população, especialmente aquelas que vivem nas áreas periféricas.

O Fórum se constitui como um espaço plural, composto por várias entidades, organizações e movimentos sociais populares e surge com o objetivo de pautar ações em torno do debate da Segurança e Soberania alimentar apontando a importância de se instituir uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional regional e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA-Pelotas). O Fórum é composto por mais de 40 organizações, movimentos sociais e instituições da sociedade civil, como a Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul (ARPASUL), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Escola Família Agrícola da Região Sul (EFASUL), integrantes do Conselho Estadual de Segurança Alimentar (CONSEA), do Movimento dos

³⁶ <https://g1.globo.com/dia-das-mulheres/noticia/2022/03/08/mulheres-sao-a-maioria-dos-desempregados-457percent-das-que-tem-idade-de-trabalhar-estao-ocupadas.ghtml>

Pequenos Agricultores (MPA) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Caritas Arquidiocesana de Pelotas, reúne o Povo indígena Kaingang, membros do Grupo de Agroecologia (GAE-UFPel), Grupo de pesquisa Emancipação: trabalho, saberes, outras economias e movimentos sociais (UCPel) e Grupo de estudo e pesquisa Questão Agrária, Urbana e Ambiental/ Observatório dos Conflitos da Cidade (UCPel), Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC), Associação de Produtores Rede Bem da Terra, Comunidade Beneficente Tradicional de Terreiro Caboclo Rompe Mato Ile Axé Xangô Oxalá – CBTT (integrantes referenciados em redes sociais). A história, após conformação do fórum em defesa da Segurança e Soberania Alimentar enquanto um espaço de articulação entre diversos setores e que se entrelaçam por muitas pautas, se forja em meio a resistência e defesa do alimento enquanto um direito humano e da necessidade de espaços para essa discussão se manifestar, como referência a passagem a seguir:

Passados mais de 10 anos de esparsas atividades, as organizações e movimentos populares que vinham participando das ações deliberaram, em 2017, a criação do Fórum, que surge como manifestação da luta em defesa do alimento enquanto direito humano, entendido como pauta essencial e aglutinadora de outras tantas bandeiras como a defesa da Reforma Agrária; o direito à resistência e permanência nos territórios das comunidades tradicionais indígenas, quilombolas e de pescadores/as artesanais; o direito à água pública e universal; a agroecologia; a Economia Solidária e as Outras Economias; o direito à cidade e à Reforma Urbana (RIBEIRO, NUNES E BENDER, 2021, p.197).

O objetivo de consolidar uma política de Segurança Alimentar em Pelotas e na região segue em pauta. Foi através da pressão social que o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA-Pelotas), importante instrumento de participação social, surgiu. Mesmo que com tardio movimento de sanção pelo poder executivo os grupos envolvidos seguiram organizados, na defesa de um espaço necessário e propositivo de ações voltadas para a transformação de realidades que negam o acesso à alimentação saudável e suficiente às populações. E assim, seguiu com o objetivo de contribuir para a mobilização da sociedade civil na luta por Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

A partir da pressão social realizada pelo Fórum e pelas organizações que o compõem, somente em 2018 foi aprovada a Lei Municipal de criação do COMSEA/ Pelotas (Lei municipal nº 6.623 de 2018). No entanto, sua sanção e implementação custaram a ocorrer, devido, especialmente, pela falta de interesse e vontade política do poder executivo local. No ano seguinte (2019), a partir de uma comissão mista composta por representantes do Poder Executivo e da Sociedade Civil, foi realizada a Primeira Conferência Municipal de Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional de Pelotas, com o lema: “Segurança Alimentar: pela vida saudável e contra a fome e miséria” (RIBEIRO, NUNES E BENDER, 2021, p.197).

Assim, após a massiva mobilização para participação no evento e no embate para a criação do COMSEA/Pelotas, este é aprovado e aponta diretrizes para a formulação de uma

política, contudo pouco avanço houve dado o contexto de desmontes das políticas de SANS já referido.

a campanha só foi possível por conta da atuação em rede que o fórum de soberania e segurança alimentar já propunha dentro dessa trajetória que antecede também a pandemia já havia um trabalho organizado anterior a esse contexto da pandemia, mas isso já era uma realidade de trabalho para muitos coletivos e para alguns deles que eu participava (Entrevistada 2)

Neste sentido, surge da necessidade concreta a presente experiência - articulada pelo Fórum pela Soberania Alimentar (Pelotas), junto a diversas entidades e movimentos sociais locais. Inicialmente a campanha centra-se na aquisição e doação de alimentos agroecológicos, produtos de higiene, limpeza e proteção (como máscaras), que foram distribuídos para famílias/comunidades em vulnerabilidade social organizadas em oito bairros/regiões previamente mapeados por movimentos sociais, lideranças comunitárias e organizações da sociedade civil da periferia da cidade: região da Balsa e Doquinhas, Vila das Corujas e Vila Governação, bairros Dunas, Pestano, Getúlio Vargas e Navegantes.

Cabe ressaltar que a aquisição de alimentos e produtos de higiene e limpeza foi realizada majoritariamente por meio da compra direta de agricultores familiares (garantindo assim a manutenção do trabalho e renda destas famílias), cooperativas da reforma agrária e empreendimentos de economia solidária. Esse foi um elemento central identificado na campanha pelo histórico do grupo ao problematizar relações de organização social que estão intrínsecas ao sentir/pensar/agir e consumir no mundo como relato a seguir

Pensar na produção de alimentos saudáveis e pensar em quem necessita de alimentos saudáveis também implica pensar na relação de trabalho, porque a relação de trabalho ela vai pressupor uma relação uma organização social e parece que tem um ambiente da produção e do consumo que tem duas dimensões políticas ou talvez do não só consumo, nesse caso é a falta do consumo é a fome. A gente pode definir o acesso a alimentos de baixa qualidade ou alimentos industrializados e pra isso tem um universo político que atua e investe nesse ambiente da produção quando há, do outro lado uma produção digamos assim baseadas em elementos de solidariedade elemento de coletividade. Existe de fato a produção e organização de espaços de produção não capitalista e essa relação de alguma forma vai incidir lá naquele universo das pessoas que ou não acessam alimento ou acesso com alimento de uma qualidade muito. muito questionável, não atendendo elementos fundamentais para a sobrevivência (Entrevistada 2)

Neste sentido, as ações também contemplaram o reconhecimento do alimento enquanto elemento central no abastecimento da campanha como além do aporte às iniciativas de geração de trabalho e renda e de valorização dos produtores locais. Além da aquisição e distribuição emergencial de alimentos e produtos de higiene, foram previstas ações de sensibilização destas comunidades e da população em geral através de campanhas e distribuição de materiais informativos e educativos acerca do COVID e de práticas adequadas de prevenção e combate ao vírus.

Da mesma maneira que a campanha nacional a chegada do coronavírus estabelece um novo protocolo nas relações humanas, como relatado o período não impunha apenas protocolos sanitários, ele incitava o novo modo de coexistir em isolamento social

A organicidade da campanha foi atravessada por uma dificuldade que foi imposta, especialmente pela pandemia. Como a gente organiza esse processo sob a égide de digamos assim, do medo e de toda a dificuldade de contato social que naquele momento era um dos componentes mais importantes, mais visíveis que se dá a partir do isolamento social (Entrevistada 2)

A campanha incentivou a formação de uma rede de solidariedade articulada entre diversos atores sociais diferentes, e une e fortalece o trabalho (trabalhadores/as) do campo e da Produção regional e o trabalho (trabalhadores/as) da cidade.

Então a gente foi experimentando, justamente como forma de minimizar o impacto da pandemia que já era descontrolada por si só [...] então assim pensar sobre organizar, o se encontrar, se comunicar com pessoas, articular pessoas que talvez diante de um universo de tanta necessidade vão ajudar a pensar como remotamente, como ainda nesse ambiente hostil que era o ambiente pandêmico, como que a gente poderia articular produtores pessoas que poderiam disponibilizar alimentos, como que a gente poderia organizar esse circuito de entrega e fazer chegar a pessoas que efetivamente precisam e especialmente, como a gente vai conseguir dimensionar uma campanha que ela se pautava pela arrecadação pela solidariedade pelo pela contribuição. [...] a gente fez sabendo que essa contribuição ela não seria suficiente ela não resolveria digamos assim o impacto de tudo aquilo que o momento nos colocava. Havia uma demanda muito superior (Entrevistada 2)

E a campanha parte do princípio de que, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), e da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), sejam entendidos e atendidos pelos governos nas esferas federal, estadual e municipal, pois a campanha desde sempre apresentou limites no que representa a real demanda. A campanha atuou na defesa acerca da importância da construção no âmbito das políticas públicas que atendam às reais necessidades da população brasileira. Outro debate importante ao longo da campanha local é a denúncia sobre o papel do Estado no enfrentamento à fome, sendo fundamental também que, a defesa de que o Estado adquira produtos de cooperativas da agricultura familiar e da Reforma Agrária, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), na modalidade Compra Direta, reforçando através da solidariedade que a campanha não assume o papel do Estado, importância da luta por políticas públicas³⁷.

³⁷ Fórum de Segurança Alimentar e movimentos sociais distribuem leite em Pelotas <<https://mst.org.br/2020/04/15/forum-de-seguranca-alimentar-e-movimentos-sociais-distribuem-leite-em-pelotas/>>

Seguindo as orientações nacionais (Campanha Periferia Viva) essa articulação atuou de forma rápida a transformar a internet em um instrumento de organização da solidariedade, tornando-a uma ferramenta concreta de luta pela sobrevivência e de luta política.

A campanha teve uma metodologia principal o trabalho desenvolvido em GTs- Grupos de trabalho e com uma periodicidade estabelecida entre os encontros remotos de organização e preparação das etapas de arrecadação, comunicação, logística da produção e transporte, limpeza e separação e por fim as entregas. Assim, a partir de um mapeamento de territórios/comunidades e de nossos recursos, foram selecionadas cento e vinte famílias (em torno de 540 pessoas), que passaram a receber alimentos, produtos de higiene, proteção e limpeza de forma periódica. Como observamos no relato, foi um grande desafio integrar as diferentes frentes de trabalho, mas que dado o contexto a campanha traduziu-se num compromisso ético pela vida.

Então o propósito da campanha era de uma forma a aplacar ou minimizar naquilo que era o alcance da campanha a fome, e a necessidade de famílias, e especialmente as famílias que tinham como chefe de família mulheres, famílias com um número significativo de crianças e que, portanto, tinham uma necessidade social, econômica e humana. Parece que o desafio passava por isso, por articular todas as dimensões que influenciam a produção, o consumo e a própria arrecadação da campanha, que era um ambiente muito difícil, a gente também tentou promover a interação e a integração das ações. A gente também ia entendendo que havia uma necessidade imposta e que de alguma forma né a gente se sentia na tarefa, nem incumbência, na obrigação de provocar, de promover algo que buscasse de alguma forma a minimizar esses efeitos todos que essas pessoas completamente (Entrevistada 2)

A partir da análise documental e das entrevistas, sistematiza, os a atuação da campanha em diferentes dimensões como veremos a seguir:

a) **Doações:** A partir da campanha de aquisição de recursos em redes sociais, em busca ativa de parceiros a campanha pode adquirir alimentos advindos de produtores e produtoras da Reforma Agrária e da agricultura familiar e produtos de higiene e proteção individual. Foram distribuídos para famílias e comunidades que, de forma geral, priorizando os sujeitos que não são atendidos por outras políticas públicas ou contemplados de forma mais efetiva pela rede de atenção básica municipal.

Os grupos e comunidades a serem atendidos foram mapeados a partir de uma rede de movimentos populares já existente e que compõem o espectro de iniciativas e projetos do Fórum em Defesa da Soberania Alimentar e do diálogo com lideranças ou pessoas de referência naqueles territórios. Foi possível perceber que a campanha de solidariedade Periferia Viva mesclou quatro critérios de escolha dos territórios: onde já existia trabalho territorial; locais em que era estratégico abrir trabalho; territórios em que já havia militantes morando; ou locais cujas lideranças e outros grupos procuraram algum movimento presente na campanha.

A partir do mapeamento feito inicialmente junto a lideranças locais, foi realizado um cadastro das pessoas/famílias a serem inseridas no Projeto e atendidas em cada local, cada local criou sua dinâmica própria de organização das famílias, a entrega dos alimentos e acompanhamento das famílias, no entanto o critério comum a quase todos os territórios, as beneficiárias: mulheres, mães solo de crianças pequenas e que foram atingidas pela pandemia, seja pela perda do emprego ou pela dificuldade no acesso ao auxílio emergencial. O cadastro permitiu um acompanhamento mais qualificado junto às famílias atendidas pela iniciativa.

Dentre as vivências destacadas, é notável o sentimento de gratidão presente nas narrativas das beneficiárias quando questionadas sobre a importância da campanha e das doações e da essência de receber um alimento saudável, e isso é fruto de um posicionamento político que marca a defesa da Soberania Alimentar como princípio de organização do seu modo de produção. O sistema de abastecimento alimentar brasileiro não demonstra sinais de desabastecimento de produtos, mas a irregularidade entre os preços praticados reforça a situação de insegurança alimentar vivenciada por um grande número de mulheres, chefes de família que veem nas doações uma esperança e alívio, nesse sentido as doações de alimentos significaram um encontro, como referido anteriormente da panela vazia com o alimento.

Tenho nem palavras pra agradecer, na pandemia muitas pessoas perderam o serviço, e tinha filhos pequenos e não tinha ninguém pra poder cuidar e aquelas cestas ajudavam muito, **o pouco que vinha ajudava muito, um kg de cada coisa já ajudava na semana.** Vinha arroz, feijão, leite, vinha verdura as vezes abóbora, às vezes cebola, vinha café. Os alimentos vinham do MST, a gente separava. E eu já tinha convívio lá na casa e aí ele pediu pra eu organizar as cestas pra cá e eu fui selecionando as pessoas que precisavam mesmo das coisas [...] a minha vizinha perdeu o marido e perdeu o filho um mês depois, e aí perdeu a renda da família e tem mais três filhos pra sustentar. Botei uma outra vizinha com filhos pequenos, então todas as famílias tinham um motivo, tinha filhos pequenos e criança a gente sabe que come. Mulheres, chefes de família que estavam necessitando. (Entrevistada 3, grifos nossos)

A fala de outra entrevistada destaca a qualidade dos alimentos distribuídos.

É sempre muito boa, quando vinha o feijão então nossa é outro gosto, outro nível o alimento diferente que o que a gente compra no supermercado. O arroz bem soltinho, a verdura também não tem o mesmo gosto, a gente nem comprova verdura, era só o grosso do mercado, mas tendo filho a gente precisa e era outro gosto, comida boa. (Entrevistada 5)

E no contexto apresentado, alimento era o elo fundamental para quem fornecia do campo parte de sua produção e para quem recebia nos centros urbanos. Outra dimensão manifestada durante as entrevistas foi o afeto como ação política que se materializa e se

concretiza na prática cotidiana, a alegria diante das possibilidades do reencontro com pessoas próximas

Rever os amigos foi uma coisa que eu lembro, durante a pandemia a gente não via ninguém, antes a gente organizava as festas ali, tinha a produção e a gente perde o contato de uma hora pra outra e aí na entrega das cestas a gente se via todo mundo de novo, ficava ali, organizava os alimentos, entregava as cestas e se via sempre. Era todo mundo desconhecido e saíram amigos pra vida. E é muito bom trazer pra casa um alimento saudável, sem veneno e sem agrotóxico que tu conheces e és produzido pelos MST. 3)

Além do ato da entrega das cestas, os relatos apontam a participação ativa das beneficiárias no cotidiano da campanha, além de auxiliar outras famílias, participaram de recepção e separação de alimentos, entregas e de espaços, “tudo era feito com muito cuidado, a gente recebia, limpava e separava e cuidava pra ir certinho os alimentos para nenhuma família ficar com menos. E no final é só alegria, é um alimento bom para uma família” (Entrevistada 5), as ações geram uma satisfação individual e coletiva, e além disso as beneficiárias eram incentivadas de organização dos próximos passos da campanha, como reuniões remotas ampliadas.

b) Compra direta e entrega comunitária: a partir dos recursos arrecadados, por meio de doações individuais, projetos financiados por entidades nacionais; doações de entidades locais foram adquiridos produtos da agricultura familiar e de cooperativas de agricultores familiares, da reforma agrária e de economia solidária. Os produtos foram adquiridos dos seguintes empreendimentos, cooperativas de agricultores familiares, da reforma agrária e de economia solidária: Quilombo do Algodão, Grupo Silveira/MPA, Germinar, Cidadania e Vida, Tranca Rua, MST (Cooperativas COOPAVA, COOPAN, COOTAP, COOPAT e Terra Livre); Floresta e Cooperativa UNAIC. Vale ressaltar que a região sul do Rio Grande do Sul sofreu por uma intensa estiagem³⁸, o que afetou de forma significativa as famílias camponesas. Com a pandemia essa situação se agravou ainda mais, tendo em vista as limitações para o escoamento de seus produtos. Nesse sentido, esse aporte de recursos foi fundamental para a sobrevivência destas famílias e dos seus empreendimentos de agricultura familiar, assim como para grupos da economia solidária.

³⁸ Ver mais em: <<https://amanha.com.br/categoria/brasil/estiagem-afeta-economia-gaucha-no-segundo-trimestr>> acesso em: 15 de novembro de 2022.

A solidariedade e a ajuda mútua são ferramentas históricas das relações sociais do campo e da cidade. Kelli Mafort, da direção nacional do MST, relembra a história do movimento.³⁹

Nos anos 70 e início dos anos 80, quando nós estávamos formando a nossa organização, contamos com muita solidariedade da sociedade brasileira nas ocupações de terra, debaixo da lona preta. E agora estamos tendo a condição de devolver essa solidariedade, porque conquistamos 450.000 famílias assentadas debaixo da bandeira da Reforma Agrária. São 90 mil famílias acampadas em luta, mas que estão num pedacinho de terra e que também conseguem produzir seu próprio alimento.

Assim como, também encontramos reflexões dessa solidariedade quando abordamos produtores que forneceram seu alimento durante a campanha e que perceberam a solidariedade como elemento constitutivo do MST.

Esse trabalho de solidariedade é uma forma também de retribuir toda a solidariedade que a sociedade dá ao movimento. No sentido da existência do movimento ela é fruto de muita solidariedade, tanto dos povos internacionais, quanto da sociedade de modo geral, das periferias, da sociedade civil organizada que nas grandes lutas sempre nos acolheu né o espaço com apoio articulado [...] né ela forma de retribuição à sociedade pelo fato da existência do movimento (Entrevistado 4)

c) Batalha de ideias: No que se refere às ações educativas e de sensibilização das famílias beneficiadas pelo Projeto, uma série de iniciativas foram desenvolvidas. Juntamente com a distribuição de alimentos e produtos de higiene, proteção e limpeza, foi estabelecido um diálogo e entregues materiais informativos acerca da COVID com dados atualizados e linguagem acessível.

Nesse sentido, entende-se como ações educativas aquelas dirigidas às pessoas, diretamente, adaptadas culturalmente e adequadas às necessidades reais. Deve partir da realidade local, exige explicação, problematização e uma construção compartilhada do conhecimento (DE ALBUQUERQUE, MILENA, 2021, p.79)

Nestes materiais, criados pelo GT de Comunicação da Campanha, foram disponibilizadas informações acerca do contágio, das estratégias de prevenção e cuidado, dos serviços e locais de atendimento a casos suspeitos, bem como informações disponibilizadas pela rede de saúde pública de Pelotas, etc. Os folders foram distribuídos diretamente para as famílias beneficiadas, enquanto os cartazes foram disponibilizados pelas lideranças comunitárias em diferentes locais dos territórios (postos de saúde, sede de associações comunitárias e de moradores, sede de entidades que atuam nos bairros mapeados,

³⁹ Ver mais em: <<https://mst.org.br/2021/10/06/cultivando-solidariedade-jornada-de-luta-mobiliza-familias-sem-terra-em-todo-o-pais/>> acesso em 01 de dezembro de 2022.

empreendimentos comerciais, etc.). Outra ferramenta de comunicação direta com as famílias foi a criação de grupos de WhatsApp, que permitiram a troca de informações mais pontuais.

Figura 5 e 6: folder entregue junto às cestas de alimentos



Fonte: Campanha de arrecadação em combate à fome e em defesa da Segurança e Soberania Alimentar – Periferia Viva em Pelotas/RS - 2020.

d) **Sementinha:** Outra ferramenta importante de sensibilização foi a criação de um material educativo direcionado para crianças, intitulado Sementinha produzido pelo GT comunicação com a contribuição de parceiros. O Sementinha, constituído em forma de um livreto impresso, trazia uma série de informações sobre a pandemia e dicas de cuidado, entre outros temas relevantes, partindo de uma narrativa permeada de jogos, brincadeiras e atividades de colorir. Os materiais educativos voltados para as crianças, compreendendo que a educação foi uma das áreas mais afetadas durante a pandemia⁴⁰. Para as ações de sensibilização, percebe-se o cuidado em estimular o protagonismo das próprias comunidades, que são atores fundamentais no processo de enfrentamento à pandemia.

Foram elaboradas quatro edições do Sementinha: a primeira apresentou informações sobre os alimentos e produtos que estavam sendo distribuídos às famílias e quem os produzia, contando a história de um quilombola, de uma agricultora assentada pelo MST, de uma costureira que atua em um empreendimento de economia solidária e de um estudante da UFPel (para tratar do estudo produzido pela Universidade sobre o Coronavírus). A segunda edição apresentou uma discussão sobre cooperativa, assentamento, ocupação e quilombo. A terceira

⁴⁰ Ver mais em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/pesquisas/impactos-da-pandemia-na-educacao-no-brasil>>

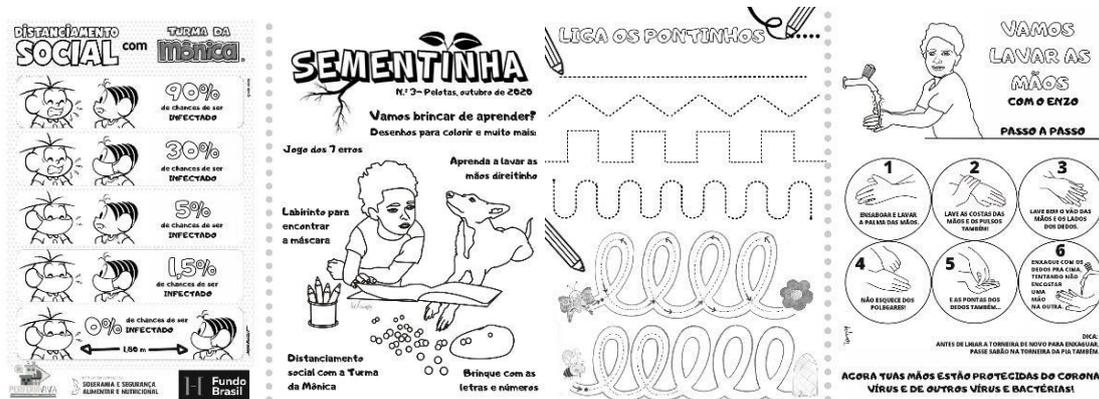
edição, intitulada “Vamos brincar de aprender?”, trouxe uma série de dicas de cuidado e informações sobre distanciamento social a partir de jogos e outras brincadeiras. A última, distribuída em novembro e intitulada “novembro Negro – Super Mulheres”, apresentou uma abordagem sobre a história de mulheres negras, de forma a marcar o Dia da Consciência Negra. Como vemos abaixo alguns exemplares:

Figura 7 e 8:Primeira edição do livreto Sementinha



Fonte: Campanha de arrecadação em combate à fome e em defesa da Segurança e Soberania Alimentar – Periferia Viva em Pelotas/RS

Figura 9 e 10:Segunda edição do livreto Sementinha



Fonte: Campanha de arrecadação em combate à fome e em defesa da Segurança e Soberania Alimentar – Periferia Viva em Pelotas/RS

Os livreto foram uma estratégia importante de apresentar de uma forma lúdica a defesa de uma alimentação saudável, da ciência, dos cuidados como também, o material educativo incentiva exercícios de motricidade fina e de lógica, orientações de prevenção na linguagem infantil entre outros temas importantes.

A campanha de arrecadação em combate à fome e em defesa da Segurança e Soberania Alimentar – Periferia Viva em Pelotas/RS possibilitou avançar num método de trabalho organizativo, colaborativo e complexo, estendido às diferentes frentes de atuação, cultivando

como horizonte a Soberania Alimentar, e assim avaliando a lógica do sistema alimentar desde a dimensão da produção, distribuição do consumo de um alimento de qualidade destinado a quem precisa.

Outro destaque importante é que a iniciativa possibilitou a construção de uma rede de resistência durante o período e durante as vivências a percepção sobre as diferentes formas que as desigualdades sociais atravessam a vida das pessoas e dos limites concretos da campanha ilustram o relato a seguir

Então acaba que as múltiplas necessidades emergem quando tu tens uma necessidade alimentar, são sim necessidades que envolvem moradia digna, moradia apropriada e tem a questão dos próprios territórios, das ocupações e das famílias que acabam estruturando a sua residência em territórios vulneráveis e assim por diante. Então a campanha acabou identificando essas múltiplas necessidades, entretanto todas elas passam sim por uma estruturação de políticas, que deem conta da educação, deem conta da moradia, deem conta da saúde, da alimentação. Algumas dessas ações, essas coisas a campanha tentaram minimizar, tentou incidir, mas a gente sabia que nossa ação seria insuficiente diante de uma demanda crescente. (Entrevistada 2)

Ao início desta pesquisa, trago o contexto da Insegurança Alimentar na Pandemia da Covid-19 no Brasil, em que 14 milhões de pessoas, entre 2021 e 2022, passaram a conviver com a realidade assustadora da fome, terminamos o relato com a teoria do cotidiano produzida por Carolina Maria de Jesus, citada anteriormente nessa escrita. A mesma realidade vivida por Carolina assombra a realidade de muitas mulheres, mães solas, desempregadas, uma realidade em que a fome produz uma cicatriz profunda nos corpos por ela atravessados. E no Brasil 125,2 milhões de brasileiros vão dormir sem certeza da próxima refeição (PENSSAN, 2022).

Tá tudo muito caro, antigamente tu compravas muita coisa com R\$50 hoje em dia tu compra 3 coisas, Carne, a gente deixou de comprar aqui em casa, é muito difícil de comprar, a gente compra as vezes guisado ou carne de porco que são os mais baratos, até o salsichão é o de frango é o mais barato. Esse mês nem comprei carne de porco, estava muito caro. E tem as outras contas, tem internet porque a gente tem filho pequeno, tem luz, tem água. Querendo ou não a gente tem que se vestir. E tá tudo muito caro (Entrevistada 5)

Toda essa teia de formas de encontros e diálogos nos ajuda a refletir sobre as experiências vivenciadas e narradas durante está escrita, foram as tarefas organizativas e políticas que esse tempo histórico atribuiu aos envolvidos. Evoca-se a solidariedade que significa responsabilidade coletiva, empatia e respeito pelo outro. Sendo este um valor oposto ao individualismo, tão presentes na sociedade atual. Se por um lado há a caridade piedosa, que aqui também denominamos de solidariedade passiva, onde o povo só recebe, sem espaços de expressão e participação, reforçando o silenciamento diante da negação de direitos, os

movimentos populares constroem como alternativa ao contexto imposto a campanha Periferia Viva defendem uma solidariedade ativa.

As ações do presente da Campanha articulada pelo Fórum, se estenderam durante todo o ano de 2020, contando com doações individuais, de entidades (sindicatos, associações, atléticas, etc.) e toneladas de alimentos do Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra, contou com o trabalho de dezenas de voluntários e voluntárias que atuaram em rede. Essa articulação garantiu que a aquisição e distribuição de alimentos/produtos tivesse regularidade e continuidade até o final de dezembro de 2020, permitindo nesse recorte um acompanhamento efetivo das famílias beneficiadas.

Por fim, cabe destacar a percepção de que, em alguns territórios, onde estão mais enraizados os trabalhos de base e o diálogo com entidades, associações e lideranças locais, foi possível perceber o desenvolvimento de um trabalho mais significativo no que se refere às ações de sensibilização, com maior envolvimento da comunidade. Em outros locais, as ações da Campanha se restringem, de forma geral, à entrega dos produtos e a um diálogo mais pontual, o que exige de nós uma reflexão qualificada de forma a construir alternativas que nos permitam desenvolver ações que ultrapassem a entrega de alimentos, que, embora fundamental no contexto da pandemia, não permitiu a autonomia dessas famílias/comunidades e seu acesso ao direito à alimentação. Portanto, essa é uma discussão ainda em aberto, com muitas perspectivas, ferramentas, experiências e acúmulos que não se limitam a essa escrita.

4. A SOLIDARIEDADE E SOBERANIA ALIMENTAR: um projeto social, político e alimentar

Os resultados das campanhas de solidariedade ainda são pouco mensurados. No entanto, as experiências podem apontar indícios sobre os próximos passos. Ao passo que a organização Popular ganha centralidade enquanto uma ferramenta importante, o trabalho desenvolvido nos territórios dá início a diferentes frentes de trabalho de base, tendo como princípio essa relação dialógica entre os movimentos e as comunidades. Diante disso, se justifica a necessidade de dedicar esforços na reflexão e sistematização das campanhas de solidariedade.

Por esse motivo, nosso último capítulo é sobre as particularidades apresentadas pela experiência da “Campanha nacional Periferia Viva - Solidariedade para combater o CoronaVírus” e pela “Campanha de arrecadação em combate à fome e em defesa da Segurança e Soberania Alimentar – Periferia Viva em Pelotas/RS”. Entendemos que entre limites e possibilidades ambas experiências se conectam com a realidade produzindo experiências de referência para repensar a atuação dos movimentos populares. Para melhor compreensão optamos por dividir a exposição em três eixos de análise, a saber: 1) A política da solidariedade da Campanha; 2) Aposta no Trabalho de Base nos territórios e 3) Batalha de ideias.

4.1 A política da solidariedade - esperar uma nova prática

Partindo da experiência do Periferia Viva, debruço-me a verificar esse processo de formação, organização e ação, com o objetivo de compreender como a experiência da *Campanha Periferia Viva* produz em seu processo cotidiano uma política de solidariedade como linha política dos movimentos do campo do Projeto Popular, tanto para abrir, como para engajar e manter trabalhos de base nos grandes centros urbanos com diferentes ações e relações.

A Política de Solidariedade, por meio da campanha Periferia Viva, assumiu a centralidade pelo compromisso ético e moral da militância do Projeto Popular com o povo brasileiro. Em defesa da vida, da necessidade de fortalecer a organização popular nos territórios, do combate à violência, a defesa do SUS, da educação pública e da produção científica, se impôs a necessidade de travar a Batalha de Ideias em um contexto em que a fome agrava a situação nas periferias antes mesmo da chegada massiva do vírus. (CNPV, 2021)

A solidariedade faz parte da prática do povo na defesa de sua sobrevivência. Como visto anteriormente, esta faz parte das estratégias da formação social brasileira, enquanto estratégia de sobrevivência da classe trabalhadora. As ações de solidariedade empregadas

nesse contexto pandêmico, produziram uma nova prática política que se forjou no comprometimento dos movimentos populares com as necessidades concretas do povo brasileiro, da dimensão ético-política ancorada na prática que materializa o esperar que reanima um povo proibido de sonhar. Reconhecendo e qualificando a compreensão sobre a solidariedade popular enquanto uma ferramenta de sobrevivência das classes populares/periféricas, a Campanha reivindica sua prática através do conceito de Solidariedade Ativa:

A Solidariedade Ativa foi ganhando contornos de estratégia porque diz respeito à construção de força social urbana. E corresponde a uma tática acertada na perspectiva da defesa ativa à medida em que diz respeito à retomada do vínculo com o povo e à possibilidade de enraizar o método da Educação Popular e inovar nas metodologias. (CNPV, 2021)

A partir dos documentos oficiais compreende-se que a campanha buscou engendrar um território comum de análise e reflexão sobre o conceito de Solidariedade, experienciando a produção de uma *Política de Solidariedade* com o enunciado em defesa das raízes na Educação Popular, no leito histórico latino-americano, situado em um contexto em que o Trabalho de Base era a principal ferramenta de organização popular. Um dos caminhos que perpassa a construção de uma política de solidariedade entre o campo e a cidade é entender a solidariedade não somente como um valor e um princípio, mas também um guia concreto de linhas políticas e organizativas.

Solidariedade não é um conceito novo no campo político do projeto popular. Ele sempre foi considerado como um princípio fundante. Sendo assim, a solidariedade é apresentada com os seguintes elementos de concepção presente nas orientações da CNPV (2020):

- a. O compromisso ético e moral da militância do Projeto Popular com o povo brasileiro;
- b. A defesa da vida;
- c. A defesa do isolamento social e os cuidados em saúde para o povo e para as ações militantes;
- d. Processo de médio e longo prazo;
- e. Fortalecer organização popular;
- f. A defesa do SUS, da educação pública e da produção científica;
- g. A batalha das ideias;

Essa afirmativa permanece até a atualidade nos documentos oficiais da campanha como referência de organizações do Campo do Projeto Popular conformando uma estratégia para além da campanha:

[...] Além do que a solidariedade contribuiu para ativar uma espécie de movimento comunitário de um novo tipo, com diferentes formas organizativas. O resgate da solidariedade como valor da esquerda e seu apontamento como paradigma de futuro é o verdadeiro patrimônio do qual essas mochilas militantes são portadoras (CNPV, 2021, p.9).

Há uma dramática deterioração das condições de vida da população trabalhadora e como resposta dos movimentos populares se apresenta o valor da “solidariedade de classe”, que desafia o valor liberal da teoria mercantil da vida que mobiliza a classe trabalhadora em um conflito entre vencedores e perdedores e desperta a ideia de que administrar a própria sobrevivência é uma tarefa individual, tarefa do seu empreendedorismo. No entanto,

Na ausência de políticas institucionais, os elos comunitários se fortalecem tendo como terreno a amizade política, como elemento fundamental de proteção social. (OLIVEIRA, 2022, p.27)

Neste sentido, a campanha se esforça em contrapor a mensagem neoliberal para construir a ideia da gestão da sobrevivência de forma democrática, educativa e organizada.

A experiência do *Periferia Viva* empenha-se para produzir uma Política de Solidariedade no contexto da educação e organização popular onde a luta popular está na origem da pauta; com novas possibilidades de abertura de portas na relação com o povo em diversos territórios. E podemos aprofundar e criar meios de fazer com o povo, e a solidariedade Periferia viva nos mostrou pistas para isso. (CNPV, 2021)

No próprio *fazer*, o debate sobre Solidariedade provoca a discussão sobre a reconstrução dos pontos de partida da organização comunitária. Nesse sentido, dentre as diferentes experiências construídas em meio à pandemia e as diferentes concepções de solidariedade forjadas no período, os movimentos populares e organizações comunitárias do *Campo Político do Projeto Popular* buscaram acumular forças, resgatar experiências e experimentações alternativas de um *leito histórico latino-americano* de organização comunitária. A Periferia Viva se autodefine como:

um conjunto de estratégias determinadas pelo campo político dos movimentos sociais do Projeto Popular que através da combinação das ações de solidariedade com a luta política buscam disputar o sentido, a intencionalidade e o sentido ideológico das campanhas de solidariedade, passa a dar respostas concretas às necessidades dos territórios negligenciados pelo Estado (CNPV, 2020).

Em tempos de retrocesso de direitos sociais, as ações populares de resistência têm uma oportunidade histórica, pois ao conectar iniciativas, denúncias e demandas da sociedade, pode contribuir e fortalecer redes de solidariedade com potencial organizativo e pedagógico. É o encontro de sujeitos distintos do campo e cidade, que tem no alimento um elo de encontro e sentido. Além disso, processos concomitantes se encontram com o fortalecimento dos vínculos entre os movimentos populares e a classe trabalhadora e em contrapartida, as famílias se deparam com um espaço de fraternidade, amorosidade e de partilha de suas angústias. A solidariedade destas campanhas é produzida por sujeitos reais, que se inspiram na história do povo, do povo em movimento e fazendo revolução.

Na mochila do militante também cabem livros de teoria social e de poesia. Os ensinamentos de Paulo Freire, Ranulfo Peloso, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque. Zuleide de Paula foi lembrada em Pernambuco, ela escreveu dois livros sobre Peixinhos. As letras de Conceição Evaristo, a arte, a mística. *A montanha é algo mais que uma imensa estepe verde, e até amanhã, camaradas*, de Manuel Tiago. Na mochila estão as tantas mulheres que estiveram no cotidiano de luta daqueles territórios, nos campos e nas cidades, as lideranças populares lembradas nas histórias contadas e vividas pelo povo. (CNPV, 2020, p.15)

Por conseguinte, faz-se imprescindível estudar a trajetória dos Movimentos Sociais do campo político do Projeto Popular, por isso faz-se necessário o debate sobre a categoria Movimentos Sociais, enquanto atores centrais da discussão sobre a solidariedade. Pondero que o reconhecimento da categoria “movimento popular”, é retomada como uma espécie pertencente ao gênero “movimentos sociais”. Por suas características específicas e por ser capaz de ampliar o entendimento sobre formas não-tradicionais de resistência social. Assim, reflito que a análise sobre essa ferramenta social é fundamental por acreditar que

Na realidade histórica, os movimentos sempre existiram e cremos que sempre existirão. Isto porque eles representam forças sociais organizadas, porque aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e de experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais (GOHN, 2004, p.141).

Em sentido amplo e genérico é possível definir um movimento social como sendo “um esforço coletivo, contínuo e organizado que se concentra em algum aspecto de mudança social” (JOHNSON, 1997, p. 155). É digno de destaque a questão da “mudança social” de forma ampla, em que se considere também a existência de movimentos de reforma – por melhorias nas condições materiais de um sistema social -; movimentos revolucionários ou contestatórios – cuja finalidade é alterar as características estruturais ou culturais básicas de uma sociedade -; ou um movimento de resistência ou de ante reforma, organizado para combater a mudança social ou ainda assegurá-la. Outra interpretação que corrobora para a ação transformadora dos movimentos sociais é o entendimento do seu papel a partir de TARROW (2009):

[...]em primeiro lugar, preparar os desafios coletivos; em segundo, instigar redes sociais, objetivos comuns e quadros culturais; e, em terceiro, construir a solidariedade através das estruturas de ligação e das identidades coletivas para manter a ação coletiva (p. 20).

Iremos aprofundar ainda mais a relação direta dos movimentos sociais com a execução das ações de solidariedade, enquanto um conjunto de ações de reflexão e intenção coletiva. A reflexão sobre o potencial desse instrumento de produzir e conduzir uma Política de Solidariedade em comum a um conjunto de organizações e movimentos sociais, posiciona

a Campanha na disputa de uma das concepções em torno da Solidariedade, alinhando teoria e prática para formular e analisar a realidade em torno dessa proposta.

Quanto à atualização da concepção de solidariedade, a compreendemos em disputa na sociedade. A classe dominante educa para a solidariedade passiva, para o assistencialismo, reforçando seu método de silenciamento do povo, mantendo-o longe da democracia, sem espaços de expressão, de participação, mergulhado no não-diálogo, alimentado por respostas mágicas para seus enormes problemas objetivos e subjetivos. Nesse momento histórico, entendemos a solidariedade como um valor organizador de nossas práticas políticas, como um pilar do projeto popular, que parte da defesa incondicional da vida do povo, da classe trabalhadora mais explorada. Solidariedade como dimensão do cuidado com as nossas vidas e as vidas de todas as pessoas, compreendendo que esta crise e pandemia se agravaram exigindo das organizações populares uma prática planejada do trabalho de solidariedade de médio e longo prazos. Um trabalho aberto para as articulações para além do nosso campo, de organização leve e dinâmica, dinamizada por militantes que buscam estar em equilíbrio físico e emocional. Solidariedade como método de construção de laços com a classe trabalhadora urbana, desde seus territórios de moradia, de trabalho e de estudos, desde uma pedagogia emancipadora, educativa, organizativa, política e cultural, capaz de popularizar o debate e a necessidade de um projeto popular de país, de uma visão de futuro descolonizadora, com uma estratégia e um programa político de vida comum em sociedade, desvendando e envolvendo o atual sujeito coletivo deste contexto histórico (CNPV, 2020).

O acúmulo até então apresentado e empreendido pela campanha nos leva a refletir sobre o outro elemento central desenvolvido, a necessidade de um instrumento que possibilite acúmulo de força social no território urbano em busca de produzir organização popular para fazer os enfrentamentos necessários à conjuntura através da compreensão acerca do trabalho de base nas periferias brasileiras.

[...] é a classe trabalhadora viva, é a capacidade popular de organização da participação dos/as trabalhadores/as na defesa da vida, da vida dos seus familiares, da sua comunidade, da sua cidade, para ao longo desse processo preparar-se para defender um projeto de país”. (CNPV, 2020, p. 06)

A convergência de ações entre arrecadação dos alimentos, preparação das cestas, mapeamento e acolhida das famílias, produção de conteúdo informativos e didáticos culminaram no aprofundamento das raízes do trabalho de base, e apontou o caminho para a construção de uma política de solidariedade ativa, que coloca o povo no centro das decisões

Construímos um sentido de solidariedade onde o povo ajuda o povo, onde se partilha o que se tem não apenas o que lhe sobra. A solidariedade precisa trazer uma dimensão ativa, em que as pessoas precisam encontrar o seu lugar como sujeitos. Nosso trabalho não é só entregar alimentos. Temos que trazer essa dimensão da necessária participação coletiva das pessoas. Temos de enfrentar, no meio dessa crise, um governo que está nos condenando a uma situação de genocídio. (CNPV, 2021, p.2)

A campanha nacional Periferia Viva se apresenta enquanto parte da classe trabalhadora, que busca uma alternativa para ficar viva diante de um projeto de morte, trata-se

da capacidade popular de organização da participação dos/as trabalhadores/as na defesa da sua vida, da vida dos seus familiares, da sua comunidade, para defender um projeto de país. Assim, reconhecer, por um lado, que as medidas de proteção são uma necessidade emergencial para salvaguardar vidas, mas por outro, está a necessidade de garantia do acesso aos direitos básicos do povo, como acesso a água potável, alimentos, moradia, renda e, portanto, a saúde.

Como já foi introduzido neste texto, temos um altíssimo número de pessoas passando fome no Brasil, portanto, a resposta estratégica defendida pelos movimentos populares é a retomada do trabalho de base, sendo fundamental para organizar a revolta e transformá-la em ação coletiva. Diante disso, observamos a necessidade de avançar e estabelece-se a seguinte assertiva: Trabalho de Base é Educação Popular porque abrange muitas combinações de ações processuais significativas e orgânicas.

4.2 Trabalho de base é educação popular

A campanha Periferia Viva tem buscado nos seus objetivos estratégicos a retomada do trabalho de base, tendo como ferramenta, para isso, a política da solidariedade nas periferias do Brasil. Portanto, se faz necessário entendermos o que é o trabalho de base e como ele se materializa no interior dos movimentos sociais, que neste estudo denominamos de Campo do Projeto Popular. Sendo assim, citamos abaixo um trecho do livro *Trabalho de Base* organizado pelo Ranulfo Peloso:

O trabalho de base é parte indispensável da luta popular[...] é a ação política transformadora, **realizada por militantes de uma organização popular**, que mete o corpo em uma realidade concreta, para despertar, organizar o povo na solução de problemas do cotidiano e ligar essa luta a luta geral contra a opressão (PELOSO, 2012, grifo nosso, p. 10).

Quero chamar a atenção do leitor para a frase grifada na citação acima, pois o autor faz a ponderação extremamente necessária de que só militantes são capazes de realizar o trabalho de base; e o resultado é consequência do esforço aplicado pelo militante. Nas palavras de peloso (2012, p. 10) “essa primazia não é o resultado de seus desejos, mas da confiança das pessoas em sua inteligência, energia e devotamento”.

Por isso, é notório a atuação e dedicação da militância dos movimentos sociais que constrói a campanha Periferia Viva, nesse trabalho que articula as ações práticas de doação de alimentos, álcool em gel, máscara, dentre outros itens; mas combinado com escuta das demandas concretas da vida dessa população firmando relações de diálogos, apontando as contradições sociais que são responsáveis por colocá-las nessa situação de vulnerabilidade, sinalizando saídas coletivas e com isso solidificando relações de confiança e estreitando os

laços entre a militância e o povo. Algumas sistematizações dos acúmulos organizativos já foram possíveis de se avaliar, como apontado em itens na descrição a seguir:

Dos aprendizados organizativos, destaca-se: (I) o Trabalho em conjunto: sob a lógica da cooperação entre organizações do campo popular, o trabalho vai mais longe, com mais energia e gera mais força social do que sob a lógica da fragmentação. (II) Ter apenas uma organicidade necessária para o trabalho, sendo a mais horizontal possível. (III) Ter prioridade nas ações com planejamento e articulação entre elas. (IV) Ter continuidade, manter um processo permanente de trabalho de base, capaz de aprofundar os vínculos, a confiança, ao ponto de enraizar/organizar, capaz de superar o cansaço do povo com experiências de se sentir como massa de manobra e colocá-lo em movimento, sentir-se protagonista. (CNPV, 2020, p.16)

As campanhas de solidariedade amparam tanto as famílias camponesas que necessitam escoar a sua produção, já que no contexto da pandemia os espaços de comercialização diminuíram com a suspensão das feiras e encolhimento de recursos do PAA e PNAE. Desse modo, conecta o alimento fruto do seu trabalho nas ações de combate à fome que se intensifica nas periferias, construindo e disputando o conceito de solidariedade popular. Os movimentos populares têm em sua atuação a concepção que suas pautas são de interesses de todo o conjunto da sociedade, almejam a transformação das relações como conhecemos. Fábio Nunes, do setor de produção do MST de Minas Gerais, reafirma o compromisso da solidariedade para com o conjunto da sociedade.

Produzir alimentos saudáveis é uma coisa que está intrínseca aos nossos objetivos, nossa reforma agrária popular quer cuidar do meio ambiente e dos nossos territórios, e também trazer alimentos saudáveis para toda a sociedade. É uma satisfação que as pessoas da cidade também tenham acesso a esses alimentos saudáveis. Para nós, essa é a materialização da reforma agrária popular: produzir alimentos e fazer com que eles cheguem a quem realmente precisa.” (MST, p.1, 2020).

Portanto, a Soberania Alimentar, um conceito reivindicado pelos movimentos sociais que objetiva transformar o sistema alimentar, se constitui em uma bandeira de luta das organizações populares do campo e da cidade. A Soberania Popular é construída na perspectiva de defender a Reforma Agrária popular e a vida do povo frente às elites dominantes coloniais.

A reforma agrária propicia quatro favoráveis impactos sobre a segurança alimentar: a) É uma importante política de geração de trabalho e renda, aumentando a possibilidade de acesso aos alimentos que são adquiridos para consumo; b) Cria as condições para que as famílias possam produzir os próprios alimentos que vão consumir; c) Fortalece a chamada “segurança alimentar local” através da garantia de produção de alimentos para as áreas próximas, d) As opções produtivas usualmente adotadas pela agricultura reformada tendem ao cultivo de alimentos básicos integrantes da tradição dos agricultores (MALUF, MENEZES, MARQUES, 2000, p.17).

A campanha tem uma estratégia muito clara e definida, a qual já apresentamos anteriormente. Logo, falar em trabalho de base e, especialmente, na retomada do trabalho de base se refere a se ter uma estratégia delimitada para onde o trabalho de base irá desaguar. A

retomada do trabalho de base é fundamental para embrenhar-se nos territórios e assim ter saltos de qualidade para a estratégia da organização popular.

Entendemos que na medida que o trabalho de base toma uma dimensão de processo, ele passa a ser incorporado a um planejamento de curto, médio e longo prazo. O que não nega a importância das campanhas, mas busca superar essa lógica centrada em ações pontuais. (CNPV,2020, p.35)

Em outras palavras, só se faz trabalho de base se tiver uma estratégia muito bem definida e traçada. A partir da concepção de que o trabalho de base e a organização comunitária são voltados para a transformação da realidade se têm como referência todo e qualquer lugar de atuação.

A luta de classes acontece nas fábricas, bairros, comunidades, escolas, municípios, territórios indígenas, quilombolas, camponeses, organizações populares, partidos, instituições públicas, religiosas, ou seja, onde existe opressão e exploração. Neste sentido, o trabalho de base tem se demonstrado importante instrumento de organização popular, que deve ser potencializado nos diferentes espaços, a partir das condições objetivas e subjetivas que cada realidade oferece. (VAN DEURSEN VARGA, 2020, p.294)

Diante disso, passa a ser discutido dentro da construção dos movimentos sociais uma categoria que se apresenta de maneira complexa, por ser passível de muitas interpretações: a organização dos movimentos sociais com a perspectiva popular. Assim como Pazello (2010), faço a opção teórica de defender que os movimentos populares devem ser entendidos a partir de uma perspectiva total, não podendo vincular suas lutas, de forma absoluta, a uma necessidade específica. Para Pazello é necessário estabelecer diferenças entre movimentos sociais, movimentos sociais populares e movimentos populares. Para o autor, são movimentos populares aqueles:

que tem uma base econômica, vale dizer, apresentam, desde sua práxis, um projeto crítico de existência material, dando azo a uma forma de vida concreta que não pretenda pura e simplesmente remediar a que se nos dá atualmente. Esta elucidação aparece como trazendo em seu bojo o problema das classes sociais. Assim, a conceituação de movimentos populares como sendo os ligados à pauta política popular não é suficiente, vez que esta pauta política não necessariamente, a nosso ver, reflete-se no interesse de classes (PAZELLO, 2010, p.390-391).

Em síntese, “os movimentos populares são formas sociais próprias de um determinado tempo histórico” (PAZELLO, 2014, p.26). Assim sendo, a consagrada expressão “movimentos sociais” recebe contornos variados e a discussão de Pazello (2014) incorpora debates que assumem os movimentos populares enquanto ferramentas organizativas e de mediação dos sentidos objetivos e subjetivos, reconhecendo a classe em sua multiplicidade e agregando as discussões de gênero e raça/etnia. Considerando que as formas não-tradicionais de resistência social seriam imprescindíveis para o debate sobre o

futuro da resistência social latino-americana, se faz necessário conhecer profundamente seus formatos; seu contexto histórico; sua composição social. Eles representam uma *força social* com interesses históricos próprios, ou se tratam apenas de uma massa difusa de indivíduos com a mais variada participação de classes? Maria da Glória Gohn, por sua vez, define os movimentos sociais como:

ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas de organização popular e adotam diferentes estratégias para expressar suas demandas. Entre eles, cabe distinguir os de cunho emancipatório, os quais se mobilizam para resistir à exclusão e lutar pela inclusão social, em contrapartida aos de cunho conservador (GOHN, 2004, p. 13-15)

E buscando ampliar tais concepções, levando em consideração ainda que os Movimentos Sociais clássicos (partidos políticos, sindicatos e sociedades cooperativas) não sejam o enfoque central da pesquisa, é possível inferir que não são espaços de luta descartados pelos movimentos populares pesquisados. Segundo Tarrow, a insurgência dos movimentos sociais existe “porque desafiam os detentores de poder” (TARROW, 2009, p.?).

Neste sentido, oportuna a classificação de Breno Bringel (2012, p.1) que aponta que as interpretações dos movimentos sociais nas ciências sociais passam por três etapas principais:

(1) a primeira etapa coincide com as interpretações dos *clássicos* da sociologia e, em particular, com o caminho iniciado por Karl Marx e Friedrich Engels que, ao colocar o conflito e a ação coletiva no centro da estrutura social, elaboraram a primeira teoria sistemática sobre o tema. Nesta abordagem o sujeito coletivo destas interpretações era o movimento operário e a importância atribuída ao conflito no mundo do trabalho, com enfoque nas principais ferramentas da classe trabalhadora: sindicatos, partidos e cooperativas (BRINGEL, 2012). Segundo Maria da Glória Gohn, esta corrente nutre-se ainda das abordagens de Gramsci, Lefebvre, Rosa Luxemburgo, Trotsky, Lênin, Mao Tse-tung e veio a influenciar a análise tida como clássica ou tradicional sobre os movimentos sociais do século XX (GOHN, 2008).

(2) A segunda etapa das pesquisas sobre os movimentos sociais passa pela institucionalização acadêmica das pesquisas sobre os movimentos sociais como objeto, especialmente após a década de 1960 (BRINGEL, 2012). Nessa segunda etapa do debate, as análises deram origem às teorias dos *novos movimentos sociais*, a teoria de *mobilização dos recursos*, a *teoria do processo político* e abordagens particulares como a sociologia histórica de Charles Tilly levaram a importantes avanços no debate. Sobre esta segunda corrente dos *novos movimentos sociais* Gohn (2008) destaca que é fruto das novas gerações que abriam espaços sociais e

culturais, compostas por sujeitos e temáticas que não estavam na cena pública ou não tinham visibilidade, como mulheres, jovens, índios, negros etc. Esta corrente tem uma variada e complexa gama de influências como a abordagem fenomenológica e as teorias da sociologia weberiana, parcela da Escola de Frankfurt e a Teoria Crítica, além de Foucault, Giddens, Bourdieu, Touraine (2008). Para a autora, esses autores destacaram a questão da identidade dos movimentos sociais, criticam as abordagens estruturais ortodoxas que se detinham excessivamente na análise das classes sociais como categorias exclusivamente econômicas e com foco apenas na classe operária e nos sindicatos, deixando de lado outros atores sociais relevantes. É importante destacar que para Gohn (2008) estes autores teceram críticas ao marxismo, mas tiveram com ele um diálogo permanente, não o descartando: “o grande saldo da corrente culturalista-identitária foi apresentar ao mundo a capacidade dos movimentos sociais de produzir novos significados e novas formas de vida e ação social” (GOHN, 2008, p. 30).

(3) a terceira etapa das pesquisas sobre movimentos sociais, segundo Bringel, se desenvolve a partir dos limites das 2 etapas anteriores. Para o autor, os limites das análises passaram a ser visíveis a partir dos anos 1990, momento em que a sociedade passou por transformações profundas e os sujeitos sociais começam a se rearticular sob novas práxis coletivas, formas organizativas e comunicativas, pondo em questão a própria definição de movimento social e outras noções afins. O autor defende que ainda estamos nesta terceira etapa e faz alguns alertas:

a despeito de algumas tentativas interessantes de renovação, as teorizações contemporâneas sobre os movimentos sociais ainda parecem incapazes de construir elaborações consistentes face ao forte eurocentrismo e “ocidentocentrismo”, ao individualismo e nacionalismo metodológico, bem como à crescente autorreflexividade dos atores e à tensão sempre presente, embora não tão fortemente como hoje, dos movimentos sociais como objeto (de estudo) e sujeito (político-social). (BRINGEL, 2012, p.1)

Maria da Glória Gohn faz outro importante alerta em relação à fragmentação das análises e aponta uma ausência das classes sociais e da exploração em parte das análises sobre movimentos sociais, principalmente sob influência da segunda corrente. Segundo a autora, há uma grande fragmentação na agenda de pesquisa do campo temático dos movimentos sociais em múltiplos sujeitos, em formas híbridas de ações coletivas (GOHN, 2012). Tal hibridismo tem levado

ao ecletismo nas interpretações contemporâneas onde convivem teorias com focos diversos (culturalistas, materialistas, pós-coloniais, institucionalistas etc.), as quais utilizam um repertório de categorias analíticas oriundas de diferentes matrizes paradigmáticas. O que a maioria das novas análises não têm considerado é a questão das classes sociais, pois elas filiam-se a modelos de explicação da realidade social,

que desconsideram as explicações estruturais [...] Em nome de um debate “renovado” desqualificam veios interpretativos relevantes, ignoram a política e a conjuntura econômica, tentando criar novas leituras da realidade como “corretas”, em nome das diferenças e diversidades” (GOHN, 2012, p. 32).

Dessa forma, para nossa finalidade de pesquisa, entendemos que os movimentos sociais pertencentes ao Campo Popular têm como principal referência histórica e teórica o conflito social sistematizado inicialmente por Marx e Engels, especialmente, pelos processos de revoltas sociais que explodiram na França no século 19. No entanto, faz-se necessário incorporar novas dimensões de análise dos sujeitos a partir das reflexões e críticas apontadas por Bringel e Gohn. Tal afirmação fortalece a razoabilidade da possibilidade de complementaridade e combinação de lutas explicitadas no objeto de estudo, enquanto um espaço de articulação das forças organizativas e políticas do campo do Projeto Popular. É importante destacar que para além de sua utilidade analítica, a opção pela categoria “movimentos populares” tem grande relevância em termos de orientação política da ação coletiva.

No sentido inverso ao da lógica imposta pelo grande Capital estão os movimentos sociais, que defendem a partir da sua prática cotidiana uma outra possibilidade de se relacionar com os bens naturais, de produzir alimentos e de relações pessoais, essa perspectiva anuncia a luta em defesa da vida, na defesa de um povo soberano em sua alimentação, autonomia política e de organização societária.

Os movimentos sociais rurais abraçam o conceito de soberania alimentar como uma alternativa ao método neoliberal que acredita num comércio internacional injusto para solucionar o problema da comida do mundo. A soberania alimentar se enfoca na autonomia local, nos mercados locais, nos ciclos locais de produção-consumo, na soberania energética e tecnológica, e nas redes de agricultor a agricultor (ALTIERI, 2010, p.30).

Dessa forma, o objetivo da campanha de retomar o trabalho de base estruturando o enraizamento dos movimentos sociais nas periferias brasileiras construindo organização popular, formação política e luta para transformar radicalmente as suas realidades. Por isso, “retomar o trabalho de base é recuperar, é resgatar, é acreditar de novo no sonho da liberdade, no qual os interessados se envolvem na construção de uma vida melhor para si e para todos” (PELOSO, 2012, p. 15). E nessa perspectiva de trabalho de base ele se entrelaça com outro conceito fundamental, o da Educação popular, uma relação dialógica entre a teoria e a prática em que quem educando e educador estão em um ciclo de trocas e saberes e são partes de uma mesma construção. Por isso, os movimentos populares do campo do projeto popular defendem a afirmação inicial “Trabalho de base é Educação Popular” como referencio a partir de uma das entrevistas

Trabalho de base é educação popular é uma das digamos, sínteses que a gente extrai desse trabalho solidariedade, então sempre foi digamos assim para nós duas coisas que caminham juntas e aqui a gente tá dizendo que é a mesma coisa não tem trabalho de bases em educação popular e não existe educação popular sem trabalho de base no sentido do que nós projetamos de construção de força para outros podem existir outras coisas mais na nossa nos nossos objetivos estratégicos é intrínseco (Entrevistada 1)

Assim, a compreensão acerca da relevância do Trabalho de Base se entrelaça com a produção de uma Política de Solidariedade, abordando o desafio da atualização dos métodos de trabalho de base, como apresenta a seguinte reflexão:

A linha política da solidariedade teve o papel de motivar e acelerar o processo de unidade entre nós, pautando a realidade das periferias, sensibilizando para olharmos para a “crise do nosso modelo de trabalho de base” provocada por transformações na estrutura do capitalismo sobretudo o periférico, nas condições de vida e de trabalho do povo (CNPV, 2021).

O contexto de desigualdades escancarado pela pandemia da Covid-19 provocou uma comoção humanitária e acelerou processos já iniciados pelos movimentos sociais, acelerando as articulações e ações em comum com o sentido de engatar trabalhos de base e pensar em conjunto assim: “nesta pedagogia do fazer e pensar em conjunto se produz uma inteligência coletiva, criativa que no interior da própria dinâmica produz novas sínteses e novas ações” (CNPV, 2021). Nossa busca é compreender como a produção de uma política de Solidariedade alinhada à aposta no trabalho de base pode produzir a batalha de ideias sobre um novo entendimento acerca da solidariedade e da prática dos movimentos populares.

4.3 Batalha de Ideias - plantar solidariedade, colher resistência

Solidariedade aparece também como uma dimensão da Batalha de Ideias em que se exercita a relação dialógica. A solidariedade popular é a ponte de diálogo. Iniciativas de apoio às populações mais vulneráveis nasciam em todos os cantos do país, e nesse sentido, a campanha partiu de algumas experiências concretas de enfrentamento à fome para problematizar as ações que combatem à fome.

A campanha estruturou sua ação a partir de três linhas: doações, direitos e conscientização do povo e batalha das ideias. Sendo o último o elemento essencial da política de solidariedade por compreender a necessidade da disputa ideológica na sociedade: disputar cada indivíduo para o projeto esperançado pelos movimentos populares, sendo este um caminho de plantar solidariedade e colher resistências.

A batalha de ideias consiste na disputa das narrativas presentes na sociedade, publicizar as ações das organizações sociais e agregar pessoas ao trabalho de base. Tem como ferramentas a produção de materiais informativos e a criação de canais diretos de

comunicação com as famílias e lideranças locais. Permitiu repensar cotidianamente as práticas em relação à Campanha e a elaboração de novas estratégias, a partir do diálogo e do retorno das próprias famílias e lideranças.

me parece que há uma história de organização, de coletivos, de movimentos e de agrupamentos que tem como objeto de pensar políticas amplas, pensar na perspectiva da educação, de políticas participação, da perspectiva da saúde na perspectiva da alimentação então digamos assim conjunto de ações que são ações que resultam na organização de diferentes movimentos urbanos e rurais de diferentes setores da organização social e que de alguma forma na campanha juntaram ou uniram essas diferentes experiências diferentes formas para uma ação que era unitária, uma ação de combate à fome (entrevistada 2)

A experiência da campanha de solidariedade Periferia Viva protagonizada pelo campo popular apresenta-se noutra sentido e intencionalidade. Diferencia-se das campanhas dos grandes conglomerados empresariais, que atuam de maneira isolada e pode-se dizer, até de forma *oportunist*, aproveitando-se da crise para praticar a caridade, implementando ações com o objetivo próprio, incentivando clientes a consumirem e doarem parte do alimento adquirido⁴¹. Campanhas que, via de regra, incentivam alternativas individuais e a competição sem apontar nenhuma saída a longo prazo. Noutra sentido, as campanhas de solidariedade podem abrir a oportunidade para processos de diálogo, formação política e emancipação humana na medida em que entrelaçam suas bandeiras de luta, como a Soberania Alimentar.

A gente observa muito rapidamente que vai ter nós estamos disputando um conceito de solidariedade aqui então se tem todo aquele debate que a gente foi fazendo baseado na nossa história e, vai ter a solidariedade SA, que vai tá no globo todos os dias, na hora do Jornal Nacional, empresas como Ambev doa 2 milhões, não sei qual outra empresa deu cinco milhões, olha como essa empresa é boa. E a concepção então dá o debate que a gente foi formulando dessa solidariedade SA é que ela é passiva, mantém o silenciamento do Povo, é uma troca que se estabelece eu te dou essa cesta básica faço a propaganda da minha marca, deduzo os meus impostos e pronto. É o povo ser o objeto dessa solidariedade do mercado, SA, é ser a ponta dessa solidariedade que estava parado e parado ficou, não tem papel nenhum. Então olhando para essa concepção que nós enfrentamos o mesmo dilema, como que a nossa solidariedade não é passiva, como que a nossa solidariedade passa a ser orgânica quando e como o nosso jeito aqui da Solidariedade tem papel tem tarefa, o povo faz parte. [...] é o conteúdo da nossa Solidariedade que diferencia, por isso é orgânica por isso disputar com a passiva, ela aparece com esse nome, mas na verdade ela é a continuidade desse modo de viver que tá aí, a nossa solidariedade não é caridade ou algo do gênero. (Entrevistada 1)

O debate sobre a Soberania Alimentar e a campanha Periferia Viva, perpassa pela discussão sobre a categoria movimentos populares, como foi referenciado, enquanto instrumento fomentador do processo de ação e resistência no período da pandemia - covid

⁴¹ No Grupo Big, diversas campanhas realizadas em parceria com organizações da sociedade civil possibilitam aos clientes exercitar sua solidariedade e contribuir com a parcela da população mais atingida pela pandemia do coronavírus. < <https://www.institutogrupobig.com.br/campanhas-em-lojas-promovem-a-solidariedade-na-pandemia/>>

19. Sendo essa uma das grandes disputas de narrativa evocadas na campanha. O conceito de Segurança Alimentar tem sido essencial no último período como ação estratégica na defesa das medidas públicas necessárias para discutir e diminuir a vulnerabilidade dos países em produzir a própria alimentação e garantir o mínimo necessário de atendimento às necessidades básicas nutricionais dos povos. O conceito de Soberania alimentar defende como objetivo central a produção de alimentos saudáveis e variados, com qualidade e quantidade necessárias e suficientes, através de sistemas diversificados de produção, referindo-se à soberania local, dos povos e refletindo sobre o alimento enquanto um direito humano. Além disso, traz consigo o questionamento do modelo de produção baseado no latifúndio, no uso de agrotóxicos, no monocultivo e na exportação.

A ambição do capital não se detém. Impôs leis, regulamentos e programas que buscam privatizar a vida, as sementes e o conhecimento. A pesquisa científica e tecnológica tem estado progressivamente sob domínio do capital e na agricultura se impôs um modelo tecnológico único que fomenta a dependência e ignora os saberes e técnicas populares e agroecológicas. O mundo e os camponeses veem com horror como se utilizam ou tratam de impor leis e tecnologias de destruição e o despojo, como a privatização das sementes, os cultivos transgênicos, as sementes Terminator, a biologia sintética e a geoengenharia. Seguiremos defendendo nossas sementes contra a privatização e a destruição, e as multiplicaremos para que circulem livremente e sirvam de base para a Soberania Alimentar (CLOC, 2010).

Uma das grandes chaves de disputa dentro da análise da batalha de ideias é a relação da solidariedade ativa e da solidariedade SA, conhecida como solidariedade comercial/empresarial. Uma relação que se estabelece entre quem tem e decide dar e quem não tem e só pode receber. Esta é a base da solidariedade SA, que opera de forma semelhante à caridade.

A solidariedade SA. ver aqueles que recebem doações como receptores mais vulneráveis à boa vontade do doador. É uma forma de olhar e se relacionar com o outro muito semelhante ao que Paulo Freire chama de educação bancária, definida como “um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante” (FREIRE, 1974, p. 80). Além disso, sabemos também que no caso das grandes corporações, as doações funcionam como propaganda para potencializar ainda mais os lucros no futuro próximo.

Por outro lado, temos a solidariedade popular que se estende da periferia a periferia e é protagonizada pelos movimentos sociais que materializam a campanha descrita aqui, essa solidariedade opera a partir de uma relação orgânica, intimamente relacionada ao que Paulo Freire chamou de educação popular. , “O educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa” (FREIRE, 2017, p. 96). trata-se de uma relação que legitima o diálogo e a amorosidade em que

todos os envolvidos participam e têm algo a dar e receber. Como identificamos a partir da citação seguinte

A solidariedade popular, por outro lado, surge dentro das comunidades da classe trabalhadora; baseia-se na ajuda e no respeito mútuos e produz organizações que aumentam a dignidade das pessoas. Esses grupos progressistas mobilizam os jovens para arrecadar e distribuir suprimentos, fazer vínculos com cooperativas do MST no campo que promovem a alimentação agroecológica, lutar contra a violência policial e pela reforma agrária. Em outras palavras, mobilizam os jovens a acreditar profundamente no potencial de um mundo diferente da miséria que lhes é imposta pelas crueldades do sistema capitalista. (CNPV,2020, p.29)

Com a máxima “Comunicar, articular, organizar, doar” as campanhas de solidariedade cumpriram diferentes papéis diante da conjuntura enfrentada. Além de buscarem respostas ao problema concreto da fome e minimizar o impacto da falta de políticas de prevenção e combate a covid-19 e aos problemas agravados por ela. “Tornar o isolamento social e a máxima do “Fique em casa” como a única política de prevenção e combate à Covid-19 a ser disseminada, universaliza uma experiência específica: a de quem pode ficar em casa” (TRICONTINENTAL, 2020 p.1). Então as ações da campanha materializam as orientações de solidariedade em diferentes frentes de trabalho de base e se esforçam desde seu início para preservar vidas brasileiras.

A questão primeira é criarmos as condições materiais de sobrevivência na quarentena: alimentos, energia, remédios, água e para isso precisamos de renda, essa deve ser garantida pelo Estado, e isso exigirá uma forte pressão organizada. Mas, em um quadro de guerra invisível, com um governo perverso é preciso tornar visível a nossa organização, nossa defesa comum, onde todas as vidas importam e devem ser preservadas; Nesse sentido devemos reunir enquanto linha de ações a solidariedade, agitação, denúncia, reivindicações – organizadas, sobretudo em uma grande **REDE** de articulação e apoio mútuo, em âmbito local, municipal, estadual e nacional, desde os contatos de telefone, redes sociais e ações territorializadas em pequenos grupos.(CNPV, 2020, p.29)

Disputar a ideologia é uma batalha necessária de quem busca a transformação da sociedade, uma batalha injusta pois como afirma Marx, “as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante” (Marx, 2009, p. 67) e a classe dominante detém estruturas que conservam seu privilégio estrutural. E como contra posição dos movimentos sociais têm buscado alternativas para essa disputa, e que parte da pura convicção de amor ao povo

Para isso, é necessário desenvolver formas de estimular, mobilizar e organizar a vontade popular, com aspiração transformadora e revolucionária da sociedade brasileira; e potencializar a formação e articulação das massas como algo essencial e necessário para avançarmos nas pautas de luta e reivindicações da classe trabalhadora. É urgente estimular o protagonismo das classes populares nas lutas contra a fome, o desemprego, a violência a mercantilização da terra e da água, a privatização das

empresas estatais, defesa da saúde, educação, bancos públicos, que são riquezas do povo brasileiro. (VAN DEURSEN VARGA, 2020, p.294)

Para além de ser um instrumento de divulgação da campanha, a comunicação tem demonstrado ser também uma ferramenta importante de trabalho de base, pois não apenas contribui na relação com as famílias como também tem potencial para organizar a comunidade em torno de algumas iniciativas, traduzindo a solidariedade em informação de utilidade pública: foram inúmeros podcasts, boletins, colunas, jornais populares e radiozaps.

Esse tipo de ação se opõe a uma estratégia disseminada pela extrema direita e que ganhou força durante as eleições de 2018, a criação de fake News⁴², se tratam de falsas mensagens que causam desinformação e confusão entre o que é verdade ou invenção. As informações e orientações de contágio e prevenção se perdem entre as redes quando não levam em conta as especificidades das periferias.

A solidariedade para nós anda junto com a luta pelos direitos. Direito à quarentena com isolamento social, com condições de vida, com água, alimentos, saúde. Teremos de travar uma batalha pelo acesso à renda básica, alimentos do PAA, acesso à saúde, condições adequadas de higienização, e logo a frente, condições de isolamento social adequados, isso exigirá uma luta mais forte pelo acesso aos recursos públicos. (CNPV, 2020)

O Jornal Periferia Viva, foi um jornal comunitário concebido enquanto instrumento comunicativo e possibilitou ampliar a relação da campanha com as famílias abastecidas e acompanhadas pela campanha Periferia Viva em São Paulo, a reflexão sobre o instrumento buscou fortalecer a identidade e organização do território e valorizar os saberes e experiências da comunidade, sendo um jornal participativo em que as famílias participaram da construção desde sua formulação. Foi inspirado numa experiência anterior do próprio bairro. A Escola Nacional Paulo Freire disponibilizou algumas das edições do jornal Periferia Viva distribuídas no ano de 2020.

Figura 11 - Primeira edição do jornal do jornal Periferia Viva

⁴²Ver mais em: <<https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/guerra-de-desinformacao-as-fake-news-nas-eleicoes-de-2018>>

Receita do dia
feita por Dida, do Boqueirão

BOLO DE FARINHA DE MANDIOCA COM COCO

INGREDIENTES:
3 xícaras de farinha de mandioca;
2 xícaras de açúcar
4 ovos
1 vidro de leite de coco
3 xícaras de leite
3 colheres de margarina
100 grãos de coco ralado
Uma pitada de sal
1 colher de sopa de fermento para bolo

MODO DE FAZER:
Na batedeira ou liquidificador bata os ovos, margarina e o açúcar, até virar um creme consistente e vá adicionando o resto dos ingredientes, cococa numa forma untada e enfarinhada e levar para assar com o forno já aquecido.

HORA DE COLORIR

SÃO OS TRABALHADORES E TRABALHADORAS QUE CONSTRÓEM A NOSSA COMUNIDADE!



FAÇA PARTE DO NOSSO JORNAL!

O QUE VOCÊ QUER VER NO PRÓXIMO JORNAL?

MANDE SUGESTÕES DE TEMAS, FOTOS, RECEITAS E AJUDE A FAZER DO PERIFERIA VIVA UM JORNAL COM A NOSSA CARA!

MANDA PRO NOSSO ZAP: 11 93342-8230

JORNAL PERIFERIA VIVA

SOLIDARIEDADE PARA COMBATER O CORONAVÍRUS

PERIFERIA VIVA



A SOLIDARIEDADE CONSTRÓI A COMUNIDADE!

A cidade de São Paulo é marcada por muitas desigualdades, mas também por muita resistência. As periferias do Boqueirão e do Jardim São Savério têm muita história de luta pra contar! Para resgatar essa memória, nessa edição do jornal Periferia Viva vamos contar um pouco da história do Jardim São Savério e na próxima edição vamos conhecer melhor a história de luta e conquista da periferia do Boqueirão! Vamos lá?

Lá no final dos anos 70, existiu no Jardim São Savério um projeto de Habitação Popular onde se desenvolveu o Movimento de Moradia. Quem lembra? Muita gente da comunidade foi importante na organização do nosso povo, como Marinha e os pais e freiras da igreja Santa Cristina. A gente discutia nossas reivindicações, rezava e lutava por políticas públicas, como água, luz e esgoto. Hoje ainda lutamos por isso, não é?

Outra experiência de organização do povo foi o Mutirão Jardim Celeste. A partir da participação de moradores e militantes, foram construídas as primeiras 200 Casas Populares, tudo feito com muito suor e lágrimas! Vivíamos sonhos e trabalhamos aos finais de semana durante 10 anos pra fazer o Mutirão acontecer. A gente se recriava a cada amanhecer para trabalhar e em nossas casas habitar!

Para dar vida ao nosso bairro e fortalecer a nossa organização, cada morador também compartilhava um saber ou prática sua com a comunidade. Tinha gente que costurava, fazia renda, bolo, e também esporte. Em 2001, por exemplo, foi criado o Projeto Tae-kwon-do e Cidadania, que existe até hoje! Na nossa história também é muito importante a contribuição da Central de Movimentos Populares (CMP), com a atuação de Ditto e Raimundo Bonfim. Gente que está com a gente até hoje!

Hoje, em 2020, a Campanha de Solidariedade para Combater o Coronavírus é uma nova experiência de organização do povo aqui da região. Vamos seguir juntos e organizados pra mudar a nossa realidade? Contamos com vocês!

Fonte: Escola Nacional Paulo Freire (2020)

Figura 12 - Segunda edição do jornal do jornal Periferia Viva

KAROE PRA BRONQUITE

RECEITA DA DONA JOAQUINA, DO JD. SÃO SAVÉRIO

MISTURAR:
2 pedaços de casca de imburana
2 pedaços de casca de jatobá
Agião
Erva Santa Maria/mastruz
Casca de romã
1 ou 2 folhas de manga
Folha de guaco
Manjericao
Malva do reino
Casca de laranja
Casca de mexerica
Açúcar mascavo

Pode adicionar também um pedacinho de beterraba e de cenoura



HORA DE COLORIR

SE O CORONAVÍRUS TÁ LÁ FORA, EU QUERO ESTUDAR DENTRO DE CASA!



FAÇA PARTE DO NOSSO JORNAL!

MANDA PRA GENTE SUA ARTE, SEU TRABALHO E RECEITAS! ESSE JORNAL É DE TODO MUNDO! 11 93342-8230

JORNAL PERIFERIA VIVA

SOLIDARIEDADE PARA COMBATER O CORONAVÍRUS

PERIFERIA VIVA

Nº 02 | SETEMBRO DE 2020



O QUE SIGNIFICA SOLIDARIEDADE?

Solidariedade nasce da sensibilidade... a sociedade hoje funciona sob o vírus do "cada um por si". Sensibilidade, ao contrário, reconhece que o que sou e o que tenho são frutos, em primeiro lugar, do que recebi de graça de tanta gente e, só depois, de parte do meu trabalho. E, dependendo da minha classe, gênero, raça e país, recebo um montão de privilégios e vantagens roubados dos outros.

Sensibilidade é reconhecer tudo isso e não apenas um sentimento de pena e dor. Essa sensibilidade gera compaixão e solidariedade. O sofrimento do outro é meu também. Preciso devolver do que tenho, do que sou. **Partilhar, não apenas dar esmola.**

Dar do meu tempo mais do que apenas coisas. Sensibilidade, compaixão, solidariedade implicam perguntar, ouvir o outro; ouvir suas necessidades. **Significa jamais decidir PELOS outros, mas sempre COM os outros.**

Toda a história do Projeto Vergueiro, o espaço onde hoje está a Escola Nacional Paulo Freire, está repleta dessa prática. Por ali já teve teatro de rua, projetos de alfabetização de adultos, fábrica de móveis UNILABOR, CPV, Formação Sindical, Pastoral da Criança... E hoje temos a Escola, a campanha Periferia Viva e muitas outras iniciativas.

Com razão podemos cantar, "um mais um é sempre mais que dois"; "sozinha ou sozinho eu ando bem, mas com você ando melhor"... É o **milagre dos Movimentos Populares que mobilizam e organizam para poder repartir o pão e não faltar para ninguém!**

Fonte: Escola Nacional Paulo Freire (2020)

O jornal era entregue a cada distribuição de cestas de alimentos, o processo paulatinamente, foi indicando uma construção cada vez mais participativa e protagonizada pela própria comunidade. Os desafios de um instrumento como o jornal Periferia Viva são

muitos, reconhecer a necessidade de avançarmos numa linguagem acessível, um formato mais atrativo

Outra ação identificada dentro do campo das ideias foi a Rádio Zap. Uma estratégia de comunicação que circula pelo WhatsApp, cabe ressaltar que esse meio de comunicação é considerado a principal rede social dos brasileiros, em torno de 96,4% dos brasileiros⁴³ usam a plataforma todos os dias para se comunicarem com amigos e familiares. A Rádio Zap foi uma espécie de programa de rádio enviado por WhatsApp de forma semanal ou quinzenal nos grupos das famílias assistidas que teve como objetivo dar orientações mais específicas sobre saúde e direitos a partir de uma articulação direta com militantes das áreas da saúde, direitos e da produção de alimentos.

Outro caminho para a formulação da comunicação popular e comunitária, foi a criação da coluna Periferia Viva no Jornal Brasil de fato⁴⁴, onde militantes produziram reflexões ao longo da campanha sobre as temáticas que perpassam a vivência da campanha nacional. Essas estratégias se apresentam como mediadoras entre os sujeitos envolvidos, a comunicação que se faz criticamente procura relacionar a solidariedade de quem divide o que tem até chegar a quem está na linha de frente das desigualdades, é uma ação repleta de significados e isso traduz a comunicação, Paulo Freire considera a comunicação como primordial para o reconhecimento do cidadão comum enquanto sujeito participante da história

Todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito do segundo, e a comunicação entre ambos, que se dá através de signos linguísticos. **O mundo humano é, desta forma, um mundo de comunicação** (FREIRE, 1971, p.44, grifos nossos)

Portanto, nos interessa a relação direta entre a batalha de ideias e a apropriação e disputa do conceito defendido pelos movimentos sociais, como o MST no qual revela uma política mais ampla do que a Segurança Alimentar, e a discussão que envolve diretamente quem recebe esse alimento, como as famílias beneficiadas das campanhas de solidariedade. Essa disputa parte do princípio de que, para ser soberano e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para consumir alimentos saudáveis e dentro de uma forma organizacional de produção, em que não esteja a exploração do campesinato. Assim como, entendemos expressar a Declaração de Nyéléni enquanto uma reivindicação coletiva

A soberania é o direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo. Isso coloca aqueles que produzem, distribuem

⁴³ Ver mais em: <<https://www.take.net/blog/whatsapp/dados-do-whatsapp/>>

⁴⁴ É possível acessar a coluna <<https://www.brasildefato.com.br/colunistas/periferia-viva>>

e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas. Defende os interesses, e as inclui, para as gerações futuras. Nos oferece uma estratégia para resistir e dismantelar o comércio livre e corporativo e o regime alimentício atual e para processar os sistemas alimentares, agrícolas, pecuários e de pesca para que sejam gerenciados pelos produtores e produtoras locais. A soberania alimentar dá prioridade para as economias locais e aos mercados locais e nacionais, e outorga o poder aos camponeses e à agricultura familiar, à pesca artesanal e ao pastoreio tradicional. Coloca a produção alimentar, a distribuição e o consumo sobre a base da sustentabilidade ambiental, social e econômica. A soberania alimentar promove o comércio transparente que garante renda digna para todos os povos, e os direitos dos consumidores para controlar sua própria alimentação e nutrição. Garante que os direitos de acesso e gestão de nossa terra, de nossos territórios, de nossas águas, de nossas sementes, de nosso gado e da biodiversidade nas mãos daqueles que produzem os alimentos. A soberania alimentar supõe novas relações sociais livres da opressão e desigualdades entre os homens e mulheres, povos, grupos raciais, classes sociais e gerações.”

As mazelas do campo provocadas pelo latifúndio e por sua monocultura de morte refletem na população que vive na área urbana e, que sofre processos intensos de segregação socioambiental, aumento do preço dos alimentos provocando o crescimento da fome. Assistimos um discurso que é alimentado por um imaginário social da caridade acima dos direitos, com vistas à bandeira da Soberania Alimentar é à demonstração de algumas estratégias organizativas empregadas pelos movimentos populares em suas ações na busca pela transformação societária.

A solidariedade tem dirigido a prática dos movimentos populares como princípio político e ocupado diversas dimensões da luta na atualidade, todavia, ela mantém laços com as histórias de origem de vários movimentos, que tem em seu germinar um fio solidário em busca da transformação da sociedade. Como podemos ver na síntese sobre o MST “Na essência, o MST nasceu como um movimento camponês, que tinha como bandeira as três reivindicações prioritárias: terra, reforma agrária e mudanças gerais na sociedade” (FERNANDES, 1999, p.19). E nessa perspectiva, sendo um movimento social com características populares, se propõe a dialogar com diversos setores da sociedade e defender a base das necessidades humanas o MST pauta a construção e defesa de um projeto de sociedade, e assim têm internalizado em seus princípios novos valores com base na soberania alimentar.

A Plataforma é uma articulação entre os movimentos populares e diversos atores sociais que intensificaram ações e campanhas de solidariedade em curto, médio e longo prazo, enquanto resposta a um contexto de abandono e precarização da vida humana, combinando ações de solidariedade e luta política. Como atribuiu Freire (2004, p.42) “A solidariedade social e política de que precisamos para construir uma sociedade menos feia e arestosa, em que possamos ser mais nós mesmos, tem na formação democrática uma prática de real importância”. As ações populares de resistência, configuradas através das ações de

solidariedade, têm uma oportunidade de dialogar com sujeitos de diferentes espaços podendo criar laços permanentes nos territórios afirmando que “a realidade concreta nunca é, apenas o dado objetivo, o fato real, mas também a percepção que dela se tenha” (Freire, 1979, p. 51)

A luta social em geral é comunicada para o mundo com criatividade e a partir do esforço militante. A disputa hegemônica baliza os moldes da difusão das diferentes narrativas, a concentração dos meios de comunicação em poucas empresas privadas e familiares⁴⁵ dificulta o acesso à informação e a comunicação nesse sentido, forma consensos sobre temas gerais da sociedade. Por isso, é necessário os movimentos populares desenvolverem ferramentas, experiências que possibilitem a construção autônoma de opiniões e uma perspectiva crítica do mundo; é necessário ocupar espaços de disputas, como a alimentação saudável, a dimensão cultural na sociedade, as escolas, na perspectiva da batalha das ideias, na comunicação, no trabalho de base, com foco nas periferias, e por último, mas não menos importante, na formação política e ideológica. É preciso convocar, acompanhar, repercutir, mobilizar a atenção das pessoas em meio à guerra de informações que vivemos para as lutas e pautas populares.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em dias de fome e morte

⁴⁵ Ver mais em: <<https://spbancarios.com.br/02/2018/pesquisa-mostra-que-concentracao-de-midia-no-brasil-e-ruim-para-liberdade-de-expressao>>

Se não aprendemos a sonhar
 É difícil sonhar sozinho
 De gente para gente
 Nós andamos construindo
 Cai e levanta
 É edificando o povo que a gente aprende
 O Trabalho de Base anda seguindo
 Cai parafuso e enferruja essa máquina suja
 Há quem acredite que não é da imperfeição
 que o sujo sonho surja
 Até poderia ser,
 Os limpos, profundos e mais puros
 Pesadelos
 Mas somos dos avessos
 Somos uma máquina feita de gente
 Que luta, mas luta sonhando.
 Realiza
 Não na pressa de uma curta corrida
 Chegaremos no ritmo de uma longa maratona
 Uma máquina, pesada de sonho e grande
 Grande porque é feita de gente que sonha.⁴⁶

Como desenvolvemos ao longo desta escrita, o processo histórico de formação econômico-social do Brasil mostrou que a herança colonial do latifúndio combinada com monocultura para exportação, somada à raiz escravocrata é responsável por manter um projeto de miséria e desigualdades no Brasil. A Pátria, por nós reivindicada com um território livre e do povo brasileiro sofreu e ainda sofre com uma injusta divisão do seu espaço, privilegiando uma elite agrária conservadora, de origem escravocrata que foi se posicionando conforme os acordos frente aos diferentes cenários políticos e pactuou junto às elites industriais brasileiras a manutenção do seu status de poder resultando em uma ruptura profunda do tecido social e aprofundamento do Estado de crise que caracteriza o sistema capitalista.

O grande índice de desigualdade no acesso aos alimentos identificado nas periferias dos países do hemisfério Sul é reflexo de necessidades do sistema oligárquico historicamente forjado pela concentração das terras, juntamente das grandes empresas e governos imperiais, que tem na produção da pobreza a possibilidade de uma política de dependência perante os mercados internacionais de alimentos controlados por empresas transnacionais que carregam como projeto propagar a fome.

Em vista disso, consideramos que existe uma relação direta com o projeto de fome e a hegemonia de interesses econômicos sobre a questão agrária como um elemento central para compreendermos como se forjou a concentração de terras no Brasil. O que abre para a

⁴⁶ Uma máquina de sonhos - Por Luma Vitorio, poetisa e militante do Campo Popular

discussão sobre uma nova forma de distribuição, produção e acesso ao alimento, que está intimamente ligada à luta e organização dos movimentos populares à perspectiva de luta da Soberania Alimentar e Soberania dos povos.

A fome se combate com políticas públicas, solidariedade, visibilidade e acabando com as desigualdades sociais. Por isso, interessa que o Estado discuta as concepções sobre a fome e para isso, Josué de Castro é fundamental, ele demonstrou que a fome é decorrente das desigualdades sociais, incluindo a distribuição de terras, as monoculturas, desmistificando um problema até então era justificado por causas naturais. Denunciando assim o monopólio capitalista agrário que desencadeia a fome e a pobreza no campo e na cidade.

A luta pela reforma agrária se faz necessária para uma mudança radical na estrutura fundiária brasileira. **Terra para quem nela trabalha** com distribuição equitativa da terra para a garantia da qualidade de vida dos povos. E estão diretamente interligadas com as campanhas de solidariedade e seus executores, que são espaços que também cumprem o papel de construir possibilidades para processos de diálogo e formação coletiva. No período mais recente a solidariedade assume a perspectiva da ação concreta, baseada numa concepção freiriana, na tentativa de construir um processo de ampla participação, discussão crítica e no encontro entre a panela vazia com a comida da reforma agrária.

Essa solidariedade ativa, popular ou de classe, e aqui referencio as muitas versões identificadas nos documentos referentes a solidariedade da campanha nacional Periferia Viva, provém das referências reconhecidas nas miudezas do cotidiano das ruas e vielas das periferias do Brasil. Sendo uma prática ativa de ampla participação, um método de trabalho de base, uma ferramenta que incentiva a autonomia dos territórios em uma relação dialógica entre os envolvidos.

Algumas questões afloram da profunda questão da fome na realidade do Brasil que se coloca com base na emergência internacional quando atravessada pela pandemia da Covid-19, esse contexto gerou um sentimento coletivo de humanidade e proximidade, mesmo que separados pelo distanciamento social. No entanto, a falsa democracia da covid-19, buscava a narrativa de que o vírus é igual para todos, contudo essa tese não se confirma quando vemos os dados apresentados sobre a realidade brasileira no período. As vítimas da crise sanitária estão relacionadas às desigualdades sociais, econômicas, de gênero e raça somadas à falta de articulações nacionais de prevenção e combate ao vírus que ocasionaram mais de 600 mil mortes e deixaram a população vulnerável e exposta ao vírus e às desigualdades.

É importante que os efeitos da crise estrutural que vivemos que diz respeito a crise econômica, social e política agravada pela pandemia, que tornaram ainda mais centrais as ações

dos movimentos populares na construção da solidariedade e de organização de diversos atores da sociedade civil, despertem a urgência de rever o modo de organização societária. Produzir com dignidade, distribuir a preço acessível e ter renda mínima para acessar os recursos, como água, alimentos, moradia digna são direitos inegociáveis.

Das perspectivas apresentadas até aqui, constatou-se que a campanha nacional Periferia Viva promoveu a construção de uma campanha ampla e diversa em suas ações, que possibilitou revisitarmos o processo no intuito de sistematizar, ordenar os elementos que julgamos importantes para podermos construir entendimentos comuns sobre a política de solidariedade em uma associação intrínseca ao trabalho de base através da batalha de ideias.

A campanha nacional Periferia Viva não restringiu suas ações à distribuição de alimentos, mas aproveitou esses encontros para estabelecer vínculos com o território, e aprofundar uma relação coletiva de formação, organização e debates. Nesta pedagogia do fazer, pensar em conjunto produzindo uma esperteza coletiva, forjada da criatividade que de modo dialético, da própria dinâmica produz novas sínteses e novas ações e vão determinando os novos caminhos para a ação.

No decorrer desta escrita apontamos os principais indicadores do processo histórico de um sistema hegemônico que condena, à fome e à miséria, parcelas significativas da população. Em contraponto a esta estrutura os movimentos sociais defendem uma política de Soberania Alimentar, resultado da luta popular e resistência dos povos do campo e da cidade frente às elites dominantes. Considerando o foco na discussão alimentar, as ações organizadas dos movimentos populares expressam a compreensão coletiva sobre a transformação dessa realidade. Partindo da preocupação com essas questões é que se fortalece o entendimento de que é com o protagonismo desses sujeitos que se forja uma nova concepção política de solidariedade que esperança uma nova prática. A Solidariedade que aponta um projeto de soberania popular, mesmo em tempos de pandemia.

Sendo assim, a soberania alimentar diz respeito à soberania popular, construída na perspectiva de defender a vida e o direito dos povos em decidir sobre todos os processos que dizem respeito a essa produção e reprodução da vida. E a Soberania só pode ser exercida ao apontar conceitos necessários para a transformação social como de vontade política coletiva, autodeterminação, solidariedade (DE SOUZA; SCHNEIDER, 2021). A fome tem gênero, cor, endereço e grau de escolaridade. A fome, portanto, tem um corpo que é atravessado pelo descaso.

O caminho para destacar como e por que essas ações ocorreram e ainda, é necessário visitar, organizar, ordenar por prioridades e considerando uma reflexão crítica dos fatos. As

ações organizadas dos movimentos populares expressam a compreensão coletiva de que há uma ciência na escuta. A Solidariedade pode ter uma dimensão humana espontânea, mas também pertence à estratégia política de fortalecimento de vínculos mútuos e no fazer frente a ataques políticos, econômicos e culturais.

São muitos os desafios e as demandas apresentadas para o período que vivenciamos, contudo, destaco algumas potencialidades identificadas no decorrer da campanha nacional Periferia Viva, citada em três eixos, elementos que valem um olhar atento no futuro. O primeiro trata da formulação de uma política de solidariedade que produziu uma linha coesa e unitária convocando e organizando a ação política, avançando para uma transição de lógica de campanha/eventos para uma política de solidariedade estruturada e permanente, onde o objetivo é de solidificar uma concepção de trabalho de base avançada. A segunda é o próprio trabalho de base e a retomada por parte da esquerda de ferramentas necessárias para o projeto de organização popular, no sentido de *enraizar*; que requer fixar ações com sentido estratégico, como forças orgânicas, a campanha produziu a afirmação de que não se faz trabalho de base sem educação popular e não se faz educação popular sem trabalho de base, porque a relação é intrínseca e se apresenta para além de tarefas ou ações pontuais na defesa de um projeto de país e de vida militante. A terceira diz respeito a batalha de ideias, forjando uma estratégia de construção de contra hegemonia nos territórios, alargando as formas de “ocupação” no cotidiano do povo e disputando a concepção das ações, do tipo de solidariedade que se constroem, dos objetivos, das políticas.

A discussão de Solidariedade e Soberania alimentar atravessa os eixos apresentados nesta escrita, refletindo um processo que permeia e liga o campo à cidade, tendo em vista que a soberania alimentar implica em combater um sistema hegemônico por grupos que detêm o poder econômico que têm no neoliberalismo sua face mais cruel e encontra nos movimentos sociais esperança de construir uma outra alternativa possível que respeite à soberania do território, a soberania política, a soberania popular construída pelo e para o povo.

Compreendemos que essa pesquisa incentiva a possibilidade de uma agenda de pesquisa a respeito do entendimento e conceituação das formas de resistência coletiva, através da solidariedade ativa. A articulação entre doação de alimentos produzidos em assentamentos da reforma agrária com trabalho de base, formação e organização popular podem ser explorados com mais profundidade em trabalhos posteriores.

Essa dissertação se coloca com uma contribuição em aberto para o debate sobre a criação de possibilidades de futuro próximo. Reconhecendo uma importante experiência

realizada em meio às adversidades de um tempo histórico singular, demos atenção às diferentes ferramentas geradas no período, extraindo acertos, limites, erros e potencialidades. Assim, organizamos algumas evidências sobre os contornos do termo Solidariedade que está colocada em prática pela campanha Periferia Viva desde 2020.

Na luta contra a fome e contra o vírus se construiu pontes e alternativas, por meio, da solidariedade ativa pela soberania alimentar, pela produção de alimentos saudáveis, por práticas agroecológicas, que busca universalizar acesso universal o acesso a alimentos nutritivos enquanto direito humano, além disso, apontou que a única saída é a coletividade e a organização de nossos afetos mobilizados e engajados com o mundo e a realidade social.

6. REFERÊNCIAS

Alabarce, Melisa C. Regímenes de Bienestar en América Latina y el Caribe: Notas para pensar lo contemporáneo. Trabajo Social Global. Revista de Investigaciones en Intervención Social, 2015, p. 26-46

Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida. Cartilha para ajudar a formar comitês. [Brasília: Secretaria Nacional da Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida]; 1993.

ARANHA, Adriana Veiga. Fome Zero: a construção de uma estratégia de combate à fome no Brasil. Fome Zero, p. 74-95, 2010.

ÁVILA, Maria Marlene Marques; DA COSTA, Maria Cecília Oliveira. A participação social e o direito humano à alimentação adequada no contexto brasileiro. Revista de Nutrição e Vigilância em Saúde-NUTRIVISA-(Journal of Nutrition and Health Surveillance), v. 2, n. 2, p. 52-53, 2015.

BARBIER, R. A pesquisa-ação na instituição educativa. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRANDÃO, Carlos. Repensando a pesquisa participante. Em aberto, v. 3, n. 20, 1984.

BRASIL; LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2006.

Brasil de Fato. **O que têm sido as ações de solidariedade do Periferia Viva?** disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/10/27/o-que-tem-sido-as-acoes-de-solidariedade-do-periferia-viva>> acesso em 22 de agosto de 2021.

Brasil de Fato. **A Campanha Periferia Viva faz da solidariedade um meio para organização popular.** Disponível em: <<https://www.brasildefatopr.com.br/2020/05/29/campanha-periferia-viva-faz-da-solidariedade-um-meiio-para-organizacao-popular>> acesso em 22 de agosto de 2021.

BEGHIN, Nathalie Colaboradora. O Combate à fome de Vargas a Bolsonaro. 2022.

BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maya. Políticas de combate à fome no Brasil. São Paulo em perspectiva, v. 15, p. 119-129, 2001.

BISPO JÚNIOR, José Patrício; SANTOS, Djanilson Barbosa dos. COVID-19 como sindemia: modelo teórico e fundamentos para a abordagem abrangente em saúde. Cadernos de Saúde Pública, v. 37, p. e00119021, 2021.

BLÜMKE, Adriane Cervi. O cotidiano de quem vive a realidade da fome: práticas alimentares e estratégias de acesso aos alimentos. 2017.

BRINGEL, Breno. Teoria dos Movimentos Sociais. Material didático não publicado. 2012. Disponível em: <http://www.academia.edu/2024580/Teorias_dos_Movimentos_Sociais_2012_-_IESP-UERJ> Acesso em: 20/06/2022

CAMPELLO, Tereza et al. Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro. 2022.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil. São Paulo. Selo Negro, 2011.

CASTEL, Robert. As Transformações da Questão Social (pg. 235-264). In: Bógus, Lucia; Yazbek, Maria Carmelita; Before-Wanderley, Mariangela (orgs.). Desigualdade e a Questão Social. São Paulo, EDUC, 2000. (on line)

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Souza. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. Revista Katálysis, v. 24, p. 269-279, 2021

CASTRO, J. **Geografia da fome**. 8. ed. São Paulo, Brasiliense, 1963. 2 v.

CASTRO, Josué de. Geopolítica da fome. 8a ed. São Paulo: Brasiliense, 1968b

CATTANI, Antonio David. **RIQUEZA SUBSTANTIVA E RELACIONAL: UM ENFOQUE DIFERENCIADO PARA A ANÁLISE DAS DESIGUALDADES NA AMÉRICA LATINA** (pgs. 211-238). In: CATTANI, Antonio David e CIMADAMORE, Alberto D. (org.). Produção de pobreza e desigualdade na América Latina. Porto Alegre : Tomo Editorial/Clacso, 2007.

CEPAL, N. U. Panorama Social de América Latina y el Caribe 2022: la transformación de la educación como base para el desarrollo sostenible. 2022.

COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO

(CLOC). **Documento preparatório ao congresso da CLOC 2010**. Quito: Cloc, 2010. Disponível em: <https://cloc-viacampesina.net/v-congresso-da-coordenadora-latinoamericana-de-organizacoes-do-cam-po-declaracao-de-quito>> acesso em 06 de novembro de 2021.

CUNHA, Rodrigo. Segurança alimentar: um conceito em construção. Revista Eletrônica ComCiência, 2005.

DA ROCHA, Débora Viana. UM NOVO OLHAR SOBRE A FOME ENQUANTO EXPRESSÃO DA “QUESTÃO SOCIAL”: A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA GARANTIA DO DHAA. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019. 2019.

DE ALBUQUERQUE, Paulette Cavalcanti; MILENA, Lívia. Comunicação e educação popular em saúde: reflexões a partir da experiência da campanha mãos solidárias em Recife e região metropolitana. Cultura, conhecimento e mediação de saberes em saúde, p. 75.

DIAZ, Laura Mota. **INSTITUIÇÕES DO ESTADO E PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE NA AMÉRICA LATINA** (pgs. 125-149). In: CATTANI, Antonio David e CIMADAMORE, Alberto D. (org.). Produção de pobreza e desigualdade na América Latina. Porto Alegre : Tomo Editorial/Clasco, 2007.

DIEESE. Boletim de conjuntura - **Número 29** – Junho/Julho de 2021, disponível em: <<https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2021/boletimconjuntura29.html>> acesso em 22 de agosto de 2021.

DIEESE. Boletim de conjuntura - **Número 30 - Agosto/Setembro de 2021**, disponível em: <<https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2021/boletimconjuntura30.html>> acesso em 22 de novembro de 2022.

EIRÓ, Flávio. O Programa Bolsa Família e os pobres " não merecedores": poder discricionário e os limites da consolidação de direitos sociais. 2017.

EVERS, Tilman; MULLER-PLANTENBERG, Clarita; SPESSART, Stefanie. “**Movimentos de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina**”. In: MOISÉS, José Álvaro. Cidade, povo e poder. CEDEC/Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.

FAO, FIDA, OMS, PMA e UNICEF. 2021. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2021**. Transformación de los sistemas alimentarios en aras de la seguridad alimentaria, una nutrición mejorada y dietas asequibles y saludables para todos. Roma, FAO.<<https://doi.org/10.4060/cb4474es>>

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, P. **Ação Cultural para a liberdade e outros escritos**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

FRUTUOSO, Maria Fernanda Petrolí; VIANA, Cássio Vinícius Afonso. **Quem inventou a fome são os que comem: da invisibilidade à enunciação—uma discussão necessária em tempos**

de pandemia. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 25, 2021.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2019

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, José. Guarda-Chuva Social. *Revista Agroanalysis—A revista de Agronegócios da FGV*, n. 10, p. 3-5, 2003.

GOHN, Maria Glória da. Sociedade civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. *Revista Meta: Avaliação*, v. 5, n. 14, p. 238-253, 2013.

GOHN, Maria da Glória. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 2008.

GOHN, Maria da Glória. “Teoria dos movimentos sociais na contemporaneidade”. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Editora Vozes, p. 19-36, 2012.

JOHNSON, Allan, G. “**Movimento Social**”. In: *Dicionário de Sociologia: guia prático de linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 155, 1997.

JESUS, Carolina Maria; DANTAS, Audálio; TEIXEIRA, Alberto. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Livraria F. Alves, 1960.

JESUS, Carolina Maria de. *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada*. São Paulo: Francisco Alves, 1961.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco; MARQUES, Susana Bleil. *Caderno segurança alimentar*. Paris: Fhp, 2000.

MARICATO, E. *As Metrôpoles e a Questão Social Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2020.

MARINS, Mani Tebet et al. Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. *Sociedade e Estado*, v. 36, p. 669-692, 2021.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã (1846)*. São Paulo: Moraes, 1984.

MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MEDEIROS, L.S. *História dos movimentos sociais no campo / Leonilde Sérvo de Medeiros*. — Rio de Janeiro FASE, 1989. p. 216

MELITO, Leandro. *Bolsonaro deixou o país vulnerável à fome e "preço será alto" na pandemia, diz Graciano*. 2020.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; GOLDFARB, Yamila. *O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo*. Friedrich-Ebert-Stiftung—Agronegócio: um negócio global, São Paulo, 2021.

- MBEMBE, A. Necropolítica. São Paulo: n-1 edições; 2018.
- MESSERE, Mariana. A solidariedade revolucionária e internacional como ferramenta de libertação dos povos. *Revista Estudos do Sul Global*, v. 1, n. 1, 2021.
- MICHELAT, Guy. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. ***Crítica metodológica, investigação social e enquete operária***, v. 5, p. 191-211, 1987.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Raízes da fome. In: *Raízes da fome*. 1985. p. 185-185.
- MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. *Revista Nera*, n. 8, p. 151-172, 2012.
- MOTA, Ana Elizabete. Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina. *Configurações. Revista Ciências Sociais*, n. 10, p. 29-41, 2012. Acessado em 28 de outubro de 2021 <<https://journals.openedition.org/configuracoes/1324#ftn1>>
- NABUCO, Maria Regina; SOUKI, Léa. Mais além do Programa Fome Zero. In: In: BETTO, Frei (Org.). *Fome Zero: textos fundamentais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- NAVARRO RUVALCABA, Mario Alfredo. Modelos y regímenes de bienestar social en una perspectiva comparativa: Europa, Estados Unidos y América Latina. *Desacatos*, n. 21, p. 109-134, 2006.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NÓBREGA, Juliana da Silva. A produção da vida como política no cotidiano: a união de terras, trabalho e panelas no Grupo Coletivo 14 de Agosto, em Rondônia. Tese (doutorado em Psicologia Social), Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013
- PAZELLO, Ricardo Prestes “**Movimentos Populares**”. In: *Revista Captura Crítica*, n.3, v.1, jul/dez. Florianópolis, 2010.
- PAZELLO, Ricardo Prestes. **Direito insurgente e movimentos populares: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito**. 2014.
- PELIANO, Anna Maria Medeiros. Lições da História—avanços e retrocessos na trajetória das políticas públicas de combate à fome e à pobreza no Brasil. ARANHA, AV *Fome Zero: uma história brasileira*. Brasília, DF: MDS, p. 26-41, 2010.
- PELIANO, Anna Maria T. Medeiros. *O mapa da fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar*. 1993.
- CNPV. Balanço organizativo, 2021.
- CNPV, Sistematização do Trabalho de Base, 2021.

CNPV, O que tem na mochila do militante da Política de Solidariedade? 2021.

CNPV, Circular 01, 2020.

PAINEL CORONAVÍRUS BRASIL. Rede CoVida – Ciência, Informação e Solidariedade. [S. l.], 2020. Available at: <https://redecovida.org/>.

PENSSAN, REDE. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. VIGISAN I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2021.

PENSSAN, REDE. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. VIGISAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**, 2022.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

RIBEIRO, Cristine; NUNES, Tiago, BENDER, Eliana; Soberania e Segurança Alimentar: ações de Solidariedade em tempos de pandemia. in KRÜGER, Nino Rafael Medeiros; RIBEIRO, Cristine Jaques; ROVERE, Tuize Silva. Diálogos da cidade no contexto pandêmico. 2021.

SAMPAIO, C. Câmara aprova auxílio de R \$600 que pode beneficiar 24 milhões de informais. Brasil de Fato, 2020.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. Edusp, 2013.

SANTOS, Mariana Cristina Silva et al. Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no Brasil: revisão sistemática. Ciência & Saúde Coletiva, v. 24, p. 2233-2247, 2019.

SAWAIA, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social, v. 2, p. 97-118, 1999.

SILVA, Sandro Pereira. A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, discontinuidades e consolidação. 2014.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Pronunciamento à Nação. Parlatório do Palácio do Planalto. 1º jan. 2003.

SPINK, Peter Kevin. O pesquisador conversador no cotidiano. Psicologia & Sociedade, v. 20, p. 70-77, 2008.

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins de. **Soberania Alimentar**. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). Dicionário de Educação no campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. P. 716-725.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Ed.). **Dicionário Paulo Freire**. Autêntica, 2015.

STRECK, Danilo R.; ADAMS Telmo. **Pesquisa Participante, emancipação e (des) colonialidade**. Curitiba-PR: CRV, 2014.

TROVÃO, C. J. B. M. A pandemia da covid-19 e a desigualdade de renda no Brasil: um olhar macrorregional para a proteção social e os auxílios emergenciais. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

TAPAJÓS, Luziele; RODRIGUES, Monica; COELHO, Maria Francisca Pinheiro. Desafios sociais no Brasil em 2003: da exclusão à cidadania. Fome zero: uma história brasileira, v. 1, 2010.

TARROW, Sidney. O poder em movimento. **Movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TELLES, Vera da S. Pobreza e cidadania. São Paulo: Editora 34, 2001.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. Cortez editora, 1998.

TRICONTINENTAL. Instituto. Dossiê no 54 do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. **GRAMSCI EM MEIO AO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST): UMA ENTREVISTA COM NEURI ROSSETTO**. 2022.

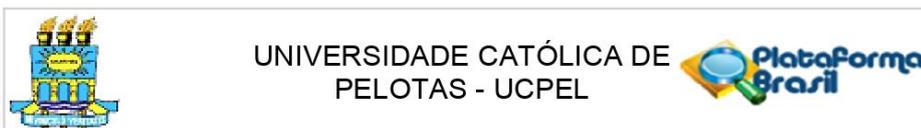
VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. Revista de Nutrição, v. 18, p. 439-457, 2005.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Fome, solidariedade e ética: uma análise do discurso da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 11, p. 259-277, 2004.

VAN DEURSEN VARGA, István et al. Formação de agentes populares de saúde na região amazônica do Brasil em tempos de pandemia: do possível ao inédito viável. Lutas Sociais, v. 24, n. 45, p. 290-304, 2020.

7.ANEXOS

7.1 Parecer de aprovação no CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: SOBERANIA ALIMENTAR E SOLIDARIEDADE - AÇÕES DOS MOVIMENTOS POPULARES EM TEMPOS DE PANDEMIA A PARTIR DA CAMPANHA "PERIFERIA VIVA"

Pesquisador: LARISSA PADILHA DE BRITO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 64157122.6.0000.5339

Instituição Proponente: SOCIEDADE PELOTENSE DE ASSISTENCIA E CULTURA (SPAC)

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.725.539

Apresentação do Projeto:

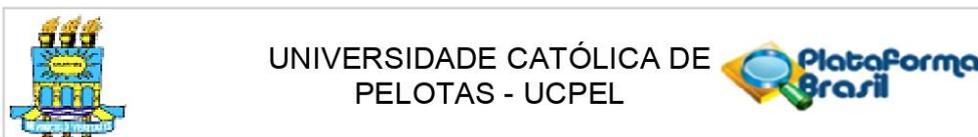
O projeto tem como tema a discussão sobre a fome e a Soberania Alimentar nas Campanhas de Solidariedade desenvolvida pelos movimentos sociais brasileiros frente à grave crise econômica e política agravada no contexto da pandemia covid-19. A campanha cuja investigação enfocará será Campanha Periferia Viva, a qual consiste, assim como outros movimentos, em espaço de articulação de forças organizativas e políticas do campo popular na constituição de um elo em comum de eixos de atuação e ações conjuntas em resposta ao contexto político, econômico e social brasileiro de intensas contradições e lutas sociais.

Objetivo da Pesquisa:

Consta como objetivo primário da pesquisa "explicar como a experiência da Campanha Periferia Viva articula forças sociais do campo e da cidade para a criação de uma nova forma de solidariedade, no contexto do atual cenário de agravamento da fome e de condições de vida causados pela pandemia da Covid-19".

Na condição de objetivos secundários constam os seguintes: "- Caracterizar o processo histórico da Fome no Brasil, Políticas Públicas de combate à fome e relacioná-lo com o atual período de Pandemia de Covid-19; - Investigar as Políticas de Segurança Alimentar e Soberania Alimentar, destacando definições legais, limites, abrangência e as ações dos movimentos sociais na sua implementação; -Traçar as principais compreensões teóricas em torno

Endereço: Rua Felix da Cunha, 412
Bairro: Centro **CEP:** 96.010-000
UF: RS **Município:** PELOTAS
Telefone: (53)2128-8291 **Fax:** (53)2128-8298 **E-mail:** cep@ucpel.tche.br



Continuação do Parecer: 5.725.539

da Solidariedade; - Contextualizar o surgimento da Campanha Nacional Periferia Viva enquanto estratégia política para compreender suas especificidades (potencialidades e limites) em comparação com as demais campanhas em curso; - Sistematizar e analisar as diferentes ações temáticas enfrentadas pela campanha nacional Periferia Viva.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Por fazer uso de Entrevistas, está estimada a possibilidade de despertar algum evento desfavorável ou desconfortante, durante o processo, mobilizando os sujeitos de alguma forma, ao reviver os fatos narrados. Deste modo, os riscos poderão ser minimizados pela retaguarda do Serviço de Psicologia, da Universidade Católica de Pelotas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa mostra-se relevante e pertinente, bem como adequada a metodologia indicada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentados

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovar

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2022126.pdf	25/10/2022 13:22:24		Aceito
Outros	declaracao_retaguarda.pdf	25/10/2022 13:21:51	LARISSA PADILHA DE BRITO	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	CARTEENCAMINHAMENTOAOCEP LARISSA.pdf	09/10/2022 18:14:52	LARISSA PADILHA DE BRITO	Aceito
Outros	Lattes_Larissa.pdf	09/10/2022 18:02:40	LARISSA PADILHA DE BRITO	Aceito
Outros	Lattes_Tiago.pdf	09/10/2022 17:51:12	LARISSA PADILHA DE BRITO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODETALHADOLARISSA.pdf	07/10/2022 15:29:24	LARISSA PADILHA DE BRITO	Aceito
Outros	Roteirosemiestruturado.pdf	07/10/2022 15:27:01	LARISSA PADILHA DE BRITO	Aceito

Endereço: Rua Felix da Cunha, 412
Bairro: Centro **CEP:** 96.010-000
UF: RS **Município:** PELOTAS
Telefone: (53)2128-8291 **Fax:** (53)2128-8298 **E-mail:** cep@ucpel.tche.br



Continuação do Parecer: 5.725.539

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	07/10/2022 15:26:34	LARISSA PADILHA DE BRITO	Aceito
Orçamento	ORCAMENTODOPROJETODEPESQUI SALARISSSA.pdf	07/10/2022 15:26:24	LARISSA PADILHA DE BRITO	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	07/10/2022 15:26:06	LARISSA PADILHA DE BRITO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PELOTAS, 27 de Outubro de 2022

Assinado por:
Luciana de Avila Quevedo
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Felix da Cunha, 412
Bairro: Centro **CEP:** 96.010-000
UF: RS **Município:** PELOTAS
Telefone: (53)2128-8291 **Fax:** (53)2128-8298 **E-mail:** cep@ucpel.tche.br

7.2 TCLE - Termo de Consentimento Livre Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado (a) Senhor (a): _____

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar da pesquisa intitulada “SOBERANIA ALIMENTAR E SOLIDARIEDADE - AÇÕES DOS MOVIMENTOS POPULARES EM TEMPOS DE PANDEMIA A PARTIR DA CAMPANHA "PERIFERIA VIVA" / 2020-2022”, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), a ser orientado pela Prof. Dr. Tiago de Garcia Nunes e realizado pela assistente social e mestranda Larissa Padilha de Brito.

O objetivo da pesquisa é “explicar como a experiência da Campanha Periferia Viva articula forças sociais do campo e da cidade para a criação de uma nova forma de solidariedade, no contexto do atual cenário de agravamento da fome e de condições de vida causados pela pandemia da Covid-19”.

Sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma: será aplicado um questionário a ser respondido como forma de entrevista. Antes da aplicação, será lido e devidamente explicado o presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que confirmará sua aceitação em colaborar com a pesquisa.

Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, não será utilizado nenhum registro com fotos ou gravações, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

Os questionários que forem respondidos serão devidamente arquivados após a tabulação dos dados. Esclarecemos ainda, que o (a) senhor (a) não pagará e nem será remunerado (a) por sua participação.

Os benefícios esperados com sua aceitação em responder o questionário de entrevista serão: em termos de produção do conhecimento, e a relação com a temática

possibilita compreender a dimensão das expressões da atual questão social (FOME) no cotidiano dessas experiências de solidariedade.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue ao (à) senhor (a).

Pelotas, 8 de setembro de 2022.

Pesquisador Responsável

Eu, Larissa Padilha de Brito, declaro que forneci todas as informações referentes ao estudo de pesquisa supra nominado.

Assinatura do Pesquisador Responsável: _____

Data: _____

Eu, _____ (NOME POR EXTENSO DO SUJEITO DE PESQUISA), tendo sido devidamente esclarecido sobre os objetivos e procedimentos, concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pela aluna de Mestrado em Política Social e Direitos Humanos, Larissa Padilha de Brito.

Assinatura e carimbo:

Data: _____

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador, conforme dados pessoais abaixo:

Nome: Larissa Padilha de Brito

Endereço: Rua Araújo Viana, 70. CEP: 96025020

Celular pessoal: (53) 997055033

E-mail: larissa.brito157@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa - UCPel: cep@ucpel.edu.br